

UNIVERSIDADE ABERTA



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

**Mães Migrantes Brasileiras Não Documentadas nos EUA: Impacto na
Integração, Qualidade de Vida e Saúde Mental**

Fabiana Santos de Oliveira e Silva

**Dissertação de Mestrado
em Relações Interculturais**

2022

UNIVERSIDADE ABERTA



**Mães Migrantes Brasileiras Não Documentadas nos EUA: Impacto na
Integração, Qualidade de Vida e Saúde Mental**

Fabiana Santos de Oliveira e Silva

**Dissertação de Mestrado
em Relações Interculturais**

Orientadora:

Professora Doutora Natália Ramos

2022

- Página em branco -

Resumo

Este trabalho busca conhecer e analisar a situação de mães brasileiras que vivem nos Estados Unidos, mas não possuem documentação legal. A pesquisa em questão é de tipo qualitativa. Para tal, foram realizadas entrevistas em profundidade dirigidas a 12 mulheres imigrantes, com perguntas centradas sobre: integração, qualidade de vida e saúde mental. No contexto da integração, a maioria delas demonstra indícios de uma migração transnacional em que se vêm situadas entre as culturas norte-americana e brasileira. Todas apresentam reconhecimento e gratidão às oportunidades obtidas no país receptor, mas duas não se consideram integradas neste país. Verifica-se que o status migratório da situação irregular traz consequências emocionais e psicológicas para o bem-estar destas mulheres, ao relatarem episódios depressivos, de estresse e de discriminação, com impactos na saúde mental, no cotidiano e projetos de vida. Elas apontam sofrimento psíquico e dificuldades psicossociais e interculturais. Por serem mães, a relação com o país ocorre muitas vezes por causa dos filhos criados em solo norte-americano e há valorização da qualidade de vida oferecida aos filhos sob o prisma econômico neste país. Por causa dos filhos, a maioria destas mães não quer voltar a residir no Brasil.

Os resultados apontam para a necessidade de mais estudos nesta área, de uma análise, investigação e discussão mais aprofundadas da situação migratória, dos processos de integração, identitários e de saúde mental, bem como do desenvolvimento de estratégias e políticas no âmbito da imigração irregular, em particular das mulheres imigrantes não documentadas, tendo em vista uma intervenção mais adequada e coordenada neste âmbito.

Palavras-chave: maternidade migrante; migração irregular; mulheres brasileiras imigrantes; integração; qualidade de vida; saúde mental; imigração nos Estados Unidos da América.

Abstract

This work seeks to understand and analyze the situation of Brazilian mothers who live in the United States but do not have legal documentation. The research in question is qualitative. To this end, we did in-depth interviews with 12 immigrant women, with questions focused on: integration, quality of life, and mental health. In the context of integration, most of them demonstrate evidence of transnational migration in which they find themselves situated between North American and Brazilian cultures. All of them show recognition and gratitude for the opportunities obtained in the host country, but two do not consider themselves integrated into this country. It appears that the migratory status of the irregular situation brings emotional and psychological consequences for the well-being of these women when reporting depressive episodes, stress, and discrimination, with impacts on mental health, daily life, and life projects. They point to psychological distress and psychosocial and intercultural difficulties. Because they are mothers, their relationship with the country often occurs because of their children raised on North American soil. They appreciate the quality of life offered to their children from an economic perspective in this country. Because of their children, most of these mothers do not want to return to live in Brazil.

The results point to the need for more studies in this area, for a more in-depth analysis, investigation, and discussion of the migratory situation, integration, identity, and mental health processes, as well as the development of strategies and policies in the context of irregular immigration, especially of undocumented immigrant women, with a view to a more adequate and coordinated intervention in this area.

Keywords: migrant motherhood; irregular migration; Brazilian immigrant women; integration; quality of life; mental health; immigration in the United States of America.

“Os imigrantes são artistas porque criam uma vida, um futuro, a partir de nada além de um sonho.”

Reyna Grande
escritora mexicana

- Página em branco -

Agradecimentos

Eu não conseguiria nada sozinha, por isso preciso agradecer. E foram muitas as pessoas que me ajudaram nesta caminhada.

Ao meu marido Alexandre, pelo companheirismo, amor diário e por me fazer acreditar que eu daria conta deste projeto tão caro para mim.

Aos meus filhos Alice e Felipe, pelos abraços e beijos nos momentos em que precisei de força e para os quais espero servir de inspiração.

Ao meu pai Álvaro, que não está mais aqui, por sempre ter incentivado meus estudos e minha independência.

A minha mãe Simone, pelas orações e apoio incondicional nas horas de algum choro.

Ao meu padrasto Tércio, pela preocupação de pai e dedicação constantes.

A minha irmã Marise, às amigas e amigos, de longe e de perto, que torceram por mim ao longo desta missão. Às queridas Renata Giraldi e Malena Rodrigues: duas amigas de longa data, jornalistas como eu, acadêmicas de primeira linha, que repetiam sempre “estamos juntas” e cujos conselhos foram fundamentais nesta jornada.

Agradeço também à Universidade Aberta de Portugal pela oportunidade de um mestrado à distância, uma prova de que o aprendizado não possui fronteiras. Aos colegas destes dois últimos anos, especialmente à Cíntia Santos, que mesmo do outro lado do Atlântico, me encorajava com trocas preciosas de mensagens de texto.

A minha estimada orientadora Professora Natália Ramos, por toda a paciência e puxões de orelha. E principalmente, por toda a sabedoria no campo da imigração feminina compartilhada comigo para que esse trabalho fosse possível.

A Deus, por me ajudar a acreditar em mim mesma em nossos momentos de conversa reservada.

Índice

<i>Lista de abreviaturas, siglas e acrônimos</i>	12
<i>Glossário</i>	13
<i>Introdução</i>	14
PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO	17
<i>Migração</i>	17
1. Migração e Interculturalidade	17
2. Migração e Gênero nos Estados Unidos	20
3. Migração Irregular	22
4. A Imigração e Integração em Contexto de Vulnerabilidade	27
5. Migração, Saúde e Qualidade de Vida.....	29
6. A Saúde Mental das Mães Brasileiras Imigrantes em Situação Irregular.....	31
II PARTE - INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA	34
1. Metodologia	34
1.1 Questões de investigação/opções metodológicas.....	35
1.2. Entrevista.....	36
1.3. Organização do guião de entrevista.....	39
1.4 Como foram recolhidas as entrevistadas	41
1.5 A realização das entrevistas	44
1.6 Caracterização sociodemográfica das entrevistadas	46
2. Análise e discussão dos resultados	52
2.1 Motivação, adaptação e integração.....	54
2.1.1 Sem esperança no Brasil	55
2.1.2 No passaporte de chegada: visto de turista	57
2.1.3 A história de uma travessia.....	58
2.1.4 A maior dificuldade: o idioma	63
2.1.5 Integrada ou assimilada?	66
2.1.6 “Meio a meio”: A integração transnacional.....	69
2.1.7 As não-integradas	72

2.1.8 “Um pedacinho do Brasil” dentro dos Estados Unidos.....	74
2.2 As consequências do status migratório	76
2.2.1 A saudade	77
2.2.2 O não poder “ir e vir”	78
2.2.3 Vulnerabilidade	80
2.2.4 Histórias de preconceito.....	83
2.2.5 Mais preconceitos: brasileiros x brasileiros	86
2.2.6 Um documento americano: carteira de motorista.....	88
2.2.7 Falsificação de documentos.....	94
2.2.8 Sem cidadania, mas em dia com a Receita Federal.....	95
2.3 Maternidade e saúde	98
2.3.1 O motivo para permanecer nos Estados Unidos: ser mãe	99
2.3.2 Redes de apoio.....	99
2.3.3 Ser mãe e não documentada	102
2.3.4 Conflitos interculturais por causa dos filhos.....	106
2.3.5 Assistência médico hospitalar e maternidade	109
2.3.6 A saúde mental.....	113
2.4 Qualidade de vida e futuro.....	115
2.4.1. O que é qualidade de vida para as entrevistadas.....	116
2.4.2 Melhor do que no Brasil, mas sem qualidade de tempo.....	118
2.4.3 EUA: o país das oportunidades?	125
2.4.4 Como obter o “documento”	127
2.4.5 Satisfação, arrependimentos e medos	129
2.4.6 O futuro: a maioria quer permanecer na “América”	134
<i>Conclusões.....</i>	<i>137</i>
<i>Referências Bibliográficas</i>	<i>147</i>
<i>ANEXOS</i>	<i>154</i>
Anexo A - Guião de Entrevista	154
Anexo B - Termo de Consentimento Informado.....	157
Anexo C: Publicações no Facebook para busca de entrevistadas	158
.....	158
Anexo D: Localização geográfica das entrevistadas	160

- Página em branco -

Lista de abreviaturas, siglas e acrônimos

CA - Bureau of Consular Affairs

EUA - Estados Unidos da América

IOM - International Organization for Migration

NCSL - National Conference of State Legislatures

MPI - Migration Policy Institute

UPS - United Parcel Services

U.S CBP - United States Customs and Border Protection

U.S DoS - United States Department of State

Glossário

Accent: sotaque

Cleaner: limpador ou limpadora

College: faculdade

Down payment: pagamento inicial

Dunkin' Donuts: empresa norte-americana especializada em roscas e cafés

Early Intervention: “Intervenção Precoce”, programa norte-americano de atendimento à crianças prematuras.

Green card: Cartão de residência permanente que autoriza a pessoa a morar e trabalhar permanentemente nos Estados Unidos da América.

Helper: ajudante

High school: ensino médio

Housecleaner: faxineira

Occupation therapist: terapeuta ocupacional

Part-time: Meio período

Schedule: cronograma

Social Security: Seguro Social

Introdução

A feminização da imigração é um fator crescente no mundo. De acordo com a IOM – *International Organization for Migration* – os últimos dados de 2019 apontam que dos 271,6 milhões de migrantes pelo mundo, 47,9% são mulheres. A busca por uma melhor qualidade de vida é um dos principais motivos da mudança de país.

Muitas mulheres deixam os seus países de origem e migram para outros mais ricos como os Estados Unidos – país que ocupa o primeiro lugar no ranking da recepção de migrantes segundo a IOM. Grande parte destes migrantes optam por permanecer no país mesmo ficando em situação de ilegalidade. Assim, a intenção desta pesquisa foi realizar um recorte nesta configuração e compreender a percepção e vivências de algumas mães brasileiras bem como as dificuldades que enfrentam nos Estados Unidos da América enquanto migrantes não documentadas.

A situação de ilegalidade traz inúmeras interferências no cotidiano destas mulheres. Há muitas variáveis que envolvem o dia a dia destas imigrantes, designadamente: a exposição a possíveis preconceitos e discriminação, a integração ou não ao país, o medo pela possibilidade de deportação. Até que ponto todos estes fatores afetam a integração, a qualidade de vida e a saúde destas mulheres? A ideia foi buscar compreender o pensamento de 12 entrevistadas, por meio de 36 perguntas que perpassam no sentimento de pertença ou não ao país receptor e as suas dificuldades nos níveis social, cultural e psicológico.

Em decorrência das diferenças legais, culturais e políticas de cada estado americano de um conjunto de 50, existem variações nas ações, não só governamentais, mas comportamentais da própria população, em relação à ilegalidade: há locais mais permissivos, outros mais restritivos. Há lugares mais e menos preconceituosos. Mas onde quer que residam dentro dos Estados Unidos é fato que os migrantes não documentados não podem deixar o país, pois dificilmente

conseguiriam voltar. Buscou-se compreender nesta pesquisa como estas mulheres migrantes lidam com o fato de não poderem transitar (leia-se viajar e visitar o seu país de origem, familiares e amigos) livremente.

Verificou-se que, infelizmente, são escassos os estudos cujo foco são as mulheres imigrantes ilegais. Muito já se avançou pelo trabalho visto, por exemplo, em Ramos (2012) ao apresentar a maternidade no contexto migratório; Margolis (2009) na abordagem do status de brasileiros não documentados nos Estados Unidos e Goza (2004) ao analisar a adaptação de brasileiros nos Estados Unidos e Canadá. Mas a especificidade deste estudo está na análise da maternidade no contexto da ilegalidade e os vários desdobramentos destas duas condições da esfera migratória. A escolha por esta temática está relacionada à experiência de vida da pesquisadora na qualidade de imigrante documentada nos Estados Unidos há 10 anos. Esta vivência em solo norte-americano refletiu e guiou a motivação para a realização do estudo. O fato do grupo de entrevistada ser formado na sua totalidade por mães - casadas, divorciadas e solas - também está relacionado com o universo da pesquisadora – mãe de um adolescente e de uma pré-adolescente.

As questões intrínsecas à ilegalidade também afetam particularmente as mães migrantes não documentadas, como, por exemplo, o fato de terem filhos cidadãos americanos (ao nascer-se nos Estados Unidos a nacionalidade americana é concedida automaticamente) e não possuírem tal benefício para si, ou ainda o fato de terem deixado os filhos no país de origem, neste caso, no Brasil. Tanto a integração quanto o entendimento sobre qualidade de vida são influenciados pela maternidade: muitas vezes o elo de ligação com o país receptor são os filhos e é por eles que elas se submetem a situações onde são vítimas de preconceito e abuso psicológicos enquanto imigrantes não documentadas.

Este estudo foi organizado da seguinte maneira: enquadramento teórico, com a exposição de argumentos já consagrados sobre a migração conectada aos seguintes quesitos: a interculturalidade, o gênero, a ilegalidade, a vulnerabilidade, a qualidade de vida e a saúde mental; a metodologia em que se aplicou a pesquisa qualitativa de entrevista em profundidade;

análise e apresentação dos resultados em que as 12 entrevistas foram largamente detalhadas, com o apontamento dos principais aspectos identificados a partir das respostas e considerações finais. A dissertação termina com a apresentação das Referências Bibliográficas e Anexos onde se acrescentam os modelos de consentimento informado e o guião de entrevista utilizado.

PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Migração

São muitas as vertentes que explicam como ocorre - ou não - o entrosamento entre migrante e país receptor. Na maioria dos estudos, este “país receptor” recebe a nomenclatura de “país de acolhimento”. Acolhimento em português significa “abrigo gratuito”, “hospitalidade”. Nem sempre é verdade que esta ambientação se processa de maneira tão natural ou amistosa. Se assim fosse, não existiriam tantas questões a se discutir.

Nos subcapítulos a seguir verifica-se, sob o ponto de vista teórico, a migração nos seguintes pontos focais que este estudo pretende percorrer: a interculturalidade, a questão de gênero, a vulnerabilidade, a qualidade de vida e a saúde mental. Considerando-se a interpretação de diversos cientistas na área de migração. Desde Park (1928), um dos pioneiros a discutir a relação dos imigrantes com a sociedade norte-americana, bem como Boechner (1982) e Berry (2005). No constante às implicações históricas do universo norte-americano migratório há a percepção de Silva sobre a trajetória das políticas migratórias nos Estados Unidos da América (2013).

Destaca-se ainda o primoroso trabalho já executado em termos de imigração feminina, tão relevante e crucial neste estudo, por Ramos (2004, 2012, 2014) e pela mesma autora em parceria com Franken (2018) e Dias (2020). Bem como o trabalho de Minayo et. Al. (2000) sobre o significado de qualidade de vida e a pesquisa de campo de Margolis (2013) no âmbito de brasileiros que residem nos Estados Unidos da América.

1. Migração e Interculturalidade

As mulheres alvo deste estudo vivem entre duas culturas: a que deixaram no Brasil e a que encontraram pela frente, onde agora vivem, nos Estados Unidos. São muitas as impressões que têm de si e do mundo que as cercam, não faltam indagações: “Como elas se percebem ao

viverem numa outra cultura?"; "Estão integradas nela?"; "Preferem manter o vínculo apenas com a cultura que deixaram no Brasil?". Estas questões apareceram durante este estudo na pesquisa de campo e também na realização das entrevistas aqui representadas. Verifica-se que as falas das mães indicam que a postura quanto à cultura depende diretamente de como foi a recepção nos Estados Unidos e de como se mantém diariamente este acolhimento, o que também é observado por Ramos (2009):

O processo migratório constitui um processo complexo, contraditório, uma experiência de perda, ruptura, mudança, vivenciada pelo indivíduo de uma forma mais ou menos traumatizante ou harmoniosa, segundo os seus recursos psicológicos e sociais, as características da sociedade dominante, as condições de acolhimento e as políticas do país receptor.

(Ramos, 2009, p. 5)

Na interculturalidade, há evidências tanto da manutenção da cultura de origem como da adoção de elementos de identidade cultural majoritária. Nesta pesquisa busca-se compreender, sob o ponto de vista de 12 mulheres que são mães, como percebem essa postura intercultural: "Atualmente não faz mais sentido falar de uma só cultura e torna-se urgente um diálogo em que cada cultura reconheça a outra como diferente de si, e não como inferior ou superior." (Bäckström & Castro Pereira, 2012, p. 87).

De acordo com Boechner (1982), citado por Neto (2002), o imigrante pode apresentar o efeito "passante", quando rejeita sua própria cultura para adotar a nova cultura, uma forma de buscar a adaptação e inserção na cultura local a que tenta fazer parte. Este comportamento é definido por Berry (2005) e outros autores como "assimilação". Há casos, inclusive, em que os imigrantes não ensinam seu idioma, nem passam detalhes de sua cultura originária, às futuras gerações. Boechner (1982), citado por Neto (2002), apresenta ainda o efeito "chauvinista": quando ocorre o contrário e o imigrante volta-se para sua cultura de origem. Berry (2005) chama de separação este modelo de aculturação, em que os indivíduos recusam o envolvimento com outros grupos culturais e se voltam para dentro de sua cultura de herança.

Existe ainda a denominada "síndrome marginal", que ocorre quando o imigrante não se sente confortável nem com a sua cultura nem com a do outro. O sociólogo norte-americano Robert Ezra Park (1864-1944), um dos precursores desta interpretação, menciona o que compreende por "crise" de identidade cultural. Em 1928, o autor publicou um artigo na *American Journal of Sociology*, intitulado "*Human Migration and the Marginal Man*", no qual analisa a integração dos imigrantes na sociedade norte-americana.

Na conceção de Park, o homem marginal, o estrangeiro, é um produto de conflitos culturais, como observa Valladares (2010):

Ele se instala na comunidade, mas fica à sua margem, permanecendo, de alguma maneira, exterior ao grupo social. Desenvolve uma personalidade marginal na medida em que é um homem à margem de duas culturas e duas sociedades.

(Valladares, 2010, p. 40)

Em oposição ao que diz Park, Berry (2005) destaca, no artigo "*Acculturation: Living successfully in two cultures*" - "Aculturação: vivendo com sucesso em duas culturas" (Trad. nossa), como pessoas de diferentes origens culturais podem se encontrar, buscar caminhos de entendimento mútuo, negociar e fazer concessões nas suas posições iniciais e alcançar algum grau de participação harmonioso. Segundo o autor, há um sentimento latente nas relações interculturais de busca por um equilíbrio intercultural.

Berry (2005) explica ainda que a aculturação é um processo de mudança cultural e psicológica que ocorre como resultado do contato entre dois ou mais grupos culturais e os seus membros individuais. No nível individual, a aculturação envolve mudanças no repertório comportamental de uma pessoa. Para o autor (2005), não é verdade que esta aculturação traga apenas conflitos e aspectos negativos, pois é possível existir adaptação numa nova cultura e sem muitos traumas. A integração de um indivíduo a duas culturas, segundo Berry (2005), ocorre quando há interesse tanto em manter a cultura patrimonial de origem, quanto nas interações cotidianas e integração com outros grupos étnico-culturais. Desta maneira, o imigrante mantém algum grau de

integridade cultural e, ao mesmo tempo, busca, como membro de um grupo etnocultural, participar como parte integrante da rede social e cultural mais ampla.

É interessante observar que a sociedade de acolhimento também pode influenciar as modalidades de aculturação e assim apresentam-se outras modalidades que têm como partida o ponto de vista do grupo dominante. Nas palavras de Berry (2005), este grupo tem um poderoso papel de influência, tanto que é denominado “dominante”. Assim, quando o grupo de aculturação dominante é quem busca exercer influência na assimilação do grupo dominado, esta ação é descrita como de “mistura”, em inglês, *“melting pot”*. A metáfora é utilizada no sentido de fusão, numa tentativa de que uma sociedade heterogênea se transforme numa mais homogênea. Quando a separação é forçada pelo grupo dominante, dá-se o nome a esta modalidade de aculturação de “exclusão” ou “marginalização” (Berry, 2005).

No entanto, é necessário esclarecer que a modalidade de “integração” se distingue da definida como “assimilação”, pois para que a integração funcione, o imigrante tem que ter a liberdade de escolher o que manter da sua cultura de origem e o que integrar da cultura de acolhimento, sem a pressão de um grupo dominante. Berry (2005) destaca que a integração tem êxito se existir uma acomodação mútua e assim pode passar a chamar-se de “interculturalismo”. Segundo o autor, é preciso existir “boa vontade de ambas as partes”. Os grupos não dominantes devem adotar os valores básicos da sociedade mais ampla, ao mesmo tempo que o grupo dominante deve estar preparado para acolher e adaptar as instituições nacionais, como educação, saúde, trabalho, e, dessa forma, atender às necessidades de todos numa sociedade plural.

2. Migração e Gênero nos Estados Unidos

Conforme anteriormente abordado, dos 271,6 milhões de migrantes em nível mundial, 47,9% são mulheres. Os Estados Unidos da América, país foco do nosso estudo, é o que apresenta maior número de imigrantes do mundo: 50,7 milhões. Do total de imigrantes nos Estados Unidos, mais da metade são mulheres: 26,2 milhões. (IOM, 2019). Os números crescem

anualmente. Os imigrantes hoje representam 14% da população dos EUA, quase o triplo da proporção (4,8%) que existia em 1970. Para se ter uma ideia deste contingente, o segundo país do mundo com o maior número de imigrantes, a Alemanha, concentra menos de metade relativamente aos Estados Unidos: 13,1 milhões. (IOM, 2019)

De acordo com a mais recente estatística oficial do governo norte-americano, o *Census 2020*, os EUA apresentam hoje a maior diversidade racial e étnica já configurada no país. Na última década, a população hispana ou latina cresceu 3%, passando de 15% da população total norte-americana em 2010 para 18% em 2020. Comparando os dois períodos, os dados apontam que a população branca não-hispânica decresceu, de 66% em 2010 para 60% em 2020, considerando-se que outros grupos minoritários no país também aumentaram de tamanho. (*Census 2020*)

No que se refere à feminização da emigração, até meados de 1970 a emigração feminina era vista como familiar e não autônoma. Ou seja, a mulher migrava para acompanhar o marido ou migrava posteriormente para reencontrá-lo. Como explicam Ramos & Dias (2020) as mulheres eram vistas como acessórias, ou seja, apenas na condição de esposas no quadro de reagrupamento familiar. Mas o cenário mudou. A emancipação feminina, uma pauta que cresce no mundo, ganhou força também entre as imigrantes.

Nas últimas décadas aumentou o número de mulheres que são chefes de famílias, que buscam novas oportunidades, e autônomas, no que se refere à emancipação. Ramos (2014) explica:

Muitos indivíduos, particularmente mulheres, emigram para fugir da pobreza, da falta de oportunidades, da violência e opressão dentro do próprio núcleo familiar e comunitário, assim como pela vontade de concretizar sonhos, de emancipar-se, de alcançar autonomia e independência financeira e afetiva e, ainda, como estratégia para dar melhores condições de vida para os filhos e demais membros da família.

(Ramos, 2014, p. 426)

Destaca-se a posição das mulheres na trajetória migrante, tanto no contexto da própria emancipação profissional, quanto nas mudanças na estrutura familiar, na distribuição dos papéis

dentro da família e na ascensão social e integração desta família no país de instalação. Ramos (2002) enfatiza, inclusive, o suporte financeiro das migrantes junto ao país de origem:

O salário das mulheres, a sua capacidade de poupança e de empreendedorismo, tornam-se importantes contributos para a economia familiar e o desenvolvimento. Elas são muitas vezes chefes de família, assegurando a subsistência das famílias nos países de acolhimento e de origem na gestão do orçamento. As mulheres migrantes contribuem, cada vez mais, para as remessas enviadas para o país de origem, que trazem vantagens para este, no plano social, educativo e sanitário.

(Ramos, 2002, p. 4)

3. Migração Irregular

Os Estados Unidos da América, país que mais recebe imigrantes no mundo, têm um histórico de repressão a estrangeiros, como destaca Silva (2013) no seu artigo: "História da Migração nos EUA". Um dos primeiros documentos que trata do relacionamento com imigrantes, o *"Aliens Act and Aliens Enemy Act"*, de 1798, cita a possibilidade de detenção e expulsão dos estrangeiros considerados perigosos ou em confronto com os Estados Unidos (Silva, 2013, p. 9). A mudança de tratamento por parte das autoridades norte-americanas ocorreu, segundo Silva (2013), a partir do século XIX, devido às necessidades de mão de obra no campo e de ocupação de territórios no oeste do país. Neste período, o governo dos Estados Unidos passou a adotar uma política migratória sem restrições, como explica Silva:

Porém, essa imensa massa de imigrantes, a sua maioria formada por pessoas muito pobres, gerou em diversas partes do país um número significativo de desempregados. Isso dá início a um sentimento de xenofobia entre os antigos habitantes e a massa que chega aos Estados Unidos.

(Silva, 2013: 10)

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, o fluxo migratório para os Estados Unidos aumentou, o que gerou restrições. Em 1921, como relata Silva (2013), o governo estabeleceu o *Emergency Immigration Restriction Act* que fixou limites para a entrada de pessoas no país. Limites que foram mantidos no *Immigration Act* de 1924, que incluía restrições de cunho étnico. Em 1965, os Estados Unidos estabelecem novamente um novo *Immigration Act* que derrubou as restrições

de padrões raciais e étnicos, o que se refletiu a partir de então num considerável aumento de imigrantes latinos e asiáticos no país. Em 1986, os Estados Unidos estabelecem o *Immigration Reform and Control Act*, no esforço de reduzir o número de imigrantes ilegais no seu território. Em 1990, um novo *Immigrant Act* foi aprovado visando elevar o número de vistos legais permitidos no país. Em 1996, o *Immigration Reform and Immigrant Responsibility Act* busca solucionar a questão da imigração sem documentação. Apesar do episódio de 11 de setembro de 2001 ter feito o governo americano tomar ações ainda mais rígidas e investir dinheiro contra a imigração ilegal, tais medidas não solucionaram a situação (Silva, 2013).

Ao longo dos séculos, identificam-se medidas do governo americano para relevar a existência de imigrantes ilegais desde que se verifique a necessidade de mantê-los como mão-de-obra. “Apesar dessa luta de vários setores da sociedade norte-americana contra a imigração dita ilegal, o que se vê é uma política mais restritiva nas fronteiras que não se faz acompanhar da mesma intervenção estatal quando esses ilegais já estão no território.” (Silva, 2013, p. 17-18)

As estatísticas de imigração são tornadas públicas pelo governo norte-americano desde a década de 1860. Os imigrantes são classificados oficialmente por “imigrantes que conseguem o direito permanente de residência”, conhecido internacionalmente como “*green card*”. Refugiados e asilados, naturalizados americanos após os 18 anos de idade e com 5 anos, têm direito de obtenção do “*green card*”. Também são enquadrados os imigrantes, por meio de um visto oficial, a ficar nos Estados Unidos por turismo, trabalho ou estudo. Porém, estes grupos beneficiados ou favorecidos com o referido documento não estão no âmbito desta pesquisa, que envolve exclusivamente mulheres não documentadas - aquelas que não possuem nenhum tipo de autorização legal para permanecerem no país.

Com base no *Population Estimate, Office of Immigration Statistics, DHS, (2018)*, a definição oficial de ilegalidade, de acordo com o governo americano é:

The resident illegal foreign population is defined as all foreign non-citizens who are not legal residents. Most illegal immigrants entered the United States without inspection or

were temporarily admitted and stayed past the date they were requested to leave. Persons who are beneficiaries of Temporary Protection Status (TPS), Deferred Action for Childhood Arrivals (DACA) or other forms of prosecution discretion, or who are residing in the United States while awaiting the removal process at the immigration court are included among estimates of illegal foreign population. Illegal aliens who apply for adjustment to LPR status under the Immigration and Nationality Act (INA) are considered part of the resident illegal alien population until they are granted legal permanent residence.¹

(*Population Estimate, Office of Immigration Statistics, DHS, 2018, p. 02*)

De acordo com a organização *Pew Research Center*, de 1990 a 2007, a população de imigrantes não autorizados aumentou, mais do que triplicando: de 3,5 milhões para um recorde de 12,2 milhões em 2007. Em 2017, a estimativa apresentada pela *Pew Research Center* é de que existiam 10,5 milhões de imigrantes não autorizados nos EUA, representando 3,2% da população do país. A estimativa divulgada pelo Escritório de Estatísticas da Imigração do *Department of Homeland Security* (DHS) é de que 12 milhões de imigrantes viviam nos EUA sem documentos legais em 2015. 60% dos estrangeiros ilegais tinham idades entre 25 e 44 anos e 53% eram do sexo masculino. Os homens representavam 57% da população de estrangeiros ilegais na faixa etária de 18 a 34 anos em 2015, enquanto as mulheres representavam 55% dos grupos de 45 anos ou mais. O *Migration Policy Institute* (MPI) apresenta uma estimativa de 11,3 milhões de imigrantes não autorizados que viviam nos Estados Unidos em 2018. Para isso, o MPI usa uma metodologia própria de atribuição de status legal e dados do *American Community Survey (ACS) do U.S. Census Bureau*.

O tema “ilegalidade” é tratado de forma velada entre as comunidades de migrantes por justamente se tratar de uma pauta delicada, que impõe restrições e mantém implicitamente o

¹ Tradução livre da pesquisadora: A população estrangeira ilegal residente é definida como todos os não cidadãos estrangeiros que não são residentes legais. A maioria dos imigrantes ilegais entrou nos Estados Unidos sem inspeção ou foi admitida temporariamente e permaneceu após a data em que foi solicitada a partida. Pessoas que são beneficiárias do Status de Proteção Temporária (TPS), Ação Adiada para Chegadas na Infância (DACA) ou outras formas de discricção do Ministério Público, ou que estão residindo nos Estados Unidos enquanto aguardam o processo de remoção no tribunal de imigração estão incluídas entre as estimativas de população estrangeira ilegal. Os estrangeiros ilegais que se candidatam ao ajustamento ao status de LPR ao abrigo da Lei de Imigração e Nacionalidade (INA) são considerados parte da população de estrangeiros ilegais residentes até que lhes seja concedida a residência permanente legal.

receio contínuo no quotidiano daqueles que não possuem a documentação cobrada pelas autoridades norte-americanas:

Quando se realizam de forma voluntária e em situação irregular, os indivíduos não têm muitas vezes consciência de que também abraçarão novos problemas, dificuldades e riscos, a exemplo da sua cidadania, dos seus direitos fundamentais, como trabalhadores, da sua saúde e qualidade de vida.

(Ramos & Franken, 2018, p. 14)

Os benefícios concedidos pelo governo dos Estados Unidos aos imigrantes não documentados variam de acordo com os estados em que estão no território norte-americano, pois os governadores têm autonomia na concessão destes, ditos, favorecimentos. No entanto, não há estado norte-americano que admita, por exemplo, o voto dos não documentados em eleições presidenciais, estaduais e municipais, embora em alguns locais os não documentados possam votar para os dirigentes escolares de escolas públicas. De acordo com o *National Conference States of Legislatures* (NCSL), dos 50 estados americanos, 15 emitem autorização legal para conduzir (emitem cartas de condução) a imigrantes não documentados. E em alguns locais, como o estado de Maryland, o documento apenas é válido dentro do estado, pois não tem status de um documento federal (NSCL, 2020).

Os imigrantes nos Estados Unidos, principalmente os que estão em condição de ilegalidade, representam uma força de trabalho para determinados serviços que o cidadão norte-americano não está disposto a desempenhar ou não demonstra interesse. De acordo com o *Pew Research Center*, do total de trabalhadores no país, 7,6 milhões são imigrantes não autorizados e a maioria deles encontra-se na construção civil, nos serviços agrícolas e domésticos (*Pew Research Center*, 2020). Capps et. Al. (2011) aponta um total de 7.22 milhões de imigrantes não autorizados como força de trabalho.

Muitos não documentados pagam taxas governamentais (ITIN - *Individual Taxpayer Identification Number*), na esperança de que este procedimento os beneficie no processo de obtenção de autorização de residência e posterior cidadania. No caso dos Estados Unidos, até a

conclusão desta pesquisa, não havia propostas públicas de políticas, apresentadas à sociedade, que apontem uma solução a curto prazo para a situação migratória dos chamados ilegais: “A migração constitui um desafio importante para os Estados, nomeadamente de caráter jurídico, assumindo particular importância a definição dos direitos dos trabalhadores migrantes e das suas famílias” (Ramos, 2014, p. 431).

Diante da revisão bibliográfica realizada para esta pesquisa, verifica-se que não é fácil identificar especificamente o número de brasileiros vivendo nos Estados Unidos, ainda mais não documentados. Como afirma Margolis (2009), a classificação é problemática porque brasileiros, além de evitarem participar de qualquer censo demográfico, não se encaixam no padrão norte-americano para as categorias étnicas ou raciais. Os brasileiros, por exemplo, não podem ser classificados como “hispanos” - geralmente a categoria usada no censo demográfico e em outras pesquisas estatísticas - porque falam português, não espanhol. O censo demográfico norte-americano também não reconhece como “brasileiros”, que se identificam como “hispano/latino”, porque apesar de ser uma designação geográfica, não é étnica.

Há ainda uma outra confusão que diz respeito aos falantes de português, como analisa Margolis (2009) ao citar um professor de português da *Brown University*, que quis entrevistar crianças que falavam português em escolas públicas de Boston. O professor considerou que iria encontrar crianças originárias de Portugal, quando na verdade identificou que entre 90% e 95% das crianças da pesquisa dele eram de origem brasileira. As escolas nunca informaram às autoridades estaduais sobre a origem das crianças porque a maioria era de famílias de não documentados:

As a result of these factors, Brazilians are invisible even when compared to other undocumented immigrant groups in the United States. For example, despite the high percentage of undocumented individuals in the Brazilian community, the Department of Homeland Security’s estimates of the resident unauthorized alien population in the United States do not place Brazil in the top of twenty countries of origin, thus implying

a resident population of fewer than thirty thousand undocumented Brazilians in the entire country, a ridiculously low figure that bears no relation to reality.²

(Margolis, Maxine, 2009, p. 8)

4. A Imigração e Integração em Contexto de Vulnerabilidade

Uma das perguntas que guiam este estudo diz respeito ao seguinte tema: “Como se sentem as imigrantes não documentadas: integradas ou discriminadas?”. A questão da vulnerabilidade, conforme destaca Ramos e Franken (2018), é presente no cotidiano das famílias que vivem no contexto do status da ilegalidade:

Ser cidadão significa ter direitos e deveres, em igualdade de condições com os outros indivíduos, e de os adquirir. O imigrante ilegal, despojado de identidade e cidadania, invisível e não identificado, vive numa condição de grande vulnerabilidade, não tem direitos civis, políticos e sociais, mas no dia-a-dia na terra de acolhimento atende muitas exigências, deveres e constrangimentos.

(Ramos e Franken, 2018, p.18)

Ramos (2014) observa também que a vulnerabilidade das mulheres não documentadas pode estar vinculada a vários níveis de discriminação. Geralmente, estas mulheres aceitam empregos informais, com piores condições de trabalho e salários, nos quais não estão protegidas pela legislação do país: “Regista-se uma procura crescente de trabalhadoras migrantes com diferentes níveis de habilitações para empregos relacionados com trabalhos domésticos e prestação de cuidados, área onde a regulamentação, leis e legislação são escassas ou não são cumpridas” (Ramos, 2014, p. 429).

Margolis (2009, p.41) refere que, na cidade de Nova York, por exemplo, os imigrantes não documentados brasileiros são bem recebidos por empregadores que querem pagar a hora de trabalho abaixo da média salarial, em discordância com normas de condição de trabalho e sem

Tradução livre da pesquisadora: Como resultado desses fatores, os brasileiros são invisíveis mesmo quando comparados a outros grupos de imigrantes sem documentos nos Estados Unidos. Por exemplo, apesar do alto percentual de indocumentados na comunidade brasileira, as estimativas do Departamento de Segurança Interna para a população estrangeira não autorizada residente nos Estados Unidos não colocam o Brasil no topo dos vinte países de origem, implicando, assim, em uma população residente de menos de trinta mil brasileiros indocumentados em todo o país, um número ridiculamente baixo que não tem nenhuma relação com a realidade. (Margolis, Maxine, 2009, p. 8)

benefícios como plano de saúde. A autora menciona que os trabalhadores, incluindo mulheres, não têm outra saída a não ser se submeterem a esta oferta, já que os mesmos empregadores não questionam a falta de documentos.

Este tipo de submissão, de empregados não documentados a empregadores que pagam mal, acontece por todo os Estados Unidos. Silva (2014) acrescenta que há uma incoerência de atitudes das autoridades norte-americanas, que sabem que os ilegais existem, mas aceitam a permanência dos mesmos por necessitar da mão-de-obra barata em setores carentes de profissionais. O autor exemplifica o caso dos proprietários de terras do Sul que conseguiram o estabelecimento de concessões para continuarem a usar mão-de-obra imigrante: “Percebe-se, nesse ponto, que, quando os imigrantes são necessários, eles são recebidos no território, de uma maneira ou de outra, pois há o interesse de setores economicamente fortes para isso” (Silva, 2013, p. 19).

Silva (2013) alerta que, ainda assim, existe a possibilidade de deportação, ou seja, do governo norte-americano identificar o imigrante em situação irregular e obrigá-lo a deixar o país compulsivamente. Tal possibilidade colabora para aumentar a situação de vulnerabilidade e os sentimentos de ansiedade e medo. No contexto dos brasileiros, os dados mais recentes do *Department of Homeland Security (DHM)* são relativos ao ano de 2018, quando 2.945 brasileiros foram obrigados a deixar o solo norte-americano. Fazem parte deste grupo pessoas com status migratório irregular (com visto oficial de permanência vencido ou inexistente) e/ou que tiveram envolvimento em algum tipo de crime (DHM, 2018).

Ter fluência no idioma do país de acolhimento (no caso dos Estados Unidos da América, o inglês) é uma das atribuições para se sentir integrado no país. Não se comunicar verbalmente ou não compreender o que é dito são barreiras limitadoras de inserção social e cultural. Os Estados Unidos não possuem uma política de integração que inclua programas públicos nem federal, nem estaduais, que ofereçam aos imigrantes, por exemplo, o acesso gratuito ao aprendizado da língua, no caso o inglês. Entre os imigrantes que vivem nos Estados Unidos, 44% “não falam bem ou não falam inglês” (*Migration Policy Institute - MPI analysis of U.S.*

Census Bureau, 2012-2016). A receptividade bem como o olhar preconceituoso dos cidadãos do país de acolhimento, no caso os norte-americanos nativos, podem fazer diferença na questão da integração do migrante. Diz Ramos: “Na integração, desenvolvimento e bem-estar das famílias e mulheres migrantes são determinantes as atitudes e comportamentos da população de acolhimento e as políticas da sociedade recetora” (Ramos 2014, p. 431).

As ações políticas polarizam o debate contra e a favor da imigração, uma vez que nos Estados Unidos há uma certa diferença entre o pensamento dos democratas e republicanos sobre o assunto. Há uma tendência de aceitação multicultural maior entre democratas do que entre republicanos. Ainda que, como mencionado, democratas e republicanos não tenham resolvido de forma definitiva a questão da ilegalidade.

No geral, a maioria dos norte-americanos tem opiniões positivas sobre os imigrantes. De acordo com o *Pew Research Center* (2019), mais de dois terços dos americanos (66%) afirmam que os imigrantes fortalecem o país “por causa de seu trabalho árduo e talentos”, enquanto cerca de um quarto (24%) afirmam que os imigrantes sobrecarregam o país com empregos, moradia e saúde.

5. Migração, Saúde e Qualidade de Vida

A busca por qualidade de vida está entre os principais motivos para a imigração, o que inclui melhorar as condições sociais e financeiras. Mas o termo “qualidade de vida” abrange claramente outros aspectos que não estão apenas relacionados a bens materiais. Também não se pode reduzir o significado de “qualidade de vida” ao fato de “estar em boa saúde”, como bem explica Minayo *et al.* (2000) ao questionar a incorporação do termo pela área médica. Para compreender os parâmetros sobre a “qualidade de vida”, é preciso analisar conhecimentos, experiências e valores individuais, conforme orientam Minayo *et al.* (2000):

O termo abrange muitos significados, que refletem conhecimentos, experiências e valores de indivíduos e coletividades que a ele se reportam em variadas épocas, espaços e histórias diferentes, sendo, portanto, uma construção social com a marca da relatividade cultural.

(Minayo *et al.*, 2000, p. 8)

Em diferentes áreas da sociedade, a busca pelo entendimento sobre o tema “qualidade de vida” envolve um variado número de estudos e pesquisas. Há de se destacar que, na história, a produção do fogo e a invenção da roda, cerca do ano 4000 a.C., foram dois marcos históricos rumo a busca por melhor qualidade de vida. Na área econômica, no fim da Segunda Guerra Mundial (1945), com o advento da economia de mercado, surgiu a ideia de que qualidade de vida estaria, equivocadamente, associada ao puro desenvolvimento material, ou seja, ao mercado consumista. (Ramos, Franken & Coutinho, 2010, p.3)

Na área de saúde, há estudos que consideram a possibilidade de medir o bem-estar dos indivíduos, mas sem empregar ainda o termo qualidade de vida. (Paschoal, 2000 citado por Ramos, Franken & Coutinho, 2010, p.3). Atualmente os conceitos mais aceitos de qualidade de vida buscam dar conta de uma multiplicidade de dimensões discutidas nas chamadas abordagens gerais ou holísticas. (Pereira, E.F.; Teixeira, C.S. & Santos, A., 2012, p.244)

O significado de qualidade de vida, que tanto depende do histórico particular de cada indivíduo perante seus anseios diante do mundo, pode ainda, segundo o *Pew Research Center* (2019), significar uma busca por melhores condições de estudo para si mesmo e para os filhos.

O direito à educação pública primária e secundária, por exemplo, é garantido aos não documentados. Mas os imigrantes nos EUA em geral têm níveis de educação mais baixos do que a população nascida nos EUA. Em 2018, os imigrantes tinham três vezes mais probabilidade do que os nascidos nos EUA de não ter concluído o ensino médio (*Pew Research Center*, 2019).

Neste estudo, foram realizadas 12 entrevistas, nas quais procurou-se detalhar os aspectos relativos à qualidade de vida desejados pelas mães brasileiras ao buscar a migração como alternativa de vida. Ramos, Franken & Coutinho (2010) recomendam:

Pesquisas sobre qualidade de vida apontam para valores não materiais, como amor, liberdade, solidariedade, inserção social, realização pessoal e felicidade; e também a elementos materiais, que têm como referência noções relativas de conforto, bem-estar e realização individual e coletiva, como alimentação, acesso à água potável, habitação, trabalho, educação, saúde e lazer.

(Ramos, Franken & Coutinho, 2010, p. 421)

6. A Saúde Mental das Mães Brasileiras Imigrantes em Situação Irregular

Os autores aqui analisados são unânimes em afirmar que a mudança de país tem um grande impacto na vida de qualquer imigrante, pois exige o enfrentamento de barreiras, como idioma, cultura, tradições e clima. No caso específico da mulher que sai do Brasil, objeto desta pesquisa, é preciso deixar para trás por exemplo, o clima tropical e adaptar-se a peculiaridades locais típicas dos Estados Unidos da América. A depender da região do país, há invernos rigorosos, com registro de temperaturas abaixo dos 0 graus, pelo período mínimo de 3 meses a 1 ano. Além disso, o inverno tem dias mais curtos, em que a luz do dia vai embora no meio da tarde.

Imigrantes mães, em gestação e/ou a criar os seus filhos longe do país de origem, distantes do contexto familiar, podem enfrentar várias dificuldades, como explica Ramos (2012). Afinal, a fonte de transmissão de cultura e apoio desaparece para estas mulheres justamente numa fase da vida em que estão particularmente frágeis: a maternidade.

A mulher imigrante exerce a maternidade na solidão e sem apoio e ainda tem de enfrentar o choque cultural na sociedade receptora. “A perda dos laços comunitários e familiares significa a perda da proteção física, psicológica e da tradição” (Ramos, 2012, p. 25). Ao perceber-se fora de uma zona de conforto, sem estrutura familiar por perto e sem nenhum tipo de apoio psicológico, a imigrante pode desencadear problemas relativos à saúde mental:

Para a mulher migrante, sobretudo para a mãe, a situação de migração poderá representar uma fonte de desânimo, ansiedade e depressão, com consequências para a criança, devido às rupturas, ao isolamento, à solidão, às dúvidas e à ansiedade que acompanham esta etapa.

(Ramos e Dias, 2020, p. 467)

A falta de comunicação, seja pela dificuldade da língua ou por diferenças culturais, assim como a situação de não serem cidadãos do país, sem direitos assegurados por lei, fazem estas mulheres se sentirem também sem direito à assistência médica ou psicológica, como advertem Ramos & Dias (2020):

Com efeito, alguns migrantes são confrontados com fronteiras de identidade, comunicação, pobreza, preconceito e racismo que os conduzem a situações de

sofrimento, desilusão e isolamento, as quais podem afetar a sua integração, saúde mental e física e a capacidade para reclamar e defender os seus direitos.

(Ramos & Dias, 2020, p. 460)

O acesso restrito aos serviços médico-hospitalares é uma realidade para o imigrante não-documentado nos Estados Unidos. De acordo com *National Conference of State Legislatures* (NCSL), os imigrantes não documentados não são elegíveis para programas de seguro de saúde federal e só são elegíveis para programas mais restritos, limitados aos cuidados preventivos e primários, deixando-os com desafios no acesso a serviços especializados.

O atendimento ao imigrante não-documentado se restringe, muitas vezes, à assistência médica de emergência, serviços em centros de saúde comunitários e certos programas específicos de saúde pública. Isto significa, por exemplo, que muitos não documentados se valem de atendimentos médicos em organizações voltadas para imigrantes, como entidades religiosas subsidiadas pelo governo. No caso de gravidez da mulher não documentada, ela está apta, na maioria dos estados americanos, a receber assistência gratuita, mas apenas durante o pré-natal até ao parto (NCSL, 2017).

No caso de planos particulares, os cidadãos americanos têm acesso a eles, na maioria das vezes, por causa do vínculo com o emprego. Como este vínculo não existe na maioria dos casos entre os imigrantes não documentados, o acesso a planos de saúde particulares torna-se mais complicado. Em 2011, apenas 29% dos imigrantes não autorizados tinham seguro de saúde privado ou patrocinado pelo empregador, enquanto 71% não relataram cobertura de seguro saúde. No mesmo ano, 47% dos filhos de imigrantes não autorizados não tinham seguro. (Capps *et. al.*, 2013)

Verifica-se que além das restrições do benefício, há outros fatores que impedem os imigrantes não documentados a procurar os serviços de saúde. A saber: proficiência limitada em inglês, falta de familiaridade com o sistema de saúde dos EUA, preocupação com o custo e com a fiscalização e controle da imigração (NCSL, 2017). Estas constatações são apresentadas no estudo de Ramos e Dias (2020).

Muitos migrantes enfrentam, igualmente, mais limitações a serviços e bens que promovem a saúde e previnem doenças, apresentando mais dificuldades de acesso aos serviços, explicitamente, de saúde, recorrendo, por exemplo, menos aos cuidados preventivos do que os nacionais.

(Ramos & Dias, 2020, p. 467)

Identifica-se, incluindo o acesso à serviços de saúde, que muitos pontos abordados ao longo desta exposição teórica sobre migração feminina são confirmados nas proposições apresentadas a partir da análise das entrevistas em profundidade que será apresentada nos próximos capítulos.

Faz-se necessário pontuar que este estudo percorre um caminho onde todas as questões discutidas perpassam e se cruzam num ponto focal: a maternidade. Apesar de terem diferentes idades, origens, quantidade de filhos e estarem em diferentes cidades norte-americanas, a maternidade é o elo que une as entrevistadas sob alguns aspectos importantes. Por serem mães: a conexão com o país ocorre muitas vezes por causa dos filhos nascidos em solo norte-americano; elas valorizam a qualidade de vida oferecida aos filhos sob o ponto de vista econômico; e a maioria delas, por causa dos filhos, não pensa de modo algum deixar os Estados Unidos da América e voltar a morar no Brasil.

II PARTE - INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA

1. Metodologia

A pesquisa em questão é de tipo qualitativa. Para tal, foram associados a pesquisa documental e a realização de entrevistas em profundidade, através de um guião de entrevista (Anexo A).

As entrevistas fundamentaram-se a partir da escuta de mães brasileiras imigrantes não documentadas, residentes em diferentes Estados da federação norte-americana, a partir de questões formuladas para aprofundamento da problemática em questão.

Verificou-se que as entrevistadas, justamente pela entrevistadora ser parte da comunidade brasileira nos Estados Unidos, demonstraram empatia e conforto para falarem sem constrangimentos sobre todos os temas apresentados. Tais entrevistas abordaram tópicos que tocam em assuntos essenciais, mas também delicados, como ilegalidade e preconceito, que foram muito explorados.

A experiência de campo, como observadora participante na rotina de mães brasileiras que vivem na região de Washington-DC, localidade onde a pesquisadora reside há 10 anos, foi muito importante para esta pesquisa. A familiaridade com o tema, o conhecimento pessoal e diário sobre a adaptação à cultura norte-americana e o fato de também ser mãe são considerações que se tornaram fundamentais, tanto na abordagem da pesquisa, desde a busca teórica, até à construção do guião de entrevista para a pesquisa.

Como a pesquisadora não se deslocou para todas as áreas relacionadas, verifica-se que o estudo de campo se limitou às seguintes regiões: grande Washington-DC, incluindo cidades dos estados de Maryland (Rockville, Wheaton, Kensington, Gaithersburg, Germantown, Potomac, Bethesda e Chevy Chase) e Virginia (Arlington, McLean, Alexandria e Falls Church). São incontáveis as situações de observação da pesquisadora quanto à realidade de mães brasileiras imigrantes: em congregações religiosas brasileiras, no comércio, no Consulado Brasileiro, na Embaixada do

Brasil, em festas da comunidade brasileira local, em contato com brasileiras que prestam serviço de limpeza.

A pesquisadora convive e conhece a comunidade brasileira ao seu redor, com a possibilidade de agregar mais informações e de saber como buscar tais informações de uma maneira mais apurada do que um pesquisador que não conhece o ambiente a ser investigado. E ainda, como jornalista e influenciadora digital, a pesquisadora mantém contato constante com a temática sobre imigração feminina por meio de uma comunidade de mães brasileiras na internet chamada de “Mães Fora do Brasil”, preservando páginas no *Facebook* e no *Instagram*.

Por meio da divulgação na rede social *Facebook* as possíveis participantes demonstraram interesse em participar da pesquisa. Deste universo, 98 mulheres foram contactadas via telefone, tendo havido um trabalho minucioso de explicação e conversa paciente para alcançar o perfil final: 12 brasileiras, mães, maiores de 25 anos, há pelo menos 4 anos nos Estados Unidos e sem documentação para permanecerem legalmente no país. O perfil de cada uma delas está descrito neste capítulo. Todas as entrevistas foram realizadas com uma duração média de uma hora e meia, de maneira virtual, por videoconferência.

1.1 Questões de investigação/opções metodológicas

Inicialmente, foram definidas questões de partida: Mães não documentadas brasileiras sentem-se mais vulneráveis por não terem cidadania americana? Sentem-se alvo de preconceito e discriminação no cotidiano? Sentem arrependimento ou satisfação por terem emigrado? Consideram que alcançaram ou estão a caminho de obter a qualidade de vida que desejavam? Sentem-se integradas ou não no país em que residem? Como percebem a sua saúde física e mental?

Selecionou-se para este estudo a pesquisa qualitativa. Como explicam Kauark *et al.* (2010), neste tipo de pesquisa é imprescindível levar em consideração tanto a interpretação dos fenômenos quanto a atribuição de significados:

Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

(Kauark *et al.*, 2010, p. 26)

Os críticos desta metodologia fundamentam-se em dois aspectos: o da representatividade e o da subjetividade (Marques, Strassburg e Piffer, 2017, p.89). Ainda assim, Martins (2004) destaca que há na pesquisa qualitativa um trabalho artesanal no qual a intuição e a imaginação do investigador colaboram não só para o aprofundamento da análise, mas também para a liberdade do intelectual.

1.2. Entrevista

O estudo baseou-se em entrevistas em profundidade, através de um guião de entrevista, com 12 mães brasileiras não documentadas de diferentes estados da federação norte-americana, analisando-se por meio de 35 questões, os desejos, os anseios, os medos e as perspectivas das mulheres entrevistadas.

Lakatos e Marconi afirmam que a entrevista é um encontro, no qual duas ou mais pessoas obtêm informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional: “É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social” (Lakatos e Marconi, 2003, p. 197).

Para Goode e Hatt (1969, p. 237), a entrevista "consiste no desenvolvimento de precisão, focalização, fidedignidade e validade de certo ato social como a conversação". Best (1972, p.120) ressalta que, quando realizada por um investigador experiente, a entrevista "é muitas vezes superior a outros sistemas de obtenção de dados”.

Lakatos e Marconi (2003, p. 196) destacam que a entrevista tem como objetivo principal a obtenção de informações do entrevistado, sobre determinado assunto ou problema. Selltiz (1972, p. 295) diz que há os seguintes objetivos para obtenção de informações via entrevista:

- a) Averiguação de "fatos". Descobrir se as pessoas que estão de posse de certas informações são capazes de compreendê-las;
- b) Determinação das opiniões sobre os "fatos". Conhecer o que as pessoas pensam ou acreditam que os fatos são;
- c) Determinação de sentimentos. Compreender a conduta de alguém através de seus sentimentos e anseios;
- d) Descoberta de planos de ação. Descobrir, por meio das definições individuais dadas, qual a conduta adequada em determinadas situações, a fim de prever qual seria a sua. As definições adequadas da ação apresentam em geral dois componentes: os padrões éticos do que deveria ter sido feito e considerações práticas do que é possível fazer;
- e) Conduta atual ou do passado. Inferir que conduta a pessoa terá no futuro, conhecendo a maneira pela qual ela se comportou no passado ou se comporta no presente, em determinadas situações;
- f) Motivos conscientes para opiniões, sentimentos, sistemas ou condutas. Descobrir quais os fatores que podem influenciar as opiniões, sentimentos e conduta e por quê. (Selltiz, 1972, p.296)

Gil (2008, p. 129-130) afirma que a utilização da entrevista na pesquisa social ocorre por distintas razões, ele cita, por exemplo: a) o fato de possibilitar a obtenção de dados referentes aos mais diversos aspectos da vida social; b) ser uma técnica eficiente para a obtenção de dados em profundidade acerca do comportamento humano. O autor reitera ainda que se a entrevista for comparada ao questionário, que é outra técnica aplicada nas ciências sociais, apresenta vantagens. A entrevista, segundo Gil (2008, p.129), não exige que a pessoa entrevistada saiba ler e escrever, possibilita a obtenção de respostas em profusão, é flexível pois o entrevistador pode esclarecer o significado das perguntas e adaptar-se mais facilmente às pessoas e às circunstâncias em que se desenvolve a entrevista; permite a captação de expressões e emoções do entrevistado: corpo, voz e reações.

Porém, ressalta Gil (2008, p.129), a entrevista também tem desvantagens, como o possível desinteresse do entrevistado para responder as perguntas; inadequação da compreensão do significado das perguntas; respostas falsas seja por motivações conscientes ou inconscientes; inabilidade ou mesmo incapacidade do entrevistado para responder adequadamente, em decorrência de insuficiência vocabular ou de problemas psicológicos; influência exercida pelo aspecto pessoal do entrevistador sobre o entrevistado e as opiniões pessoais do entrevistador interferindo sobre o entrevistado. Ainda assim, em se tratando justamente de opiniões sobre assuntos delicados da vida privada, buscar obter pacientemente as respostas das próprias entrevistadas, foi considerada pela pesquisadora a melhor forma de compreendê-las.

A entrevista em profundidade, se caracteriza pela utilização de um roteiro previamente elaborado, respeitando as categorias de análise baseadas em cuidados com linguagem, forma e sequência das perguntas, mas dando total liberdade ao entrevistado.

Na entrevista em profundidade, de acordo com May (2004, p.149), o foco “é seu caráter aberto”, podendo o (a) entrevistado (a) responder às perguntas conforme sua concepção, mas, não se trata de deixá-lo falar livremente. O pesquisador não deve perder de vista o seu alvo. Gil (2008, p.120) acrescenta que: “o entrevistado [pode] falar livremente sobre o assunto, mas, quando este se desvia do tema original, esforça-se para a sua retomada”. Para tal, cabe ao entrevistador um bom conhecimento do assunto.

Triviños (1987, p. 146-158) e Manzini (2003, pp.1-25) orientam que, na entrevista, deve-se concentrar a atenção na formulação de perguntas básicas para o tema a ser investigado. Para Triviños (1987, p.146), a entrevista em profundidade tem como característica primordial os questionamentos básicos que são apoiados em teorias, questões e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam fruto a novas questões e hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador, segundo Triviños (1987, p.157).

Ainda no que diz respeito à entrevista em profundidade, o pesquisador precisa ter em mente “o protagonismo do participante”, como explica Moré:

Nesse sentido, o diálogo proposto nesse tipo de entrevista, como um instrumento de coleta de dados, constitui-se num ‘espaço relacional privilegiado’, onde o pesquisador busca o protagonismo do participante. Será nesse espaço, criado e proposto pelo investigador, que o participante expressará livremente suas opiniões, vivências e emoções que constituem suas experiências de vida, cabendo ao pesquisador o controle do fluxo das mesmas.

(Moré, 2015, p. 127)

Este tipo de entrevista não requer um universo numeroso de entrevistadas, já que a pesquisa qualitativa não se legitima pela quantidade de participantes e sim pela qualidade, profundidade, detalhamento e contextualização de seus relatos (Moré, 2015, p. 127). Ainda assim, o número de participantes ideal para a entrevista em profundidade não constitui consenso entre os especialistas. O conjunto definido como sendo de 12 entrevistas mostrou-se satisfatório para a finalidade da pesquisa, tendo em vista o caráter delicado do tema - a imigração irregular nos Estados Unidos - que requereu a disponibilidade das mulheres em responder a várias perguntas de cunho pessoal.

Quanto à forma de abordar as entrevistadas, considerou-se não ser necessária a rigidez diante de um roteiro pré-estabelecido, considerando-se justamente o que explica Moré:

Entende-se a entrevista em ‘profundidade ou semiestruturada’ quando o pesquisador, diante de uma temática norteadora, e tendo a narrativa como referência principal, realiza outras indagações, na busca da compreensão do que o participante está narrando. Ou seja, são indagações em torno de um questionamento norteador, que tem por objetivo a busca de sentido para o pesquisador em relação à pergunta e/ou ao objetivo central da investigação.

(Moré, 2015, p.128)

1.3. Organização do guião de entrevista

No período de janeiro a março de 2021, foram realizadas 12 entrevistas, todas via *Zoom*, com duração média de uma hora e meia. Previamente houve a definição de um guião de entrevista.

O guião de entrevista foi dividido em duas partes: uma com perguntas de cunho sociodemográfico e outra com um conjunto de 35 perguntas, divididas em seis grupos, com o intuito de verificar o impacto da imigração ilegal na integração, na qualidade de vida e na saúde mental das entrevistadas imigrantes enquanto mulheres e mães.

Para Manzini (1990/1991), a entrevista está centralizada em um tema principal sobre o qual se elabora um guião com perguntas principais, complementadas por outras questões relacionadas às circunstâncias momentâneas da entrevista. De acordo com o autor, esse tipo de entrevista pode gerar informações de forma mais livre, assim como as respostas são mais livres de padronização e abertas a alternativas. Manzini (2003, p. 1-25) destaca também que é possível um planeamento da coleta de informações por meio da elaboração de um guião com perguntas que atinjam os objetivos pretendidos. O guião serviria, então, além de coletar as informações básicas, como um meio para o pesquisador se organizar para o processo de interação com o informante.

Com a utilização de um guião, como destaca Dantas (2016), é possível o aprofundamento da informação a recolher. Além disso, o entrevistador tem liberdade para introduzir novas questões ou alterar a sequência das perguntas/temas e a amplitude de resposta do entrevistado é maior:

Ao mesmo tempo, a utilização de um guião surge não só da necessidade de estruturação da conversa (suprimindo a dispersão da entrevista), mas serve também como grelha analítica para a posterior análise e comparação do material recolhido.

(Dantas, 2016, p. 266)

Cabe aqui uma explicação sobre a seleção de perguntas escolhidas para fazer parte do guião. Em comparação a outros estudos aos quais a pesquisadora teve acesso, houve a intenção de buscar mais profundamente as percepções e os sentimentos das entrevistadas em pontos cruciais como saudade, dificuldade na criação dos filhos em diferente cultura, distância da família,

sensação de pertencimento, preconceitos vividos e medos que se apresentam por conta da ilegalidade do status migratório.

Com a informação sobre o tema geral da pesquisa, as entrevistas foram negociadas previamente com as mães, mas as perguntas foram apresentadas somente no momento da realização. As entrevistadas foram informadas sobre o tema, mas não tinham ciência do conteúdo das questões abordadas. A seguir, as duas partes do guião utilizado para esta pesquisa.

Parte I:

Contém 12 perguntas relativas aos “Dados Sociodemográficos”: idade, estado civil, escolaridade, número e idade dos filhos, profissão, situação no mercado de trabalho, tempo de residência nos Estados Unidos, situação de residência (se alugada ou própria), estado em que vive nos Estados Unidos, estado em que vivia no Brasil, se chegou sozinha aos Estados Unidos ou acompanhada, quem mora com a entrevistada hoje e se possui religião.

Parte II:

Nesta parte, pretendeu-se direcionar seis grupos de perguntas para verificar o impacto da imigração ilegal na integração, na qualidade de vida e na saúde mental das entrevistadas, que são mães migrantes brasileiras vivendo de forma não documentada nos Estados Unidos. Foram realizadas perguntas subdivididas pelos seguintes grupos:

1. Motivação e adaptação;
2. Relacionamentos;
3. Status Migratório;
4. Maternidade;
5. Saúde e qualidade de vida e
6. Presente e futuro.

1.4 Como foram recolhidas as entrevistadas

A rede social *Facebook* foi utilizada como mecanismo de contato com as possíveis entrevistadas. Duas postagens foram feitas na página da pesquisadora chamada “Mães Fora do

Brasil”, que reúne mães brasileiras que moram em diversos países. A primeira postagem foi realizada no dia 19 de novembro de 2020, com uma foto da pesquisadora segurando uma placa a qual estava escrita a palavra “*Help*” (“Ajuda”, em inglês) e na sequência havia o seguinte texto: “Olá, queridas seguidoras do ‘Mães Fora do Brasil’. Eu, Fabiana Santos, responsável por esta página, estou precisando de vocês. Para a dissertação do meu mestrado em Relações Interculturais, estou buscando mães brasileiras que morem nos Estados Unidos para serem entrevistadas. Ficarei imensamente grata se vocês aceitarem participar. Quem se interessar pode deixar um comentário, que eu entrarei em contato com vocês pelo Messenger. Desde já agradeço demais!” (Anexo C).

Noventa e nove (99) mulheres se manifestaram deixando comentários de que estariam dispostas a participar. A mesma postagem como “Segunda Chamada” foi publicada em 8 de fevereiro de 2021, com a mesma foto e um texto semelhante. Esta segunda tentativa de contactar participantes foi necessária para cumprir a intenção de reunir 12 mulheres. Nesta segunda postagem, 52 mulheres também deixaram comentários e interesse em participar.

Em nenhuma chamada feita via rede social houve a explicação a respeito do perfil exigido para participar da entrevista. Considerou-se ser delicada a situação das imigrantes não documentadas e, portanto, este detalhe da pesquisa foi explicado a partir do momento em que a pesquisadora conseguiu fazer contato por telefone com as possíveis interessadas.

Cada uma das mulheres que se manifestou por meio de comentários na postagem do *Facebook*, foi contactada por mensagem privada pelo aplicativo *Messenger* (ligado ao *Facebook*). Para todas elas foram requisitados os números telefônicos, para que o perfil da pesquisa fosse explicado pela entrevistadora durante a conversa telefônica.

Noventa e oito mulheres foram contactadas via mensagem de texto pelo celular. A pesquisadora precisou insistir com algumas que não queriam contato por ligação telefônica. Conversar ao telefone em 2021 tornou-se um ato tão pessoal nos Estados Unidos da América que poucas pessoas indicavam estar à vontade para tal situação. Apesar de algumas resistências, todas as

contactadas concordaram com a conversa. Estabeleceu-se a partir daí a apresentação mais pessoal da entrevistadora e a informação sobre os critérios para o perfil das entrevistadas:

- a) Ser brasileira, mãe e não ter documentos de autorização para viver no país;
- b) Ter mais de 25 anos;
- c) Residir há pelo menos 4 anos nos Estados Unidos da América.

Foram realizadas 98 ligações telefônicas no total. Nem todas as mulheres se enquadraram nos critérios estabelecidos para o perfil, mesmo assim disseram ter curiosidade de ler o resultado do trabalho. Algumas fora do perfil comprometeram-se e conseguiram contactar outras mulheres. Observa-se que o período de contato e seleção das entrevistadas foi rico em conversas sobre a imigração clandestina nos Estados Unidos da América. Uma vez que várias mulheres ao telefone, apesar de já serem documentadas hoje, viveram por muitos anos sem documentação. Elas fizeram questão de relatar à pesquisadora um resumo de suas histórias. Os relatos serviram para colaborar na contextualização e compreensão dos estudos e casos aqui apresentados.

Para a pesquisadora, houve uma situação particular que merece ser relatada: uma brasileira, mãe, acima de 25 anos, há mais de 4 vivendo nos Estados Unidos da América, embora atenciosa, recusou-se veementemente a ser entrevistada. Segundo ela, apesar de compreender a importância do estudo para a análise das imigrantes ilegais sobre a perspectiva de mães brasileiras, a experiência era deveras dolorosa: “Não consigo admitir nem para mim mesma que vivo nesta situação de ilegalidade. Minha família no Brasil não sabe desta minha condição”.

Verifica-se ainda que as mulheres que atenderam ao perfil da pesquisa não demonstraram necessidade de concordância por parte do marido para participar da entrevista. Considerando-se que estas mulheres, quando casadas, possuem companheiros também em situação de ilegalidade, poderia haver uma preocupação familiar por conta de tal exposição, mesmo que anônima. Mas todas, mesmo as casadas, mostraram-se mulheres independentes, responsáveis pelas próprias decisões.

Foram agendadas 16 entrevistas: três mulheres desmarcaram e não quiseram remarcar o compromisso, 13 foram realizadas, mas uma das entrevistadas não atingiu o perfil desejado e sua participação foi descartada.

Do total de 12 mães brasileiras participantes: nove foram localizadas por meio do contato do *Facebook*, uma delas por meio de uma brasileira conhecida da pesquisadora e duas delas por meio de contatos feitos através do aplicativo *Clubhouse* (uma rede social de voz, com salas de conversa). Por meio deste aplicativo, inaugurado em 2020, a pesquisadora rastreou salas de brasileiras que moram fora do Brasil. Em conversas privadas com algumas mães brasileiras, conseguiu duas com o perfil desejado e que aceitaram participar da pesquisa.

Todas as participantes assinaram previamente à entrevista o “Termo de Consentimento Informado” - uma autorização para a pesquisadora utilizar os dados coletados, com informações sobre a dissertação de mestrado, sobre a entrevista por vídeo conferência, sobre o anonimato a ser mantido diante da publicação científica bem como sobre a voluntariedade da participação, cabendo a desistência em qualquer momento. O documento foi encaminhado via email. (Anexo B)

Também foi enviado por e-mail para cada entrevistada o convite com o link do aplicativo *Zoom* com horário e data da entrevista. Com um dia de antecedência, houve a confirmação do compromisso agendado, por meio de mensagem de texto por celular enviada pela entrevistadora a cada entrevistada.

1.5 A realização das entrevistas

Por se tratar de um período *sui generis* na história da humanidade - a pandemia causada pelo Covid-19 - e por causa da localização geográfica das entrevistadas variar bastante pelo território norte-americano, ficou definido que o contato para a entrevista seria feito via *Zoom Meeting* - aplicativo que permite a realização de reuniões virtuais, com audio e imagem. O horário e dia foram escolhidos pelas próprias participantes.

As entrevistas duraram entre 47 minutos e 2 horas e 2 minutos. A variação de tempo gasto com cada uma deu-se pelo fato de que algumas conseguiram ser mais sucintas e outras preferiram detalhar vários acontecimentos. O objetivo da entrevistadora era deixar as entrevistadas livres para dizer o que sentiam e dar tempo para isso, além de não ter pressa e demonstrar comprometimento na escuta.

Inicialmente, informou-se às entrevistadas sobre a gravação e transcrição das entrevistas, preservando o anonimato e o sigilo. Não houve resistência ou incômodo pela gravação das entrevistas. Uma curta conversa introdutória foi realizada com cada uma das entrevistadas para explicar o objetivo da pesquisa: analisar o contexto migratório das brasileiras mães não documentadas sob a perspectiva da integração, da qualidade de vida e da saúde mental. Além da observação de que elas deveriam ficar o mais a vontade possível, libertando-se de pudores e desconfianças. Nota-se que em momento algum houve interrupção de fala por parte da entrevistadora e algumas perguntas foram repetidas mais de uma vez a pedido das próprias entrevistadas, que se mostraram interessadas e comprometidas em refletir melhor sobre a resposta a ser dada.

Algumas mulheres indicaram preocupação em saber se estavam respondendo corretamente. Para este tipo de comentário, a entrevistadora informava sempre que elas só precisavam responder o que sentiam ou achavam. E que de maneira alguma haveria ali qualquer julgamento para as respostas apresentadas.

Observou-se que, durante as entrevistas, muitas brasileiras manifestaram agradecimento por estarem a ser ouvidas. Todos os nomes utilizados são fictícios. Marina afirmou que: “Isto me serviu como uma terapia, falei de assuntos que nunca havia falado com ninguém antes”. A maioria disse que a pesquisa seria importante para que ficasse registrado o que pensam, sentem e vivem. Na conversa preliminar pelo telefone para que a entrevista fosse marcada, Tania demonstrou interesse imediato em participar da pesquisa e disse a seguinte frase: “Fale por nós, aqueles que têm voz”.

Maioritariamente, as respostas das entrevistadas decorreram de forma bem fluida, com oralidade espontânea, sem transparecer constrangimentos diante dos temas abordados. Em verdade, muitas se mostraram à vontade para detalhar questões íntimas, familiares e de cunho psicológico. As entrevistadas responderam a todas as questões apresentadas.

Observa-se que o fato da entrevistadora ser uma influenciadora digital, com uma página na internet dirigida a mães brasileiras fora do Brasil, pode ter facilitado a relação com as entrevistadas no momento da entrevista, visto que as mulheres já tinham ou puderam ter um conhecimento prévio a respeito da entrevistadora por meio do seu trabalho nas redes sociais.

Por serem mães, durante a entrevista, seis delas foram interrompidas por algum dos filhos. A entrevistadora fez questão de deixá-las à vontade para que elas atendessem às crianças. As interrupções foram rápidas e não atrapalharam a retomada de raciocínio das entrevistadas.

A emoção foi visível em várias situações, sendo que várias delas choraram. Em momentos de fragilidade emocional, a entrevistadora se mostrou compreensiva e prudente, dando todo o tempo necessário para que o rumo da entrevista fosse retomado.

1.6 Caracterização sociodemográfica das entrevistadas

Todas as entrevistadas são brasileiras, mães e não documentadas. A composição etária das mulheres entrevistadas variou entre os 25 e os 54 anos. O tempo de moradia destas mulheres nos Estados Unidos da América variou de 4 a 21 anos. As entrevistas foram realizadas no período entre 06 de janeiro de 2021 a 27 de fevereiro de 2021.

Quatro entrevistadas têm curso superior, 3 têm curso superior incompleto e 5 têm segundo grau completo. Todas concluíram os estudos no Brasil, sendo que uma delas está cursando à distância a faculdade de Letras, no Brasil. Das 12 entrevistadas, apenas uma tem residência própria, as demais pagam aluguel.

Foram escolhidas mulheres que residem em diferentes estados norte-americanos: todas moram em áreas mais urbanas e em estados com variados contextos partidários. Considerou-se que quanto mais diversificado fosse o contexto político e migratório onde vive cada entrevistada, maiores seriam as oportunidades de reunir relatos de experiências distintas. Esta diversidade de informações enriqueceu sobremaneira os objetivos e resultados da investigação.

As entrevistadas residem: 2 em Maryland, 1 em Rhode Island, 1 no Texas, 2 em Massachussets, 4 em New Jersey, 1 na Carolina do Sul, 1 na Flórida. Sobre os estados de origem no Brasil: 2 do Paraná, 2 de São Paulo, 3 de Minas Gerais, 1 do Rio de Janeiro, 1 da Bahia, 1 de Goiás, 1 de Alagoas e 1 do Rio Grande do Sul. Sobre o status civil das entrevistadas: 4 divorciadas, 5 casadas, 3 solteiras.

Quanto a profissão: 5 são faxineiras (*house cleaner*); 1 é entregadora de compras; 1 é cuidadora de idosos; 1 é assistente em consultório médico; 1 é administradora voluntária de uma organização não-governamental. E 3 acumulam mais de uma atividade de trabalho, a saber: 1 é faxineira e cuidadora de idosos; 1 é faxineira e faz comida para vender; 1 é faxineira e funcionária de limpeza de uma empresa americana (*FedEx*).

As duas primeiras entrevistas foram feitas como um pré-teste para averiguar se haveria necessidade de modificar as perguntas por falta de entendimento ou qualquer outra alteração por conta do contato até então sem precedentes. Estas duas primeiras entrevistas transcorreram sem qualquer problema de compreensão ou qualquer imprevisto, com todas as perguntas mantidas como foram feitas às outras entrevistadas. Por causa disso, elas foram incorporadas normalmente à pesquisa.

Pelo acordo firmado para execução deste estudo serão preservados o anonimato e o sigilo das entrevistadas. As informações serão utilizadas apenas para fins científicos. Para identificação foi utilizado o critério de nomes fictícios.

Breve apresentação das mulheres pesquisadas por ordem cronológica da realização da entrevista:

1. **Tereza:** 39 anos, solteira, 1 filha de 14 anos de idade, há 5 anos nos Estados Unidos da América, mora no estado da Carolina do Sul, veio do estado de Alagoas sozinha (a filha veio depois), trabalha como entregadora de compras, mora em residência alugada com a filha em casa de amigos, tem ensino superior completo no curso de Marketing, religião evangélica. Mostrou-se tranquila, bastante disponível, à vontade com as perguntas e fez a entrevista de casa, no período da noite, depois de chegar do trabalho. Em alguns momentos, ficou com a voz embargada, por vezes emocionada, fez algumas pausas breves antes de continuar o raciocínio.

2. **Tania:** 25 anos, casada, grávida e com 1 filha de 3 anos de idade, há 4 anos nos Estados Unidos da América, mora no estado de Massachussets, veio do estado do Rio de Janeiro com o marido. Trabalha como faxineira (utiliza o termo “*house cleaner*”), mora em casa alugada com o marido e a filha, tem ensino médio completo, religião cristã protestante. Muito falante, não se intimidou com nenhum tipo de pergunta. Por algumas vezes, teve que interromper a entrevista para dar atenção à filha, mas não houve problema em retomar a conversa. Respondeu às perguntas de casa, durante uma tarde em que não estava trabalhando.

3. **Carina:** 28 anos, solteira, 1 filho de 2 anos de idade, há 5 anos nos Estados Unidos da América, mora no estado de New Jersey, veio do estado de São Paulo com o namorado. Trabalha como faxineira (também usa o termo “*house cleaner*”), mora em casa alugada com o namorado e o filho, tem ensino superior completo no curso de Veterinária, não possui religião. Simpática e interessada em participar da pesquisa, respondeu às perguntas de casa num dia que estava de folga do trabalho. O namorado estava em casa, mas não atrapalhou a entrevista. O filho precisou de atenção em alguns momentos, mas não houve interrupção do raciocínio.

4. **Marina:** 42 anos, casada, 2 filhos de 12 e 3 anos de idade. Há 9 anos nos Estados Unidos da América, mora no estado de Massachussets, veio do estado de Minas Gerais com o marido e um filho. Trabalha como faxineira, mora em casa alugada com o marido e os dois filhos, tem ensino superior incompleto no curso de Farmácia, religião católica. Foi muito aberta, tocou em pontos

delicados da vida. Houve momentos em que ficou muito emocionada, mas não chegou a chorar. A entrevista foi feita no fim de semana, de casa. Teve a interferência do filho mais novo algumas vezes, mas não houve prejuízo ao andamento da conversa.

5. **Fátima:** 43 anos, casada, 4 filhos com as seguintes idades: 21,18, 10 e 7 anos. Há 21 anos nos Estados Unidos da América, mora no estado da Flórida, veio do estado do Paraná com o esposo e grávida da primeira filha. Trabalha como faxineira e cuidadora de idosos, mora em casa alugada com o marido e os 4 filhos, tem ensino médio completo, religião cristã batista. Precisou remarcar a entrevista porque havia esquecido. Respondeu às perguntas de casa. Se mostrou tranquila e chorou em 3 momentos, ao falar da saudade dos pais e do medo de não vê-los mais.

6. **Laura:** 48 anos, solteira, quatro filhos, sendo gêmeos de 17 anos de idade, uma filha de 15 anos de idade e uma filha de 13 anos de idade. Há 19 anos nos Estados Unidos da América, mora no estado de Maryland, veio do estado da Bahia, sozinha. Trabalha como faxineira (é dona de uma empresa de limpeza e serviços gerais) e faz comida para vender. Mora em casa alugada com o namorado e os 4 filhos, possui ensino superior em Educação Física e religião católica. Muito falante e com histórias paralelas, fora do contexto das perguntas, as quais não foram interrompidas. Chamou bastante atenção o fato de não ter vindo para os EUA por questões financeiras e sim para “se aventurar”, apesar de hoje considerar a questão financeira um elemento importante para obter qualidade de vida. Ela concedeu a entrevista de casa, à noite. Precisou usar o celular ao invés do computador por problemas técnicos com o vídeo.

7. **Renata:** 40 anos, divorciada, dois filhos, um menino de 13 anos de idade e uma menina de 11 anos de idade. Há 16 anos nos Estados Unidos da América, mora no estado do Texas, veio do estado de Goiás, sozinha. Trabalha como cuidadora de idosos, mora em casa alugada com os dois filhos, tem ensino médio completo, não tem religião. Precisou remarcar a entrevista pois teve que levar a filha ao pediatra de emergência. Chamou a atenção o fato de ter um forte sotaque espanhol. Impressionou pelo relato detalhado de como atravessou a fronteira do México para entrar nos Estados Unidos. Deu a entrevista de casa no meio da semana. Um dos filhos tem

autismo e precisa de cuidados especiais. Sente falta de um diploma e se emocionou ao falar sobre a situação de humilhação que passou. Na última parte da entrevista, precisou sair de casa para buscar o filho na escola. Respondeu em seguida, enquanto ainda estava no carro esperando na porta da escola do filho.

8. **Denise:** 48 anos, divorciada, dois filhos, de 14 e 12 anos de idade. Há 20 anos nos Estados Unidos da América, mora no estado de Rhode Island. Veio do estado de Minas Gerais com o ex-marido. Trabalha como faxineira, mora em casa alugada com os filhos, possui ensino superior incompleto, religião católica. Mostrou-se bastante disponível assim que o convite para a entrevista foi feito. Deu a entrevista de casa, durante a semana, num dia de folga do trabalho. Um dos filhos a interrompeu rapidamente, mas ela explicou que estava ocupada. Está fazendo um curso superior de letras à distância no Brasil.

9. **Vilma:** 40 anos, divorciada, 4 filhos com as seguintes idades: 18, 12, 9 e 6 anos. Há 21 anos nos Estados Unidos da América, mora no estado de Maryland. Veio do estado do Rio Grande do Sul, sozinha. Trabalha como faxineira e administradora da própria companhia de limpeza, mora em casa alugada com os 4 filhos, tem ensino médio completo, religião adventista. Muito disponível e interessada em colaborar. Concedeu a entrevista de casa, numa manhã de folga do trabalho. Destaque para o caso de depressão que vivenciou em situação migratória: “Eu mudei o meu jeito de ser, me tornei mais fechada, mais quieta para não chamar a atenção por ser ilegal”.

10. **Aline:** 38 anos, divorciada, um filho de 13 anos de idade. Há 6 anos nos Estados Unidos da América, mora no estado de New Jersey, veio do estado do Paraná com o marido e o filho. Trabalha como faxineira, mora em casa alugada com o filho, tem ensino médio completo, não possui religião. Muito tranquila, respondeu todas as perguntas com muita clareza e objetividade. Chama a atenção o fato de ser mãe solteira e o filho ficar sozinho em casa, desde os 7 anos de idade, enquanto ela trabalha. Concedeu a entrevista de casa, à noite após o trabalho. Em determinado momento da entrevista, o filho entrou no quarto (sem que fosse visto pela câmara) e ela explicou que ele apenas apareceu para mandar um beijo para ela. Já comprou casa no Brasil

com o dinheiro ganho nos EUA. Tem pesadelos frequentes com a cena de estar no Brasil e querer voltar para a América do Norte. Quer casar com um norte-americano.

11. **Sonia:** 54 anos, casada, 2 filhos, sendo uma filha de 34 anos de idade e um filho de 31 anos de idade. Há 15 anos nos Estados Unidos da América, mora no estado de New Jersey, veio do estado de Minas Gerais acompanhada apenas do marido. Tem ensino superior em Ciências Econômicas. Trabalha como voluntária numa organização não-governamental, mora em residência própria com o marido e um filho, religião batista. Concedeu a entrevista num sábado pela manhã, horário de folga do trabalho. Chama a atenção ter decidido deixar os filhos no Brasil para terem melhores estudos. Chegou a chorar. Por causa do trabalho voluntário, está em contato diário com outros imigrantes não documentados.

12. **Bianca:** 33 anos, casada, 2 filhas, de 16 e 11 anos de idade. Há 5 anos nos Estados Unidos da América, mora no estado de New Jersey, veio do estado de São Paulo com as filhas, o marido veio antes. Tem ensino superior incompleto na área de Farmácia. Trabalha como assistente de médico, mora em residência alugada com o marido e as duas filhas. Religião cristã. Concedeu a entrevista num dia da semana em que estava de folga. O marido estava perto, mas não apareceu no vídeo, nem fez qualquer interferência. Destaca-se gostar muito do trabalho que faz, conviver com muitos brasileiros e falar muito da própria mãe, que também mora nos EUA.

Quadro com os dados sociodemográficos:

ENTREVISTADAS	IDADE	ESTADO CIVIL	ESCOLARIDADE	Nº FILHOS (IDADE)	PROFISSÃO
Tereza	39	solteira	superior	1 (14 anos)	entregadora de compras
Tania	25	casada	médio	1 (3 anos)	faxineira
Carina	28	solteira	superior	1 (2 anos)	faxineira
Marina	42	casada	superior incompleto	2 (12 e 3 anos)	faxineira
Fatima	43	casada	médio	4 (21,18,10 e 7 anos)	faxineira/cuidadora de idosos
Laura	48	solteira	superior	4 (17,17,15 e 13 anos)	faxineira
Renata	40	divorciada	médio	2 (13 e 11 anos)	cuidadora de idosos
Denise	48	divorciada	superior incompleto	2 (14 e 12 anos)	faxineira
Vilma	40	divorciada	médio	4 (18,12,9 e 6 anos)	faxineira
Aline	38	divorciada	médio	1 (13 anos)	faxineira
Sonia	54	casada	superior	2 (34 e 31 anos)	voluntária serviços sociais
Bianca	33	casada	superior incompleto	2 (16 e 11 anos)	assistente de médico

ENTREVISTADAS	TEMPO NOS EUA	ESTADO ONDE VIVEM	ORIGEM NO BRASIL	RELIGIÃO
Tereza	5	Carolina do Sul	Alagoas	evangélica
Tania	4	Massachussets	Rio de Janeiro	evangélica
Carina	5	New Jersey	São Paulo	não possui
Marina	9	Massachussets	Minas Gerais	católica
Fatima	21	Flórida	Paraná	evangélica
Laura	19	Maryland	Bahia	católica
Renata	16	Texas	Goiás	não possui
Denise	20	Rhode Island	Minas Gerais	católica
Vilma	21	Maryland	Rio Grande do Sul	evangélica
Aline	6	New Jersey	Paraná	não possui
Sonia	15	New Jersey	Minas Gerais	evangélica
Bianca	5	New Jersey	São Paulo	evangélica

2. Análise e discussão dos resultados

A partir das respostas e sua posterior transcrição para texto do material compilado das entrevistas aplicadas a 12 mães, brasileiras, com idades de 25 a 54 anos, todas com mais de 4 anos de residência nos Estados Unidos da América, não documentadas, ouvidas ao longo do período de 6 de janeiro a 27 de fevereiro de 2021, constituiu-se o *Corpus* deste estudo. Aplicou-se o método de transcrição naturalista, conforme observam Azevedo *et.al* (2017, p. 261): “Corresponde à transcrição minuciosa do que é dito e exatamente como é dito e preconiza a preservação dos diferentes elementos da entrevista para além do conteúdo verbal, tais como a linguagem não-verbal”.

As informações fornecidas pelas entrevistadas foram analisadas, verificando-se a identificação dos elementos comuns que emergem do material recolhido para se ter uma visão de conjunto – partindo dos discursos manifestos que detectem regularidades de maneira a ajudar na compreensão geral da questão migratória. Posteriormente, foi realizada análise em profundidade dos casos particulares e das percepções e vivências das entrevistadas, observando-se as trajetórias individuais a fim de comparar os vários percursos e experiências. A análise foi realizada simultaneamente na vertical (entendendo cada entrevista como um todo) e na horizontal (cada tema é comparado transversalmente nos vários discursos), de acordo com estudos de Dantas (2016, p. 270).

A partir das respostas concedidas nas entrevistas, identificaram-se as motivações que estas mulheres tiveram ao imigrar e a percepção delas quanto ao acolhimento que receberam (tanto governamental quanto da população do país receptor). O presente estudo pretende descrever e compreender a complexidade e vivências destas mães brasileiras ilegais, nos Estados Unidos da América, a partir dos relatos das 12 mulheres, que vivem em Maryland, Rhode Island, no Texas, em Massachussets, em New Jersey, na Carolina do Sul, na Flórida, e que emigraram de estados diferentes do Brasil, a saber: Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Goiás, Alagoas e Rio Grande do Sul.

Para melhor análise e discussão dos relatos, definiu-se pelas seguintes categorias a partir das respostas obtidas:

- Motivação, adaptação e integração

Nesta categoria busca-se esclarecer os motivos que levaram as brasileiras entrevistadas a decidirem imigrar para os Estados Unidos da América, incluindo as informações de como entraram no país receptor; as dificuldades de adaptação, considerando-se as diferenças culturais entre Brasil e EUA, e também o entendimento das entrevistadas em relação a se sentirem ou não integradas ao país receptor a partir da experiência de cada uma delas na vida em sociedade e na vida familiar.

- Consequências do status migratório

Considerando-se que as mulheres que integram este estudo não possuem cidadania norte-americana para si, nesta categoria pretende-se analisar e discutir as respostas das entrevistadas sobre questões ligadas ao status migratório. A saber: a saudade do Brasil; o fato de não poderem

deixar os EUA para visitar o país de origem e as questões que envolvem vulnerabilidade, preconceito e discriminação.

- Maternidade e Saúde

Nesta categoria considera-se entender como as entrevistadas exercem a maternidade nos EUA, e por conseguinte: a questão das redes de apoio materno, a distância da família, os conflitos culturais com os filhos e/ou por causa dos filhos, a saúde mental destas mulheres e que tipo de assistência médico-hospitalar recebem.

- Qualidade de vida e Futuro

Nesta categoria busca-se o entendimento das entrevistadas sobre qualidade de vida e se tal visão vai de encontro às expectativas existentes antes da chegada aos EUA. Há também análise e discussão das respostas das entrevistadas sobre: medo, arrependimentos, e oportunidades no país receptor. E ainda os planos que possuem para o futuro, incluindo se pretendem ou não voltar a morar no país de origem, no caso, o Brasil.

2.1 Motivação, adaptação e integração

Neste subcapítulo estabelece-se por meio das respostas das entrevistadas os motivos que a levaram a deixar o Brasil. Evidencia-se que a questão econômica foi a mais citada. Identifica-se ainda que entre as 12 entrevistadas, 11 entraram nos Estados Unidos de maneira legal, utilizando-se um visto de turista emitido no Brasil pelo governo norte-americano por meio de consulado ou da embaixada.

Uma das entrevistadas imigrou tendo atravessado a fronteira entre o México e os Estados Unidos e apresentou um depoimento detalhado de como ocorreu tal fato.

Entre todos os depoimentos sobre a dificuldade de adaptação em solo norte-americano, o quesito evidenciado como a “maior dificuldade” foi o idioma. A partir das respostas das entrevistadas

observa-se que tal questão interfere diretamente: nos relacionamentos, na integração cultural e na autoestima das entrevistadas.

Neste subcapítulo também se aborda a percepção das entrevistadas quanto à integração à cultura norte-americana. Não há um consenso entre as entrevistadas. São vários os modelos de integração percebidos, entre eles, a assimilação e o transnacionalismo. Há também depoimentos que negam a integração à cultura norte-americana e depoimentos de quem se sente integrada pois considera ter “um pedaço do Brasil” dentro do país.

2.1.1 Sem esperança no Brasil

O movimento migratório pelo mundo é constante e intermitente, como demonstram a história e as pesquisas já publicadas. No caso da imigração brasileira, a contribuição do Brasil ao total de imigrantes nos Estados Unidos da América começou a crescer a partir da crise econômica brasileira da década de 80 (Goza, 1992; Marinucci, 2005). Observa-se que, nas últimas duas décadas, há um aumento em decorrência de motivações diversas, mas a força motriz é a econômica (Marinucci, 2005, p.8). As repostas das entrevistadas a esta pesquisa corroboram esta informação. Conforme explicado em capítulos anteriores, para preservação das entrevistadas, os seus nomes foram alterados.

No que diz respeito à pergunta “Qual o motivo que a fez migrar?”, maioritariamente a resposta das entrevistadas está ligada à questão financeira: 9 entre as 12 entrevistadas citaram a situação econômica, como confirmam os testemunhos:

- *“Teve uma motivação financeira, total. A gente estava sem esperança lá no Brasil e a gente tentou vindo para cá, construir alguma coisa”* (Denise, 48 anos).
- *“A vida no Brasil já não estava boa em relação ao trabalho, em relação ao salário. A gente não estava conseguindo ter muita perspectiva profissional no Brasil”* (Tania, 25 anos).

- *“Foi para melhorar a vida. Financeira. Eu não queria ser babá no Brasil. Eu queria mudar de vida e o único meio de mudar de vida foi vindo pra cá”* (Vilma, 40 anos).
- *“Meu namorado trabalhava numa empresa terceirizada da Petrobras, foi quando teve aquele escândalo no Brasil, ele acabou ficando desempregado. Aí ele tinha uma conhecida que morava aqui há um bom tempo já e ela ofereceu para ele vir. Viemos pra ver como é que era, pra gente dar um tempo do Brasil.”* (Carina, 28 anos)

Ainda diante da mesma questão, algumas entrevistadas mencionaram a preocupação com a preservação da vida e segurança pessoal e da família:

- *“Financeira e de segurança também. O Rio de Janeiro estava muito violento, muito, muito.”* (Tania, 25 anos)
- *“Qualidade de vida. Eu queria uma vida melhor para mim e meu filho. Financeiramente, segurança e educação.”* (Aline, 38 anos)

Em relação à mesma questão, três das 12 entrevistadas alegaram aspectos associados à curiosidade e à aventura:

- *“Curiosidade. Porque nessa época, o meu ex-marido estava trabalhando com o irmão dele de coiote, traziam pessoas para cá. Então, eu podia viajar porque ele comprava muitas passagens.”* (Renata, 40 anos)
- *“Curiosidade. De conhecer um novo país, uma nova língua e uma nova cultura.”* (Tereza, 39 anos)
- *“Eu vim pra curtir a vida, me aventurar.”* (Laura, 48 anos)

Margolis (2009) refere que o imigrante tende a procurar lugares em que ele tem contatos: “After all, information - as well as aid and comfort - is more likely to be available to individuals who

already have friends and relatives living in the migration locale”³ (Margolis, 2009, p. 30). Comprova-se que das 12 entrevistadas, 9 disseram ter um “amigo”, “conhecido”, “parentes” ou “mãe” nos Estados Unidos da América, antes de migrarem.

2.1.2 No passaporte de chegada: visto de turista

Geralmente, um cidadão de um país estrangeiro que deseja entrar nos Estados Unidos deve primeiro obter um visto, seja um visto de não-imigrante para uma estada temporária ou um visto de imigrante para residência permanente. Os vistos de visitante são vistos de não imigrante para pessoas que desejam entrar nos Estados Unidos temporariamente para negócios (visto categoria B-1), para turismo (visto categoria B-2) ou para uma combinação de ambos os propósitos (B-1 / B-2). (*U.S Department of State - Bureau of Consular Affairs*⁴).

Onze, das 12 mães brasileiras entrevistadas, disseram ter ingressado nos Estados Unidos da América com visto de turista. Pelos relatos, observa-se que todas pertencem à classe média, pois informaram que já tinham viajado para os Estados Unidos, outras cursaram faculdade no Brasil e a maioria afirmou estar empregada.

Margolis (2009, p.13) destaca que, para ter aprovação com este tipo de visto, os viajantes precisam demonstrar que têm recursos suficientes para ficar em território norte-americano demonstrar motivações convincentes para retornar ao Brasil: um bom emprego, ser dono de algum imóvel ou ter fortes laços familiares.

Verifica-se, nas entrevistas, que não houve problemas para as entrevistadas conseguirem o visto de turista. Nenhuma das entrevistadas precisou tentar mais de uma vez para obtenção de tal autorização para entrar nos Estados Unidos. Seguem os relatos:

³“Afim, as informações - assim como ajuda e conforto - provavelmente estarão disponíveis para indivíduos que já têm amigos e parentes morando no local de migração.” (Margolis, 2009, p. 30). Tradução livre.

⁴ Travel.State. Gov U.S. DEPARTMENT of STATE — BUREAU of CONSULAR AFFAIRS

- *“Eu me lembro que foi muito simples a minha entrevista e não tive dificuldade nenhuma. Somente o nervosismo e a ansiedade mesmo.”* (Sonia, 54 anos)
- *“Nossa entrevista foi bem rapidinha, menos de 15 minutos. Na época eu trabalhava como divulgadora de um curso de inglês e estava cursando Turismo na Universidade Federal Fluminense.”* (Tania, 35 anos)
- *“Eu já tinha vindo para a Disney, mas o visto expirou depois de 10 anos. Apliquei de novo, levei comprovantes que eu tinha bens em meu nome e não tive nenhuma dificuldade.”* (Laura, 48 anos)

A referida facilidade com que a maioria das mulheres entrevistadas deste estudo conseguiu obter o visto para entrar nos Estados Unidos contradiz algumas informações oficiais do governo norte-americano que apontam as mudanças na lei de imigração dos EUA, a partir da década de 90, tornando-se mais difícil para os brasileiros obterem vistos de turista.

A Lei de Reforma da Imigração Ilegal e Responsabilidade do Imigrante de 1996 tornou mais difícil entrar legalmente nos EUA se um indivíduo já tivesse estado no país sem autorização. Essas mudanças legislativas resultaram em um aumento de brasileiros entrando ilegalmente nos Estados Unidos através da fronteira EUA-México. As apreensões de brasileiros na fronteira aumentaram de 88 no ano de 1992, para mais de 32.000 no ano de 2005. Em outubro de 2005, o México começou a exigir que os brasileiros obtivessem um visto para entrar no país, interrompendo o fluxo na fronteira (MPI, 2019).

2.1.3 A história de uma travessia

Como já referido, esta pesquisa foi realizada no período de transição presidencial norte-americana. O momento de início da procura das entrevistadas até a realização das entrevistas (novembro de 2020 até março de 2021) coincidiu com o período da história política norte-americana da derrota eleitoral do republicano Donald Trump (que buscou ser reeleito após 4 anos de mandato) e a posse do democrata Joe Biden.

Como descreve Huber (2015), no seu estudo sobre o comportamento do presidente Trump: “In his June 2015 announcement, Trump began his bid for the presidential race with a speech describing the U.S. as a nation falling behind. Trump’s presidential announcement quickly led to the topic of undocumented immigration and, specifically, the U.S.-Mexico border.”⁵ (Huber, 2015, p. 222)

Huber (2015) transcreve textualmente as palavras de Trump durante o discurso de campanha realizado em 2015, com ofensas diretas aos imigrantes que atravessam a fronteira do México:

When Mexico sends its people, they’re not sending their best. . . . They’re sending people that have lots of problems, and they’re bringing those problems with us. They’re bringing drugs. They’re bringing crime. They’re rapists. And some, I assume, are good people. —Donald Trump, 2015 *Presidential Bid Announcement*.⁶

(Huber, 2015, p. 222)

Apenas uma entrevistada entrou nos Estados Unidos pela fronteira do México com o Texas. Apesar de tal fato ter ocorrido, anteriormente à administração Trump, este estudo considera relevante pontuar o movimento trumpista que, durante 4 anos, evidenciou questões ligadas à fronteira justamente do Texas com o México. Houve, nesse período, a tentativa de Trump de construir um muro de separação entre os dois países, proposta apresentada durante a campanha presidencial: “It’s a terrible thing to see. . . Millions of people are flowing across our southern border. We’ve got to build a real wall. With all of this our country has tremendous potential.

⁵ Em seu anúncio de junho de 2015, Trump começou sua candidatura à corrida presidencial com um discurso descrevendo os EUA como uma nação que está ficando para trás. O anúncio presidencial de Trump rapidamente levou ao tópico da imigração ilegal e, especificamente, a fronteira EUA-México.” Tradução livre da pesquisadora.

⁶ Quando o México envia seu povo, eles não estão enviando o seu melhor. Eles estão enviando pessoas que têm muitos problemas, e eles estão trazendo esses problemas com eles. Eles estão trazendo drogas. Eles estão trazendo o crime. Eles são estupradores. E alguns, presumo, são boas pessoas. —Donald Trump, Anúncio da Proposta Presidencial de 2015”. Tradução livre da pesquisadora.

Let's make America great again” (Donald J. Trump, *Make America Great Again Video*, Aug. 27, 2015, <https://perma.cc/D6A5-PYMS>).⁷

Pelos dados oficiais apresentados pelo *U.S. Customs and Border Protection* (CBP), em junho de 2021, foram detectadas 188.829 pessoas tentando entrar ao longo da fronteira sudoeste. Este total representou um aumento de 5% em relação ao mês anterior. O número de indivíduos encontrados durante o ano vigente até o momento desta pesquisa (2020/2021) foi de 454.944 em comparação com 489.760 durante o mesmo período em 2019/2020.

Há 16 anos nos Estados Unidos da América, Renata, de 40 anos, divorciada, mãe de dois filhos, mora no Texas e deixou o estado de Goiás, que é basicamente rural, aos 24 anos, em busca de oportunidades e qualidade de vida, como relatou ao longo da entrevista. Renata atravessou a fronteira do México com o estado do Texas, em território norte-americano, no ano de 2005, durante a administração do presidente republicano George W. Bush. Sobre este período da história norte-americana, o historiador Gustavo Pinto faz a seguinte observação:

Migration through the Mexican border proved to be relatively safe without the tremendous threat of immediate deportation. As a result, in the first eight months of 2005, over 31,000 Brazilians crossed the Mexican border. Trailing behind Mexico, Honduras, and El Salvador, Brazil became the fourth-largest presence of undocumented border crossings.⁸

(Pinto, 2015, p.20)

Renata fala português com forte sotaque espanhol e detalhou a travessia pela fronteira do México para entrar nos Estados Unidos, pelo estado do Texas. A entrevistada não conteve a emoção ao relatar a humilhação que viveu:

⁷“É uma coisa terrível de se ver... Milhões de pessoas estão cruzando nossa fronteira sul. Temos que construir um muro de verdade. Com tudo isso, nosso país tem um potencial tremendo. Vamos tornar a América ótima novamente.” (Donald J. Trump, Vídeo Make America Great Again, 27 de agosto de 2015, <https://perma.cc/D6A5-PYMS>.) Tradução livre.

⁸ A migração através da fronteira mexicana provou ser relativamente segura sem a tremenda ameaça de deportação imediata. Como resultado, nos primeiros oito meses de 2005, mais de 31.000 brasileiros cruzaram a fronteira mexicana. Atrás do México, Honduras e El Salvador, o Brasil se tornou a quarta maior presença de travessias de fronteira não documentadas. (Pinto, 2015, p. 20) Tradução livre da pesquisadora.

Foram vários momentos difíceis. O primeiro é o medo. Quando você chega no rio, ele não é tão pequeno como eles falam. Você olhando dessa borda para a outra borda, você vê um rio pequeno. Mas depois que você entra, ele é grande e fundo. Porque depende dos locais que as pessoas passam e depende da época do ano. Não tinha boias para todo mundo, e eles colocavam 10 em cada boia, quem não soubesse nadar o rio levava. Eram bastantes coiotes. Teve uma parte que eu não vi nada, eu tinha um coiote me guiando quando a gente saiu da água, porque eu não queria ver. Eu evitei ver para não ficar em pânico.

Renata relatou que o ex-marido e o ex-cunhado trabalhavam como “coiotes”, expressão utilizada para as pessoas que atuam como atravessadores de imigrantes latinos e que conseguem driblar as autoridades migratórias e a polícia para fazer os imigrantes entrarem nos Estados Unidos. Em 2005, cada imigrante chegava a pagar US\$ 11 mil pelo serviço. Renata afirmou que entre os latinos, o brasileiro era o que desembolsava mais dinheiro, embora ela não tenha pagado nada porque o marido era um dos responsáveis pela atividade e conduzia o grupo em que estava:

Depois que passou a fronteira, passou a cerca eletrônica, eles colocaram a gente dentro de um furgão e ali a gente deitou um em cima do outro. E eles avisavam: não respirem, se respirarem muito vão tomar o ar um do outro então relaxem, mantenham a calma. Com a roupa molhada, eles instruíam a gente usar a própria roupa para respirar. A gente chegou num hotel, já do lado americano, com um calor horrível, parecia o inferno. Não tinha ar condicionado, só ventilador, éramos muita gente. Nunca faltou comida, nem água. Mas ainda assim eu perdi 12 quilos em 7 dias.

De acordo com a descrição da entrevistada Renata, o risco de ser abordada pela polícia americana continuou mesmo depois de já ter alcançado o território americano:

Quando nos transportaram para uma outra cidade, alugaram uma camionete e tínhamos que ficar em pé um do lado do outro, sem apoio. Uma amiga desmaiou, um senhor também. Depois colocaram a gente num outro caminhão cheio de madeira, porque diziam que o cheiro desta madeira fazia diminuir o cheiro dos humanos. O destino era Atlanta. Uma distância de 21 horas. Falaram para a gente esconder atrás da madeira. Quando chegou em outra fronteira, eles mandavam a gente ficar calado, porque havia cachorros e os policiais, a gente conseguia escutar os policiais. Foi um risco ainda maior. A gente escutava todos os movimentos, a gente ficou 40 minutos parado. Mas eles não nos encontraram. A gente fez ao pé da letra o que mandavam a gente fazer. A maior adrenalina da minha vida. Quando passou, foi um grande alívio.

Em Atlanta, o destino final do grupo que atravessou a fronteira, Renata relatou ter morado por quatro meses com uma amiga brasileira que já estava na cidade, em seguida alugou um local

para viver sozinha. O ex-marido de Renata chegou a ser preso posteriormente. Segundo a entrevistada, o ex-marido e o ex-cunhado falsificaram a assinatura dela para conseguir vender casas. O ex-cunhado acabou sendo morto nos Estados Unidos por conta de envolvimento com diversos crimes. Ela não possui mais contato com o ex-marido.

Renata não sofreu violência física ao fazer a travessia, ainda que existam casos noticiados pela *mídia* de imigrantes que morreram durante este processo. Em setembro de 2021, por exemplo, Lenilda dos Santos, uma brasileira de 49 anos, tentou entrar nos EUA da mesma maneira que Renata - pela fronteira do México. A brasileira morreu de sede ao ser abandonada no deserto do estado norte-americano do Novo México.⁹

Apesar de Renata ter conseguido chegar com vida ao destino desejado, pode identificar-se durante o depoimento, mesmo depois de tantos anos, que a entrevistada ainda carrega prejuízos psicológicos. Renata diz: *"É algo que todo mundo que passa por isso fica marcado pra sempre."* Mas em outro momento da entrevista, ela faz a seguinte declaração: *"Vivemos num mundo que não é seu, que a gente invadiu. Não fomos convidados, insistimos em estar aqui, com discriminação ou não. Mesmo assim eu admiro muito os americanos"*.

O trauma e o conformismo evidenciados no relato de Renata corroboram com o que Moreira (2014) chama de "violência simbólica" vivida por imigrantes que atravessam a referida fronteira.

A violência simbólica, além de ser inerente à estrutura, difusa e extrafísica, é reflexivamente aceita, legitimada e reproduzida pelo próprio sujeito que a sofre, acreditando ter algum benefício com isso, ou seja, praticando condutas que mantenham sua posição no meio social, sem consciência de que tais condutas são a condição para a sua própria dominação.

(Moreira, 2014, p.47)

Moreira também relaciona a violência simbólica com o fato de que para sobreviverem, os imigrantes ilegais não podem sequer fazer denúncias sobre os maus-tratos que sofreram:

⁹ <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2021/09/17/corpo-de-brasileira-e-encontrado-perto-da-fronteira-do-mexico-com-eua.htm>

Os migrantes que passam pelo México também são, em certa medida, privados de dar testemunho do que vivem, até porque as condições em que viajam os obrigam a uma invisibilidade consentida, já que seu objetivo maior é conseguir passar a fronteira e chegar ao lugar onde irá trabalhar nos EUA.

(Moreira, 2014, p. 81)

2.1.4 A maior dificuldade: o idioma

Como apresenta Berry (2009, p.709), “a adaptação se refere às mudanças relativamente estáveis que ocorrem em um indivíduo ou grupo em resposta a demandas externas”. No contexto de estar em outra cultura e sem documentação, as exigências externas podem ser percebidas em maior quantidade. Todas as 12 entrevistadas citaram o idioma inglês como a maior dificuldade quanto à adaptação nos Estados Unidos da América.

Observa-se que as entrevistadas de forma geral se consideram não fluentes em inglês, informando ter “suficiente” ou “pouca” fluência no idioma. Duas entrevistadas afirmaram que mantêm estudos de inglês até aos dias atuais; cinco delas disseram que falam espanhol fluentemente e duas apontam o idioma espanhol como “suficiente”. A proximidade com o idioma espanhol ocorre, segundo o relato das entrevistadas, por conta da convivência com colegas de trabalho, no caso faxineiras, de língua hispânica.

A seguir as respostas sobre a questão do idioma inglês:

- *“Com o idioma, apanhei muito e acho que ainda apanho um pouco. Era muito humilhante ter que lidar com aquela situação de não conseguir falar com o professor do meu filho. Esses momentos me marcaram.”* (Aline, 38 anos, divorciada, um filho de 13 anos de idade, vivendo há 6 anos nos Estados Unidos da América)
- *“A língua é a pior adaptação. A gente se vira, acaba sobrevivendo, mas é a língua o mais difícil de adaptar.”* (Denise, 48 anos, divorciada, mãe de dois filhos, de 14 e 12 anos, há 20 anos nos Estados Unidos da América)

- “No começo a língua, né? Muito difícil. Às vezes, eu ainda tenho dificuldades. Mas como agora eu tenho meus filhos, que falam inglês, é mais fácil.” (Fátima, de 43 anos, casada, mãe de quatro filhos com 21, 18, 10 e 7 anos, vive há 21 anos nos Estados Unidos da América)
- “O idioma aqui foi o mais difícil, porque eu tive que aprender tudo de novo. Com 40, 50 anos e não saber o idioma, é reiniciar tudo na questão de aprender a falar, escrever, ouvir.” (Sonia, 54 anos, casada, dois filhos adultos, vivendo há 15 anos nos Estados Unidos da América)
- “A língua no começo foi numa barreira, porque inglês numa escola particular não é um inglês fluente. Quando você chega aqui não é nada disso. Eu não me sentia segura, eu achava meu inglês péssimo” (Laura, 48 anos, solteira, quatro filhos, nos Estados Unidos da América há 19 anos).

Este estudo corrobora com o estudo de Goya (2000) a respeito de como a dificuldade com o idioma dominante no país receptor interfere na adaptação do imigrante. “Individuals in this situation, especially adults, will generally have a very difficult time interacting and making friends with host society members, and perhaps more importantly, finding desirable employment that pays well.¹⁰” (Goya, 2000, p. 12). Além de citar o idioma como o principal obstáculo para a adaptação, Renata explicou como este fato atrapalhou diretamente melhores oportunidades de trabalho:

Se a gente chegasse aqui não falando fluente[mente], mas pelo menos entendendo o que eles falam, seria outra coisa. Mas quando você depende de pessoas que já estão aqui, você começa a trabalhar para estas pessoas e ao fim te exploram de uma maneira um pouco humilhante. É complicado. Você vai trabalhar para uma pessoa que te paga 20 para ser ‘helper’, numa casa que ela está ganhando 160. Nesse ponto eu acho que é um pouco de abuso.

Das 12 entrevistadas, a maioria trabalha ou já trabalhou como faxineira, cuja expressão em inglês é “*house cleaner*” como muitas preferem denominar-se. Margolis (2009) cita a dificuldade de uma pessoa de classe média se adaptar a este tipo de trabalho nos Estados Unidos da América e chama de “ruptura” o que ocorre entre as raízes sociais destas mulheres e a

¹⁰ “Indivíduos nessa situação, especialmente adultos, geralmente têm muita dificuldade para interagir e fazer amizade com membros da sociedade anfitriã e, talvez mais importante, encontrar um emprego que pague bem.” (Goya, 2000, p.12). Tradução livre da pesquisadora.

ocupação atual (Margolis, 2009, p.70). Verifica-se este cenário entre algumas das entrevistadas. Para elas, esta foi a pior parte da adaptação, pois foi a primeira vez que exerceram tal atividade. Seguem-se os relatos das dificuldades:

- *“No começo a dificuldade da minha adaptação foi ao trabalho. Trabalhar de “cleaner” é um trabalho que eu nunca tinha feito minha vida toda. É um trabalho que exige muito esforço físico”* (Tania, 25 anos, grávida e com uma filha).

- *“O trabalho que não era nada parecido com o que a gente fazia no Brasil, né? Se adaptar sobre essas duas questões, né? Tanto o trabalho que é braçal quanto a linguagem que a gente não tinha nenhuma noção, foi o mais difícil”* (Carina, 28 anos, um filho).

Outro aspecto, apontado por uma das entrevistadas, foi a adaptação ao clima. Tania, que mora no estado de Massachusetts, refere:

Eu acho que hoje, por mais que eu esteja adaptada ao frio, sempre que chega essa época de janeiro, que o frio começa a se estender muito, é uma época complicada porque é muito frio, por muito tempo. E eu vim do Rio de Janeiro! Era um estado quente o ano inteiro. Então foi muito difícil.

Ainda em torno da questão “adaptação”, Vilma, de 40 anos, que chegou nos Estados Unidos da América com 19 anos, reclamou da distância da família: *“Foi me adaptar a estar sozinha, à solidão”*. Vilma também aborda dificuldade relativa às diferenças culturais existentes entre o Brasil e os Estados Unidos:

Passei muito trabalho por ser ‘cabeçona’ de não entender a cultura deles e tentar dar o jeitinho brasileiro. Isso foi ruim. Depois que eu entendi que eles são diferentes e é pra se apreciar o jeito que eles são, foi que eu entrei no esquema, gostei e adaptei pra mim.

Na mesma linha de raciocínio que Vilma, Fátima, de 43 anos, casada, mãe de 4 filhos, moradora da Flórida, estranhou o fato de as regras serem seguidas categoricamente, sem negociação:

Aqui a gente não consegue manipular. Tem que andar na linha conforme tem que ser. Eu acredito assim, a lei é obedecida, como às vezes no Brasil a gente cresce e pode dar sempre um jeitinho em tudo. Eu acredito que é uma coisa tão boa pra mim quanto para os meus filhos, de que a gente não pode dar jeitinho em tudo.

2.1.5 Integrada ou assimilada?

Definitivamente, a questão mais ampla e complexa abordada nas entrevistas foi sobre como as mulheres brasileiras se sentem em relação à integração à cultura norte-americana. Foram observados alguns segmentos distintos dentro do grupo pesquisado: as que se sentem assimiladas pela cultura americana por admirá-la mais do que à cultura brasileira, à qual apontam críticas; as brasileiras que se sentem duplamente integradas tanto na cultura americana, quanto na cultura brasileira, revelando uma experiência de transnacionalismo e biculturalismo; as que se sentem integradas porque estão inseridas numa comunidade brasileira dentro do território norte-americano e as que não se sentem integradas na cultura americana.

Levitt e Schiller (2004, p.27) afirmam que historicamente nos Estados Unidos, os investigadores identificaram que a imigração está diretamente relacionada à ascensão socioeconômica:” os imigrantes teriam que abdicar da singularidade dos seus costumes, da sua língua, dos seus valores, dos laços que mantinham com o país de origem e das identidades aí radicadas.” (Levitt e Schiller, 2004, p.27) Este é o modelo de “assimilação” também explicado por Castles (2005) no qual os imigrantes são encorajados a aprender a língua nacional e a adotar as práticas sociais e culturais da comunidade de acolhimento:

Espera-se que abduquem das culturas das suas terras de origem e que se diluam na população, pelo menos por altura da segunda geração. Esta tem sido a abordagem utilizada em ‘países tradicionalmente receptores de imigração’, como os Estados Unidos da América (...). (Castles, 2005, p. 82)

Há 19 anos nos Estados Unidos da América, a entrevistada Laura, 48 anos, mãe de quatro filhos adolescentes, foi categórica ao responder à pergunta: “Você se sente integrada à cultura americana?”. Resposta imediata: “*Demais*”, em seguida Laura acrescentou:

Eu acho que estes costumes que eles têm, que o único que não pertence a mim é esta coisa do distanciamento. É a única coisa que eu não gosto. Mas o resto, como se vive, como se tem uma vida digna se você trabalha. Eu tenho amigas americanas, que dizem, se você não tivesse este sotaque a gente não ia saber que você não era americana. Eu me sinto em casa com eles. E respeito essa coisa de você chegar em casa, eles estarem comendo e não te oferecem. Está ok. Eu já me acostumei tanto que eu acho já normal.

Apesar de Laura não se considerar fluente em inglês e sentir falta dos alimentos do Brasil, pois reclama de que os produtos alimentícios norte-americanos “não têm gosto” como os produtos brasileiros, ela demonstra aspectos que se aproximam do modelo de “assimilação”:

- a) é crítica ao comportamento dos brasileiros;
- b) elogiosa à cultura americana;
- c) afinidades diversas;

Quando eu cheguei em Chicago, eu andava pelas ruas e parecia que eu já havia estado ali. Uma coisa de alma. Coisas como abrir porta, que o americano tem uma educação muito maior do que a do brasileiro, que a gente não está acostumada. Eu falava assim, cheguei no lugar certo, este é o lugar pra mim. (Laura)

Apesar de Laura não negar em nenhum momento a sua origem, ela não gosta de se relacionar com brasileiros: “Grupo de amigos aqui eu tenho 3, contando nos dedos. Justamente por aquela coisa de que as pessoas saíram do Brasil, mas o Brasil não saiu delas. O banco da praça do interior que eles vieram não saíram deles, então não dá pra viver com fofoca”.

O sentimento de Laura vai de encontro ao que Margolis descreveu (2009) como “*braphobia*” - a falta de solidariedade entre os imigrantes brasileiros:

In 2003, an informal conference with that title [*Brasphobia*] was organized by the Brazilian Rainbow Group in New York City. I gave a presentation there that analyzed what I call the "discourse of Brazilians bad mouthing each other". Part of the discourse is the refusal of some Brazilians living in the United States to identify themselves as Brazilian. I found this in the Brazilian community in New York City and has also been reported by one immigrant in south Florida told the anthropologist Rosana Resende, who was inquiring about his nationality 'I was Brazilian'.¹¹

¹¹ “Em 2003, uma conferência informal com esse título [*braphobia*] foi organizada pelo Brazilian Rainbow Group na cidade de Nova York. Lá fiz uma apresentação que analisou o que chamo de ‘discurso do brasileiro que fala mal’. Parte do discurso é a recusa de alguns brasileiros residentes nos Estados Unidos em se identificarem como brasileiros. Descobri isso na comunidade brasileira na cidade de Nova York e também é relatado por uma imigrante do sul da Flórida que contou à antropóloga Rosana Resende, que indagava sobre sua nacionalidade ‘Eu era brasileira’.” (Margolis, 2009, p. 80). Tradução livre da pesquisadora.

(Margolis, 2009, p. 80)

No depoimento de Tania observa-se a admiração dela sobre a maneira como o americano se socializa e o descontentamento com a maneira do brasileiro:

O brasileiro fala que gosta muito desse negócio de não precisar avisar para ir na casa do outro, chegar a comer um bolo. Eu, particularmente, eu gosto de receber uma ligação dizendo: olha, eu vou na sua casa comer um bolo hoje, tudo bem? Ou então: vamos marcar de comer um bolo? Eu me sinto muito mais à vontade com essa situação do que aparecer alguém na minha porta do nada. Eu não achei o americano frio. É muito diferente do brasileiro sobre esta questão do espaço, eu acho que o brasileiro invade muito mais o espaço do outro.

Para Renata, de 40 anos, moradora do Texas, a integração está associada à boa vontade e respeito do migrante em compreender as normas e costumes locais:

Eu acho que eu respeito o fato deles serem mais tranquilos. Eu não sou aquele tipo de vizinho que vai colocar música alta se o meu vizinho não gosta disso. Eu acho que é mais uma questão de respeito para gente poder se adaptar bem com eles.

Os pontos de vista da entrevistada Laura, Tania e Renata, no sentido de se posicionarem com distanciamento e crítica frente ao comportamento do brasileiro e com um sentimento de admiração pelo comportamento do país receptor, reforçam o que foi identificado por Nesdale e Mak (2003) num estudo sobre identificação étnica e autoestima pessoal entre grupos de imigrantes na Austrália:

Importantly, however, whereas ethnic identification was the major predictor of ethnic self-esteem, it was actually revealed to be a negative predictor of personal self-esteem. This finding suggests that, to some extent, ongoing adherence to the cultural values, beliefs and behaviours of their ethnic group is actually an impediment to immigrants' developing a strong sense of personal self-worth in the new country. This finding is noteworthy for it serves to question the acculturation attitudes adopted by most immigrants.¹²

(Nesdale & Mak, 2003, p. 35)

¹² 'É importante ressaltar, no entanto, que embora a identificação étnica fosse o principal preditor da autoestima étnica, na verdade ela se revelou um preditor negativo da autoestima pessoal. Esta descoberta sugere que, até certo ponto, a adesão contínua aos valores culturais, crenças e comportamentos de seu grupo étnico é na verdade um impedimento para que os imigrantes desenvolvam um forte senso de auto-valorização pessoal no novo país.' (Nesdale, p. 35, 2003). Tradução livre da pesquisadora.

2.1.6 “Meio a meio”: A integração transnacional

A migração se apresenta com diferentes abordagens dependendo do contexto histórico. No período pós-guerra existia a visão da “assimilação dos imigrantes”, para depois aparecer uma noção mais suave de “integração” desses mesmos migrantes. Nos anos 80 prevaleceu a ideia de “multiculturalismo”. Mas na primeira década do novo século, a palavra de ordem é o “transnacionalismo” (Castles, 2005).

Castles (2005) destaca que a globalização alterou o conceito de migração, pois as novas tecnologias de comunicação e transporte modificaram o fluxo de pessoas e a maneira delas verem o mundo. E mais do que isso: a maneira de se relacionar com suas origens são o ponto de partida para a criação das comunidades transnacionais, de identidades múltiplas e de cidadanias compostas. Os trabalhadores migrantes que pensam em retornar ao país de origem, fixando-se na América só pelo tempo de juntar dinheiro, ou aqueles que acabam por manter um contato fraco com suas origens, nenhum destes dois exemplos possuem consciência transnacional: “A característica fundamental radica no fato das atividades transnacionais, que têm como ponto de referência contínuo duas ou mais sociedades, serem uma parte central da vida dos indivíduos” (Castles, 2005, p.81).

Margolis (1995) define o transnacionalismo como “a process in which international migrants maintain their ties to the home country - despite its geographical distance - while living in the country of settlement”¹³.

Além dos contatos diários via aplicativos como *WhatsApp*, *FaceTime* e *Facebook*, muitas entrevistadas recebem a visita de familiares do Brasil com certa frequência. Alguns autores mencionam o costume de imigrantes transnacionais em visitar com certa regularidade o seu país

¹³ “um processo em que os migrantes internacionais mantêm seus laços com o país de origem - apesar de sua distância geográfica - enquanto vivem no país de estabelecimento”. Tradução livre da pesquisadora.

de origem, mas no caso dos imigrantes ilegais nos Estados Unidos a saída do país é um impedimento. Porém, como salienta Castles (2005), a ênfase da noção da comunidade transnacional está na ação humana e assim, as conexões com as origens podem ocorrer de outras maneiras: “Com a globalização, as anteriores comunidades face a face estribadas nas relações familiares, de vizinhança ou de trabalho, podem ser ampliadas, passando a incluir comunidades virtuais, que se comunicam à distância” (Castles, 2005, p.8).

Os depoimentos de algumas entrevistadas corroboram com as menções de Castles (2005) e de Margolis (1995) sobre transnacionalismo. A entrevistada Tania reconhece a sensação de “casa” tanto no Brasil, quanto atualmente nos Estados Unidos da América:

Eu acho que eu nunca vou deixar de me sentir em casa com os brasileiros, apesar de me sentir muito confortável com os americanos. Com certeza sou muito inserida na cultura brasileira ainda, mas eu sinto que os Estados Unidos hoje é a minha casa.

Algumas entrevistadas relatam que se sentem integradas a ambas as culturas e apontam a maternidade nos Estados Unidos da América como um fator de aproximação à cultura local ao mesmo tempo que valorizam perpetuar nos filhos a cultura nativa (brasileira). É caso de Vilma, há 21 anos nos EUA e com 4 filhos nascidos nos EUA:

Sou bastante integrada na cultura americana por causa das crianças. Eu já não me sinto só brasileira ou americana, eu acho que eu me sinto os dois. Eu respeito e entendo muito a cultura americana e gosto bastante. Eu acho que me sinto bastante americana.

O português é o idioma que Vilma afirma utilizar com frequência e diariamente, tanto no trabalho, como em casa com os filhos e nos momentos de lazer, incluindo o fato de regularmente ir a uma igreja brasileira, além dos diálogos que mantém por meio do celular e redes sociais.

Na entrevista para esta pesquisa, Denise também demonstrou manter envolvimento com as duas culturas. Apesar de dizer que utiliza mais o português diariamente, ela se relaciona com americanos no trabalho. Segue o depoimento de Denise:

Eu acho que eu entrei mais na cultura americana por causa dos meus filhos. É difícil essa pergunta, porque parece que a gente não quer largar a cultura da gente. Parece que eu me sinto meio a meio. Eu não sou totalmente livre da cultura, das coisas brasileiras, em casa até, mas me adaptei a muitas coisas daqui, gosto de viver a vida aqui, mas me sinto um pouco excluída por não ter tantos amigos americanos que venham à minha casa.

Maalouf (2009, p. 237) ressalta que um imigrante transnacional circula em dois mundos: o que deixou para trás e o que escolheu (ou precisou) viver: “Acima de tudo, um imigrado é sedento de dignidade. Mais precisamente de dignidade cultural”. O autor acrescenta ainda que a reconstrução da identidade de um imigrante frente a um novo país (nem sempre tão acolhedor) é um desafio complexo: “Não basta que um imigrante se identifique com a sua sociedade de acolhimento; para que consiga influenciar a sua sociedade de origem é necessário igualmente que esta continue a reconhecê-lo e a se reconhecer nele” (Maalouf, 2009, p. 236).

Outras entrevistadas confirmam o estudo de Maalouf (2009) sobre o comportamento de “transitar entre os dois mundos”: elas demonstram naturalidade nesse biculturalismo e ao mesmo tempo um sentimento de gratidão ao país de acolhimento. Tania trabalha com norte-americanos, tem amigos nascidos nos Estados Unidos da América, mas frequenta uma igreja brasileira e confessa sentir-se mais integrada à cultura do Brasil:

Eu acho que eu nunca vou deixar de me sentir em casa como com os brasileiros, apesar de me sentir muito confortável com os americanos. Com certeza sou muito inserida na cultura brasileira ainda. Eu acho que a cultura a gente leva para sempre. Eu não cheguei aqui com 10 anos, eu cheguei com 24. Então, é muito mais difícil para mim. A cultura americana é muito diferente da nossa. É muito mais reservada. Mas eu aceito. Eu respeito as regras, o que eles pensam.

Sobre as famílias transnacionais, Levitt e Schiller (2004) consideram que mesmo crianças que nunca chegaram a visitar os países dos seus progenitores são muitas vezes criadas em agregados familiares onde as pessoas, os valores, os bens e as ambições de um outro lugar se encontram diariamente presentes. Os filhos da entrevistada Fátima se enquadram neste perfil. Ela diz, por exemplo, que os filhos falam português. Mesmo mais integrada à cultura brasileira, Fátima afirma conviver sem dificuldades com a cultura norte-americana no que se refere a regras e costumes:

A gente estando num país que não é nosso, a gente tem que fazer o possível para se adaptar à cultura deles. Os meus filhos todos falam a minha língua, eu nunca deixei de ensinar eles, querer que eles falam a minha língua e a do meu esposo, e a nossa cultura. Mas a gente tem que deixar que eles vivam a cultura deles, né? Então a gente vai se adaptando na cultura americana. Eu ainda me sinto mais integrada na brasileira porque eu só convivo com brasileiros. A minha igreja é brasileira, eu não consigo me adaptar numa igreja americana. Meus filhos todos são americanos, mas não conseguem se adaptar à igreja americana. Só convivem com brasileiros.

Por morar no Texas, estado que faz divisão com o México e pela quantidade de pessoas de origem mexicana com quem convive, Renata, com forte sotaque espanhol, foi a única que explicou não estar integrada nem à cultura brasileira, nem à cultura norte-americana, mas à cultura mexicana:

Eu me sinto muito mexicana. É muito complicado para mim. Eu estava aqui e depois de seis meses eu comecei a sair com um mexicano. Então basicamente os meus amigos começaram a ser só mexicanos. Eu me desliguei dos brasileiros. Aqui no Texas, por exemplo, eu não tenho nenhuma amiga brasileira.

2.1.7 As não-integradas

Muitas entrevistadas reclamam do “jeito americano de ser”: “frios”, “sem graça”, em oposição ao “jeito brasileiro de ser” mais “caloroso” e “aberto”. Para algumas entrevistadas, este impasse se apresenta como uma barreira para se sentirem integradas na cultura “deles”, além do fato da ilegalidade também se configurar como um empecilho para se sentirem confortáveis, leia-se “parte do país receptor”. Estas percepções corroboram com o que Pires (2003, p. 64) explica sobre “etnicidade reactiva”, já que a integração a um novo país é uma tarefa difícil para qualquer imigrante, mas no caso de um imigrante ilegal o desafio é ainda maior.

[...] as dinâmicas da integração dependem sobretudo, no plano jurídico político, da definição legal da condição de estrangeiro. Quanto mais exclusivo for esse quadro, isto é, quanto mais o acesso aos direitos, e em particular aos direitos laborais e sociais, for limitado em função da nacionalidade, mais o imigrante é definido e se autodefine como estranho, e maior é, portanto, a probabilidade de emergência de uma etnicidade reactiva.

(Pires, 2003, p. 64)

As entrevistadas a seguir responderam negativamente à pergunta "Você se sente integrada à cultura americana?". Segue o depoimento da entrevistada Marina:

Aqui eu estou há nove anos e ainda com muita dificuldade de integração, né? E por ser ainda uma imigrante ainda ilegal eu tenho muita dificuldade em estar dentro dos lugares americanos, né? Isso atrapalha muito a gente. Às vezes a gente até quer se inserir mais, mas não sabe se pode, não sabe se deve. Ou é o inglês que é muito fraco, como o meu e aí eu fico com medo de tentar entrar e não conseguir desembolar.

A entrevistada Marina, de 42 anos, acrescenta ainda: “*Eu gosto muito de falar, conversar, abraçar e eles não são assim. E, culturalmente eu não consigo me inserir, eu acho sem graça as coisas aqui [risos]. São frios demais, entendeu?*”.

Semelhantemente, Tereza também compartilha o sentimento de não se sentir inserida na cultura norte-americana:

Não. Porque eles são muito diferentes e eu acho que tanto tem o lado positivo, quanto o lado negativo. Eu acho que eu posso morar aqui 30 anos e nunca vou me sentir integrada. Esta é a sensação que eu tenho hoje, posso estar enganada. As pessoas no Brasil são calorosas, as pessoas aqui, não generalizando, mas culturalmente eu acho que os americanos são muito frios. E os brasileiros, eu acho que a gente tem mais calor humano.

Carina, de 28 anos, sintetiza o sentimento comum:

Sou mais integrada na cultura brasileira. Mais por essa questão do brasileiro ser mais aberto, ser mais no sentido de querer ajudar, ser mais empático com as pessoas, menos frios, mais abertos para novos relacionamentos, para ajudar as pessoas, assim.

Há cinco anos nos Estados Unidos da América e mãe de um menino, de 2 anos, Carina, 28 anos, limita sua relação à cultura norte-americana ao filho:

Eu acho que não [sou integrada], porque, primeiro, eu não tenho conexões com americanos. Meu filho é 100% integrado, totalmente americano. Mas eu não. Eu não convivo com americanos. Eu não me sinto assim tão envolvida na cultura, não. Estou mais integrada na cultura brasileira porque a comida, a energia do brasileiro, estar conectada com brasileiros, a nossa festa, a nossa alegria é o natural pra gente, eu sinto muita diferença.

Não há como negar que a questão da integração para as mulheres entrevistadas, principalmente para as que não se sentem integradas à cultura norte-americana, perpassa pelo estigma de não documentadas. Na percepção desta pesquisadora há uma relação direta entre a integração, legalidade e aceitação social, mesmo que a discriminação não ocorra de forma maciça. Esta análise corrobora com o que diz Pires:

[...] o modo de integração social depende das reacções sociais à imigração e, em particular, da eventual emergência de processos de discriminação e estigmatização (que não precisam de ser maioritárias entre a população da sociedade de imigração para terem efeitos sociais alargados, nomeadamente por via da sua ampliação por via dos média).

(Pires, 2003, p. 64)

Há nove anos nos Estados Unidos da América, Marina, de 42 anos, casada, mãe de dois filhos, diz que a sua principal dificuldade de integração com a cultura norte-americana é de não dominar o idioma inglês. Ela narra uma situação que a afeta psicologicamente diante desta dificuldade de integração:

E tenho muita dificuldade em aprender o inglês. Não é por falta de querer aprender, de procurar estudos, aplicativos, mas assim é uma coisa que parece que não entra na minha cabeça. Tive uma conversa com o meu marido na semana passada, porque eu tenho alguns clientes que são muito bons pra mim. E isso está me incomodando tanto, porque eu sinto que eles querem mais de mim no inglês, têm assim uma paciência enorme com o meu inglês restrito e parece que eu não devo nem a mim aprender o inglês, eu devo a eles, sabe? Pela boa vontade que eles têm comigo, são clientes muito bons, de coração bom, sabe? E aí quando eu não consigo me comunicar com eles é uma coisa que me deixa assim apavorada. Já chorei muito na semana passada por causa disso. Só que o inglês não entra na minha cabeça, é muito difícil. Essa é uma das coisas que mais me incomoda.

2.1.8 “Um pedacinho do Brasil” dentro dos Estados Unidos

Ter uma rede de proteção, que se apresenta na forma de uma comunidade brasileira ativa, faz diferença no enfrentamento de estar imerso numa cultura diferente. “O imigrante ilegal encontra ajuda decisiva através das redes sociais da própria imigração, estruturadas em comunidades familiares ou de procedência cultural comum” (Ramos e Franken, 2018, p. 16).

Mãe de dois filhos adultos, Sonia, de 54 anos, demonstra que não se sente integrada à cultura americana porque está muito ligada à comunidade brasileira que há ao seu redor. É como se o Brasil estivesse presente dentro do território norte-americano. Estas manifestações aparecem em locais onde a comunidade brasileira é extensa, com quantidade considerável de restaurantes, lojas e espaços com atividades culturais brasileiras.

No caso de Sonia, ela mora no estado de Nova Jersey. Este estado aparece no ano de 2017, como o quarto estado entre os 50 da federação norte-americana com maior concentração de brasileiros, atrás apenas da Florida, Massachussetts e da Califórnia (MPI, 2019). Diz Sonia a respeito de integração: *“Não me sinto integrada à cultura americana. Primeiro porque no lugar em que eu vivo, a região aqui abraça muito o imigrante. Você chega e você quase se sente num pedacinho do Brasil. A gente não convive muito com a comunidade americana”*.

Bianca, 33 anos, casada, mãe de duas filhas adolescentes, também vive no estado de Nova Jersey e pensa de forma semelhante:

Não. Não me sinto integrada. Como a minha região onde eu moro é muito brasileiro. E como eu me envolvo muito pouco com os americanos, é muito raramente. Então, a gente nunca se integra 100%, não porque eu tenha algum preconceito ou ache que eu não deva. Simplesmente por falta de necessidade.

Casada e mãe de filhos adultos, Sonia, de 54 anos, acrescenta que:

Eu me sinto mais brasileira. Eu convivo muito com brasileiros. A nossa comunidade aqui é uma das maiores que têm nos Estados Unidos. Como eu sou mineira, eu encontro o pãozinho de queijo, o café de Minas, tem restaurante mineiro, então tem muito não só do Brasil, mas da minha cultura, de Minas Gerais. Cada lugar que você vai aqui, você sente um pouquinho do Brasil.

Os relatos de Sonia e Bianca, sobre a comunidade brasileira em que estão inseridas, têm similaridade com o estudo de Dasgupta (1998) sobre a continuidade cultural na comunidade de imigrantes indianos asiáticos nos EUA. Apesar de se tratar de outra comunidade de imigrantes, Dasgupta contextualiza este biculturalismo como uma tentativa dos imigrantes de preservar certas atitudes críticas, valores e comportamentos de forma a controlar a taxa e o nível de assimilação à nova cultura. Assim, em vez de ser considerado um participante passivo em sua

própria “americanização”, o imigrante deve ser considerado uma força ativa e com poder no controle, negociação e organização de suas próprias experiências para otimizar a adaptação (Dasgupta, 1998, p. 970).

Esta manutenção das tradições brasileiras no país receptor, identificada entre algumas entrevistadas, corrobora com o que diz Maalouf ao analisar o sofrimento de imigrantes frente a uma nova cultura: “Manter a tradição é fundamental para o enraizamento. A tradição tem efeito curativo, por ser um elemento que sustenta e atravessa a árvore da família, da etnia, daquilo que dá lugar e reconhecimento. A tradição funda, atravessa, articula e pode também ser favorecedora da integração”. (Maalouf, 2005, p.178)

2.2 As consequências do status migratório

Neste subcapítulo aborda-se questões que envolvem o status migratório das entrevistadas que não possuem documento oficial para permanência nos Estados Unidos da América. O primeiro tópico investiga a dimensão emocional destas mulheres brasileiras. A saudade da família é algo bastante presente entre a maioria das entrevistadas. Uma delas cita a falta do “calor humano” brasileiro.

Uma das consequências de não possuir documentação que autorize a permanência nos Estados Unidos é não conseguir viajar para fora do país. Portanto, as brasileiras entrevistadas foram indagadas com o fato de não poderem “ir e vir”, o qual afeta suas vidas. Uma delas refere ter o “coração partido”.

Entre as perguntas listadas a cada uma das mulheres, o tema “vulnerabilidade”, a percepção de se sentirem ou não vulneráveis por conta de viverem não documentadas, teve como resposta uma variedade de exemplos. Desde os que estão ligados a questões políticas do governo Trump, até à dificuldade de se comunicar e de se deslocar pelo território norte-americano.

Fez-se necessário a abordagem dos depoimentos a respeito de situações de preconceito ou discriminação vivenciados pelas pesquisadas, incluindo relatos de algumas entrevistadas sobre situações constrangedoras provocadas por brasileiras ou brasileiros já documentados.

2.2.1 A saudade

Particularmente o tópico a respeito da “saudade do Brasil” foi o que mais sensibilizou a maioria das entrevistadas. Muitas ficaram com lágrimas nos olhos, algumas pediram uma pausa para se recompor.

A maioria delas respondeu que o que mais sente falta do Brasil é da família e que o contato com familiares é feito “diariamente”:

- *“Eu sou filha única e os meus pais ficaram no Brasil. Todo mundo, na verdade, ficou no Brasil. Só veio eu e meu marido. Então da minha família é o que eu sinto mais falta”* (Tania).
- *“Sinto falta da minha família, dos meus pais. Irmãos, minha filha mora lá, minhas duas netas. Mas é o preço que pagamos por estarmos distantes”* (Sonia).

Marina chegou a nomear o “calor humano”, como o que mais sente falta do Brasil. Todas utilizam as redes sociais e o dispositivo *WhatsApp* para manterem uma comunicação constante com familiares e amigos. Nenhuma delas cortou o vínculo com o país. Algumas assistem a canais brasileiros na televisão. Algumas já chegaram a receber visitas de parentes vindos do Brasil para os Estados Unidos.

Vilma está fora do Brasil há 21 anos e diz: *“Minha família é bem grande. Nós somos 9. E ninguém veio pra cá. Minha mãe foi a única que veio pra cá algumas vezes [voz embargada]. Então eu sinto essa falta.”*

O medo de não reverem os pais já idosos foi uma questão abordada com tristeza. Fátima, que está há 21 anos nos Estados Unidos em resposta à pergunta “O que você pensa sobre o fato de não poder ir ao Brasil?” diz: “[choro] *Meu pai está muito doente [choro] e é difícil ficar longe sem poder fazer nada. Minha mãe também já é de idade, ter que cuidar dele sabendo que eu podia estar lá ajudando. E não posso, porque dinheiro não compra nada, né?*”

2.2.2 O não poder “ir e vir”

Não poder visitar o Brasil aparece também como uma situação sofrida. Entende-se como o “não poder” o fato de que, se deixarem o território norte-americano, as entrevistadas não conseguiriam retornar já que não possuem documentação legal para apresentarem à imigração no momento de retorno. Este sofrimento foi identificado tanto para Carina, que está há cinco anos nos Estados Unidos, quanto para Denise, que está há 20 anos, e também para Laura, há 19 anos nos Estados Unidos, nos seus depoimentos:

Eu fico triste porque eu queria ver pessoas, principalmente, quando minha avó morreu eu fiquei louca para estar lá. Eu era a neta preferida dela. Isso foi o que eu mais senti falta. Apesar da gente ficar direto no WhatsApp, não é a mesma coisa de estar lá. Pra mim foi bem terrível essa parte. (Laura).

O sentimento de não poder sair daqui é essa tristeza, essa angústia. A gente se sente preso aqui dentro. Uma vez que a gente entra, a gente tem que permanecer aqui. Esse é o sentimento de frustração, de tristeza. Porque ao mesmo tempo que a gente gosta daqui pelo que os Estados Unidos proporcionam pra gente de bens e conquistar as coisas, não proporciona do lado sentimental. (Carina).

Isso é um sofrimento, porque a gente vai perdendo um pouco até a identidade, porque as coisas vão ficando distantes, quando alguém te fala, lembra de tal lugar, você não tem a menor ideia de onde seja. Os lugares, você vai perdendo um pouco a lembrança do que era lá, do que fazia lá. É sofrido, mas você acaba de um jeito ou de outro se adaptando. Porque não tem uma outra alternativa. Você tem que fazer o melhor para sobreviver e cuidar da sua família. Isso me perturba, claro, bastante. (Denise)

Renata, 16 anos fora do Brasil, e Tania, 4 anos fora do Brasil, apresentam o problema dos avós que não conhecem os netos. Tania ainda sonha que os pais consigam o visto de turista, que já foi negado uma vez para eles. Renata fala em ter “o coração partido”. Seguem-se os depoimentos:

Eu acho horrível. Eu tenho uma prima que ela mora aqui há 20 anos, ela casou com um americano, ela tem documento, mora na Califórnia e ela só foi ao Brasil 3 vezes nesses vinte anos. E eu fico me perguntando o porquê de pessoas desse jeito têm documento e eu não [risos]. Porque eu morro de saudade da minha família. Se eu pudesse eu estava todos os anos no Brasil, passando o Natal com eles, indo para o aniversário do meu pai, da minha mãe. É muito ruim essa questão de não voltar. A saudade é uma das principais dificuldades no geral para vida do imigrante. (Tania)

Não ir ao Brasil é a parte mais triste. No começo é uma fantasia, no começo tudo é lindo, tudo é uma maravilha. Mas o tempo vai passando, as rugas vão chegando, você vê os seus pais envelhecendo. Quando eu saí, eles não tinham nenhum cabelo branco e hoje estão todos grisalhos. O bigode branco, minha mãe com o cabelo grisalho. Cada vez que a gente se fala, eles choram muito. Eles não conhecem os netos. (Renata)

A questão de não poder ir ao Brasil, afeta tão intensamente Marina que, mesmo sem planos de voltar a morar no Brasil, ela diz: *“Essa coisa de você estar aqui e não poder ir lá é aterrorizante. É muito triste. Se eu pudesse falar com as pessoas. Eu falaria: não venha. Mas eu não posso fazer isso porque cada um tem que ter a sua experiência. A minha experiência não vai ser igual à de todo mundo.”*

Sonia, há 15 anos nos Estados Unidos, emociona-se ao falar do impedimento de “ir e vir”:

[voz embargada]. Você acaba perdendo aquele amigo que se casou, que se foi desse plano, perdi minha mãe nesse período, minha filha e meu filho se formaram, minha filha teve dois filhos. Mas acho que é o preço que o imigrante paga até resolver a situação. Quando você decide ir em busca de um sonho, de uma nova oportunidade, às vezes você não pensa muito sobre os acontecimentos que virão, então temos que ir aceitando. Pra isso não te deixar frustrada, em depressão, triste. Você na sua mente não pode ficar fixada nisso, porque senão você perde a alegria. Você tem que fazer valer a pena o lugar que você está, o momento que você está vivendo e a oportunidade que você está tendo.

Vilma pondera que quando mais jovem e com filhos pequenos, não se importava tanto com o fato de não poder visitar o Brasil, dizendo: *“Isso agora está me pesando mais do que me pesava antes. Eu não sei se é porque os meninos cresceram bastante, eu me separei. Está pesando agora muito mesmo o fato de eu não poder ir. Talvez antes eu estava muito envolvida com trabalho, criança pequena.”*

Aline sente pelo filho o impedimento de ir ao Brasil: *“Eu vivo bem com essa situação de não poder ir ao Brasil. Eu brinco que quando eu tiver meu documento nem vai ser pra lá que eu quero ir primeiro. O que mais me incomoda é o meu filho não poder ir. Porque o pai está no Brasil. Eu gostaria que ele pudesse visitar o pai.”*

As narrativas ao longo deste estudo, em pontos como a “saudade”, o “não poder ir e vir” e a sensação de “vulnerabilidade” (que será detalhado na sequência), vão de encontro ao que já foi verificado no estudo de Ramos (2013) ao considerar que a experiência da migração envolve uma mudança psicossocial profunda que pode tornar-se semelhante a um luto ou a uma incapacidade. Em geral, tal experiência está associada a estresse e sofrimento, mais ou menos significativos, segundo as diferentes situações de migração. Em muitos depoimentos deste estudo há a percepção destas angústias. Sobre o processo migratório Ramos diz:

O processo migratório não é simplesmente sinónimo de encontro cultural, sendo um processo complexo e contraditório, uma experiência de perda, ruptura e mudança, vivenciada pelo indivíduo de forma traumatizante ou harmoniosa, segundo os seus recursos individuais e sociais, implicando uma adaptação social e psicológica à cultura de acolhimento, a um meio novo, desconhecido ou hostil.

(Ramos, 2013, p.348)

2.2.3 Vulnerabilidade

Do guião de perguntas, questionar as participantes do estudo sobre o sentimento de vulnerabilidade pela questão da ilegalidade em situação migratória, trouxe um leque de várias perspectivas do que elas entendem como “estar vulnerável”. Não foi só uma abordagem de “sim” ou “não”, mas considerou-se necessário que elas explicassem onde e como este sentimento se manifesta. Em diversos momentos da entrevista, ao serem abordadas em outras perguntas, houve depoimentos que revelam vulnerabilidades: seja por estarem não documentadas, seja por não estarem completamente adaptadas à cultura, seja por dificuldades com a comunicação em outro idioma.

Apesar deste estudo não ter como objetivo fazer uma avaliação da situação política dos Estados Unidos, nem o tema ter feito parte do conjunto de perguntas, questões relacionadas às ações e condutas migratórias do governo norte-americano não puderam ser ignoradas. As entrevistas ocorreram num momento de transição de cargo: no momento em que Joe Biden, o 46º presidente eleito nos Estados Unidos da América, venceu a eleição diante da tentativa de reeleição de Donald Trump e tomou posse no dia 20 de janeiro de 2021. O recente histórico do governo Donald Trump (2016-2021) foi marcado por discursos e ações anti-imigração desde a campanha eleitoral. “Throughout his campaign, Trump has attributed the decline of U.S. well-being and prosperity to undocumented Latina and Latino immigration.”¹⁴ (Huber, 2016, p. 223-224)

Uma das entrevistadas desta pesquisa, Marina, fez menção sobre a gestão administrativa do governo Trump:

Esse tempo que o Trump ficou no poder foram os anos mais aterrorizantes para mim aqui. Por mais que eu não faça nada de errado para o país, eu pago meus taxes, ando na lei, não devo nada, não deixo nem uma continha atrasar, para eles nem verem que eu estou dando algum tipo de trabalho aqui, mas foram anos aterrorizantes. Agora assim que eu estou conseguindo respirar um pouquinho melhor, porque parece que o Biden fez um memorando lá, que talvez que vai nos ajudar. Mas até lá tem muita água pra passar debaixo da ponte, a gente tem consciência disso.

Aline demonstrou não se sentir confortável ao viajar pelos Estados Unidos, justamente por conta das abordagens aos imigrantes que diferem de um Estado para o outro. Numa situação de precisar se identificar com algum documento, ela não possui um documento emitido por autoridade americana para ser apresentado. A vulnerabilidade neste caso aparece no receio em se deslocar. Aline refere que teve “coragem” uma única vez de viajar com o filho de avião dentro dos Estados Unidos - saíram do estado de New Jersey para conhecer a Califórnia - mas que não faria isso novamente, dizendo o seguinte:

A questão de não poder visitar outros lugares me incomoda muito. A minha maior paixão é viajar. Até aqui dentro dos Estados Unidos eu me sinto impossibilitada de viajar, então isso me incomoda muito. É um peso muito grande não poder ir e vir. A gente não se sente confortável de ficar frequentando aeroportos. Agora parece que está mais restrito essa questão de embarques, voos domésticos.

¹⁴ “Ao longo de sua campanha, Trump atribuiu o declínio do bem-estar e da prosperidade dos EUA à imigração latina sem documentos.” (Huber, 2016, p. 223-224). Tradução livre.

Bianca aponta que a vulnerabilidade dos imigrantes está também no fato de que sem documentos, as mesmas oportunidades de disputar um emprego como alguém documentado diminuem:

Minha dor principal é não poder ter outras oportunidades pelo fato de não ter documentos. Eu trabalho num lugar, um médico que é brasileiro, aí eu o ajudo no consultório, com os pacientes que são 98% brasileiros. Eu colho sangue, por exemplo, se eu tivesse documento eu poderia ter outro emprego, com seguro de saúde, apesar do meu emprego ser bom. Mas sempre tem um lugar que paga melhor, um hospital, então eu acho que eu fico defasada.

Ainda sobre se sentir vulnerável por ser uma imigrante não documentada, Bianca acrescenta: “*Eu acho que quando você pensa no futuro, a situação migratória assusta. Mas no dia a dia, eu estou tão preocupada com o que eu tenho que fazer no dia que eu nem lembro o que eu estou fazendo aqui legalmente*”.

Fátima relatou sobre a vulnerabilidade de não ter documentos, apresentando um exemplo do tratamento que recebeu de alguns advogados:

Pelo fato também da gente estar nesse processo de legalização e os advogados ao invés de incentivarem a gente, ficam dizendo que pode chegar lá e falarem que vocês vão ser deportados, que têm que deixar o país. Sabe, em vez de te incentivar, acabam deixando você ainda mais preocupado sobre a situação que a gente sabe que vai resolver, mas são pessoas que não te dão uma tranquilidade.

Já Vilma refere que se sente vulnerável em relação a situações que a excluem de ter acesso ao que um cidadão norte-americano normalmente consegue: “*Eu me sinto [vulnerável] quando, por exemplo, eu quero comprar uma casa agora, eu não consigo porque o down payment é maior. Se eu quero fazer uma faculdade, eu não consigo porque eu tenho que pagar bem mais do que um americano residente pagaria*”.

Para Tania, há 4 anos nos Estados Unidos da América, verifica-se um receio permanente justamente pela situação instável de não estar regularizada:

Teóricamente não teriam motivos para os Estados Unidos me deportar porque eu não sou uma criminosa em relação a crimes locais. Mas eu sei que eu não tenho permissão para ficar nos Estados Unidos. Então, eu me sinto [pausa], se acontecer alguma coisa

e eles me sortearem e eu ter que voltar para o Brasil [pausa], eu me sinto muito adaptada aqui, eu sinto que os Estados Unidos é a minha casa, então eu tenho medo de talvez ter que voltar para o Brasil e começar tudo do zero lá.

2.2.4 Histórias de preconceito

As mulheres que fizeram parte da pesquisa, abriram mão de algumas horas para falarem das vivências no país que residem há pelo menos quatro anos. A imigrante brasileira que há mais tempo reside nos Estados Unidos da América é residente há 21 anos. Todas relatam episódios de preconceito. E não demonstraram constrangimento em relatar tais episódios.

Faz-se necessário observar que quanto mais tempo de moradia, mais difícil foi fazê-las lembrar de alguma situação de preconceito vivenciada. Portanto, este estudo corrobora com o que foi identificado por Ramos, Franken e Coutinho (2008, p. 201), sobre o fato de quanto maior o tempo de migração mais seguros os migrantes estão nas relações sociais estabelecidas, no atendimento de suas necessidades básicas e, portanto, livres das fortes emoções iniciais do processo migratório.

De modo geral, todas as entrevistadas conseguiram lembrar algo que as constrangeram, as fizeram chorar ou provocaram nelas uma sensação de humilhação ao longo do tempo em que vivem como imigrantes ilegais, principalmente no início desta jornada. Aline, que se autodenomina “mãe solo”, apresentou uma situação ocorrida na escola de ensino elementar do filho, com uma professora, no segundo ano em que eles estavam no país:

Teve uma reunião que ela [a professora] me fez chorar e eu senti que foi discriminação porque eu não falava inglês e por ser imigrante. Ela começou a me humilhar porque meu filho era desorganizado com o material da mesa dele, foi quando ela jogou todo o material no chão e eu senti que ela estava incomodada por eu não falar o inglês. Naquele dia foi muito triste pra mim. Então eu me sentia meio que intrusa ali, meu filho era o único brasileiro na escola. Ele estudou lá por 2 anos.

Renata, moradora do Texas, e que fala português com sotaque hispânico, resumiu o sentimento comum a respeito de preconceito: “*Sim, tem muito. Isso nunca vai acabar.*”

Fátima, de 43 anos, teve os quatro filhos nos Estados Unidos, e narrou uma situação de constrangimento. Na ocasião, Fátima buscou ajuda em um órgão público norte-americano para reivindicar plano de saúde para o filho cidadão americano e sentiu-se humilhada:

Uma mulher falou que a gente não tinha direito porque a gente era imigrante. E eu falei que meus filhos tinham porque eles eram americanos. Aí ela falou pra mim: não interessa se eles são americanos, mas eles têm sangue de imigrante. Então é uma coisa assim que é ruim escutar.

Há nove anos nos Estados Unidos da América, sem dominar o inglês, mãe de dois filhos, Marina menciona a existência de preconceitos “sutis”, mas que a incomodam muito. A entrevistada menciona a falta do domínio do inglês e alega ser esta a razão principal pela falta de respeito que sente por parte dos norte-americanos. Ela discorre sobre um episódio marcante numa loja dos Correios:

Na UPS, eles não me dão nem a oportunidade de tentar entendê-los e de me comunicar. Então quando eu falo a primeira coisa: ‘ah, eu vim pegar isso aqui’. Com certeza, na minha fala, deve ter algum erro de verbo, a gente brinca muito, deve estar conversando igual índio, né? Talvez eles percebam isso. Igual um pacote que eu tinha que pegar, já era a terceira vez que deixaram um aviso aqui em casa dizendo que havia um pacote lá para eu pegar. A mulher pegava o papel e fazia gestos com a mão. Só que ela tinha acabado de conversar com uma pessoa na minha frente, bateu papo, riu. Mas comigo ela não conversava, me tratou como se eu fosse surda.

Sonia, que trabalha como voluntária num organismo de ajuda a imigrantes brasileiros e mora em Nova Jersey, também respondeu sobre o preconceito, que se apresenta muitas vezes de forma velada: “Às vezes eu estou em determinado lugar, e às vezes a gente nota. Tratam o imigrante com desdém. Como se dissessem: ‘ah, ele é um latino’.”

Divorciada, mãe de quatro filhos, Vilma, narrou um episódio que a incomodou pela discriminação, deixando-a triste, quando tentou alugar uma casa, utilizando-se de uma pessoa como fiadora:

O corretor era bem anti-imigrante. E ele disse que não ia alugar para mim porque eu era uma imigrante ilegal. Eu insisti que eu tinha direito e ele disse não, de jeito nenhum, você não é americana, é ilegal, eu não vou alugar. Era uma casa que eu alugaria, eu tinha uma fiadora. Ele foi muito grosseiro na minha cara.

Moradora da Carolina do Sul, Tereza, de 39 anos, solteira, mãe de uma filha adolescente, relata ter sofrido numerosos episódios de preconceito e que ainda ocorrem. Este relato aconteceu com Tereza, que trabalha como entregadora de compras, um dia antes da entrevista:

Ela devia ter uns 50 anos. Ela tinha uma faixa bem grande na casa dela escrita "Trump". Quando eu fui comprar, não tinha o que ela queria. Então quando eu fui entregar, ficou faltando uma coisa. Quando eu cheguei na casa dela, ela olhou para mim e começou a gritar. Ela gritava, gritava. Ela falava e eu virei as costas e fui embora. Era uma senhora branca, ela não falava palavrões, mas a forma que ela falava e o tom de voz dela era bem [pausa], bem rude, bem agressiva.

Tereza destaca ainda o fato de morar atualmente num Estado republicano. Comparado ao Estado de Massachussetts, onde já residiu no passado, ela considera a Carolina do Sul mais preconceituosa em relação a imigrantes e demonstra incomodo com a discriminação verificada pelo seu aspecto físico:

Se um policial me manda parar, eu sinto isso: quando a pessoa olha pra mim, ela sabe que eu sou latina. Tanto é que quando alguém vem me perguntar, normalmente eles me perguntam se eu sou de Porto Rico. Eu não sei se as mulheres de Porto Rico são parecidas com as brasileiras. Mas assim, naturalmente, quando eles olham, eles sabem que eu não sou daqui. E eu já senti preconceito. Pelo meu cabelo, pelo formato do meu corpo, entende?

Renata, vive no Texas, estado fronteiro ao México, e convive basicamente com a comunidade hispana. A região constantemente está em evidência na mídia e na pauta política norte-americana. Durante a era trumpista (2017-2021), o presidente Donald Trump pretendia construir um muro que separasse os dois países, a fim de impedir a entrada de imigrantes não documentados. Hartman, Newman & Scott (2014) sugerem que a questão do preconceito é mais latente contra a comunidade designada "latina" ou "hispana" com base num estudo em que foram entrevistados 275 brancos não-hispânicos para identificar o papel distinto do preconceito na formação da opinião pública sobre a imigração. Diz o estudo:

[...] transgressions such as remaining in the country without legal documentation, working without paying taxes, and failing to support traditional symbols of American

culture and identity, are considered more offensive if committed by Hispanic than non-Hispanic immigrants.¹⁵ (Hartman *et al.*, 2014, p. 145)

Ex-mulher de um mexicano, Renata se considera mais integrada à comunidade de imigrantes mexicanos. Ela confirmou o sentimento de ser discriminada “todos os dias” pelos norte-americanos e demonstrou firmeza na resposta:

Tem uma coisa: você não pode viver de medos. Eu me sinto humilhada pelas formas como as pessoas me veem e me julgam, mas eu não me sinto inferior a nada, a ninguém. Porque eu acho que inferioridade é muito diferente do fato de não ter documento. Porque eu trabalho igual como eles, luto como eles, eu compro e pago todas as minhas contas. Eu aprendi muito isso de uma americana que foi minha cliente. Ela me ensinou isso, ela era uma negra. Que eu não tinha que deixar ninguém me humilhar, porque ela passou também por muitas humilhações.

2.2.5 Mais preconceitos: brasileiros x brasileiros

Ao longo desta pesquisa, não foram poucas as entrevistadas que narraram episódios de discriminação que sofreram de pessoas de origem brasileira, mas que possuem status de cidadãs norte-americanas. Resende (2005) e Margolis (2009) observam que imigrantes classificadas como “novatas”, geralmente são exploradas ou ignoradas por imigrantes com tempo no país e, principalmente, já com status legal.

Carina é um desses exemplos de imigrante discriminada por alguém da sua origem, ao relatar que trabalhava como “*housecleaner*” (faxineira) para uma empresa cuja dona era uma brasileira documentada. Carina diz na entrevista que viveu “um terror” quando comunicou à patroa que estava grávida:

Ela sempre foi meio soberba nesse quesito de agora eu sou cidadã americana e todos os imigrantes ilegais estão errados. Ela tinha esse discurso. Daí quando eu falei que eu estava grávida, foi um desespero para ela. Que ela achou que eu não ia dar conta, que era errado eu ser uma imigrante ilegal e estar grávida aqui, usufruir dos benefícios do governo, dizendo que eu nunca paguei taxa, coisas desse tipo.

¹⁵ “[...] Transgressões como permanecer no país sem documentação legal, trabalhar sem pagar impostos e não apoiar os símbolos tradicionais da cultura e identidade americanas são consideradas mais ofensivas se cometidas por hispânicos do que por imigrantes não hispânicos.” (Hartman, Newman & Scott, p.145, 2014)

Carina diz ter sofrido abuso psicológico ao longo dos 9 meses de gestação, período em que ela ficou traumatizada:

Então a gravidez toda eu ouvi esse tipo de coisa, que eu teria um filho aqui, que eu não teria que pagar por nada. E que isso é um absurdo, por ser imigrante ilegal teria que pagar taxa. Foram longos nove meses de gestação ao lado dela. Mas eu tinha que suportar, né? Eu precisava trabalhar e grávida eu ia trabalhar com quem?

Denise explicou que convive muito de perto com brasileiros na região onde mora, no Estado de Rhode Island, e também tem a percepção de discriminação dentro da própria comunidade brasileira:

O brasileiro antes de ter o documento é de um jeito, depois que tem o documento ele passa a te menosprezar como se tivesse subido de nível. Me incomoda, claro, eu fico me perguntando será quando eu tiver documento eu vou fazer isso? Mas isso vai da pessoa, ela se acha tão zero que por causa disso ela cresce e acha que é melhor do que o outro.

Marina, moradora no Estado de Massachusetts, também relata mudança de comportamento quando o brasileiro adquire o status migratório tão desejado:

O que eu observo aqui, que eu já tive amigos aqui que não tinham documentos e após conseguirem documentos não são meus amigos mais. Acontece muito isso aqui. Se você não tem o status migratório, você não tem um status financeiro, você não consegue se inserir em certos tipos de turma.

As declarações das entrevistadas corroboram com o estudo de Resende (2005) que observou a falta de consideração e união entre imigrantes pertencentes à mesma origem, no caso, os da comunidade brasileira, entre imigrantes brasileiros no Sul da Flórida:

Time after time, informants complain of a lack of community feeling among Brazilians here, that they would do well to emulate the "Latins" and unite for the common good. These same informants insist that they specifically avoid doing business with Brazilians, or that Brazilians can't be trusted.¹⁶ (Resende, 2005, p.6)

¹⁶ “Vez após vez, os informantes reclamam da falta de sentimento comunitário entre os brasileiros aqui, que fariam bem em emular os "latinos" e se unir para o bem comum. Esses mesmos informantes insistem que evitam especificamente fazer negócios com brasileiros ou que os brasileiros não são confiáveis.” (Resende, 2005, p.6) Tradução livre.

Laura, que tem curso superior e família financeiramente bem-sucedida em Salvador, capital da Bahia, relata que não gosta de se relacionar com pessoas da comunidade brasileira na região em que mora no estado de Maryland:

Eu jamais andei com alguém que fala português errado, minha família só tem professores. Culturalmente foi mais difícil aceitar os brasileiros do que os americanos. Foi muito conflitante, é muito difícil. Porque muitos brasileiros que vieram pra cá não têm estudo.

Laura também considera que brasileiros documentados discriminam os compatriotas sem documentos e expressou o seguinte:

Eu acho que eu me sinto mais discriminada na comunidade brasileira, pelo fato deles não aceitarem de eu ser gorda, do que por qualquer outra situação. Uma vez eu estava numa festa e uma menina brasileira falou: eu não sabia que uma pessoa que tem o seu peso consegue dançar como você.

Sonia diz que foi constrangida nas redes sociais por uma brasileira que a ridicularizou e intimidou por causa do status migratório:

Uma senhora já fez algumas vezes comigo. De escrever no Facebook, na minha página, faltou com respeito. E isso é muito ruim, foi chato. Fica constrangedor. Eu não importo de falar. Se perguntar eu nunca nego: não, eu não tenho documento. Como assim você faz o seu trabalho aqui? Mas isso não me impede de trabalhar, ajudar. Ela escreveu na minha página do Facebook, até usou uma expressão assim, de uma música: “se a imigração chegar aí, não fica um, meu irmão”.

Esta discriminação entre pares é um tema tão recorrente na questão migratória, que já foi registada pelo escritor e prêmio Nobel de Literatura, José Saramago, no artigo “Histórias da emigração”, publicado no jornal Diário de Notícias:” Aquele que antes havia sido explorado e perdeu a memória de o ter sido, explorará. Aquele que foi desprezado e finge tê-lo esquecido, refinará o seu próprio desprezar” (Saramago, 2009).

2.2.6 Um documento americano: carteira de motorista

A pesquisa mostra que entre as mulheres brasileiras não documentadas entrevistadas, a questão de ter uma carteira de motorista é uma espécie de alívio na hora de apresentar um documento a alguma autoridade norte-americana. Apenas 2 das 12 entrevistas possuíam carteira de motorista válida na época em que a pesquisa foi realizada.

Marina que mora no estado de Massachussets diz que: *“Se eu pudesse pelo menos tirar uma carteira de motorista eu já ficaria mais satisfeita. 80% do fardo que eu carrego por ser uma imigrante ilegal, se eu tivesse uma carteira, sairia das minhas costas.”* Por necessidade, a maioria das entrevistadas dirige mesmo sem o documento de habilitação. Duas participantes alegaram não dirigir por falta de interesse.

A ausência da carteira de motorista ou de algum documento oficialmente emitido por autoridade americana para imigrantes não documentados é relatada por entrevistadas como fator de constrangimento, como afirma Renata:

Uma vez um policial me disse que a minha carteira consular era falsa. É humilhante. Porque um consulado lhe dá um documento, que um policial diz que é falso? Não era falso, mas realmente é malfeito. Quando você pelo menos tem uma carteira de motorista, não tem esse tipo de humilhação. Caso contrário, você tem que ficar mostrando o passaporte brasileiro, que terminam humilhando a gente, uma vergonha, você fica com a cara queimando de vergonha. Quando você, num mercado, você vai comprar uma cerveja e tem que mostrar uma ID, mas eu tenho que mostrar o passaporte.

A declaração de Renata corrobora com o que diz Maia (2008) na “I Conferência sobre as Comunidades Brasileiras no Exterior”, sobre esta questão crucial para o imigrante: “O problema fundamental do imigrante irregular, como se sabe, é seu estado de indocumentação legal. Munido apenas do passaporte – onde consta a data do seu ingresso no país –, encontra ele dificuldades para praticar atos do dia-a-dia, tais como fazer compras a crédito ou obter acesso a serviços públicos.” (Maia, 2008, p.43).

De acordo com o Consulado Brasileiro em Nova York, a “Carteira de Matrícula Consular”: 1) é um documento feito pelo Governo brasileiro, e os dados fornecidos pelo cidadão ao Consulado

são sigilosos e não são compartilhados com autoridades dos EUA (ou de qualquer outro país); 2) não é um documento norte-americano; 3) não pode ser usada como carteira de motorista nos EUA; 4) não pode ser usada como passaporte e não regulariza a situação imigratória do cidadão; 5) é aceita por algumas autoridades municipais e estaduais nos EUA e por alguns entes privados (como bancos), mas não por todos; por isso, sempre pergunte previamente se a carteira é aceita pelo órgão ou estabelecimento; 6) permite ao consulado conhecer melhor a comunidade brasileira e pode ser extremamente útil em casos emergenciais, pois facilita ao Consulado contatar os brasileiros e seus familiares no Brasil e/ou vice-versa. Esses dados também são importantes para que o Consulado conheça melhor a comunidade a que deve prestar assistência.

Bianca, da mesma forma que Renata, também tem uma “carteira consular”: *“Às vezes a gente fica um pouco constrangida na hora de mostrar um documento, de não ter um ID, ter que mostrar o passaporte”*. Em seguida, a mesma afirma: *“Eu tenho um ID consular, que o consulado em Nova York faz para as pessoas, ele é válido, mas não é válido assim em qualquer lugar. Meu documento é o passaporte”*.

Já Sonia diz: *“Quando preciso apresentar algum documento, apresento o passaporte”*.

Sobre o fato de já ter sido maltratada por um policial de trânsito por não ter a carteira de motorista, Marina refere: *“Eu fico chateada que se forem puxar mesmo a nossa ficha, e quiserem ver se eu pago meus impostos, eu pago meus impostos desde o primeiro dia que eu coloquei o pé aqui. Porque eu acho que é o correto, né? Mas eles não vêem assim as coisas.”*

A emissão da carteira de motorista nos Estados Unidos difere de um estado para outro da federação. Alguns locais emitem o documento a pessoas não documentadas, outros não. As regras geralmente mudam, conforme a administração dos governos estaduais. Alguns estados que no passado emitiam a carteira de motorista, atualmente não emitem mais, enquanto outros que não o faziam no passado, passaram a emitir.

Denise reclama das mudanças em Rhode Island: *“Eu sempre tive minha carteira de motorista aqui em Rhode Island. Mas de uns dois, três anos para cá eles mudaram o sistema e você não pode mais se você não tiver documentos”*.

Vilma, moradora de *Maryland*, diz que: *“Tenho carteira de motorista. Teve época que não deixavam imigrante ilegal tirar carteira. Na época que eu cheguei aqui não deixavam. Eu consegui tirar no Estado vizinho, da Virginia. Quando abriu aqui em Maryland, eu tirei aqui.”*

Alguns não documentados viajam em direção aos estados nos quais há emissão de carteira de motorista para ilegais, na tentativa de obtenção do documento. Renata, moradora do Texas, relata que conseguiu a emissão da sua primeira carteira de motorista na Flórida, distante 875 milhas de onde vive: *“Minha primeira carteira de motorista eu tirei na Flórida. Eu tive ela por dois anos. E depois em 2007 eu tirei outra carteira no Texas. Em 2014 minha carteira venceu, nessa época a lei mudou e eu não pude mais tirar a carteira.”*

Fátima, que mora no estado da Flórida, afirma: *“O meu marido tinha uma carteira na Pensilvânia, porque tirou na Virgínia e conseguiu transferir”*.

A prática da emissão de carteira fora da área de residência apesar de não ser legalmente aceita, tornou-se uma prática comum entre não documentados. Tania, moradora de Massachusetts, refere que um policial de trânsito sugeriu que o marido dela viajasse até outro Estado a fim de conseguir o documento:

Quando meu marido deu a carteira brasileira, o policial falou, olha, essa carteira não é válida aqui no estado de Massachussets, você precisa de uma drive license. E meu marido falou, eu sei senhor, é que eu não posso tirar aqui. Aí, o policial respondeu: tira no estado do lado, o estado do lado libera.

Nenhuma das mulheres entrevistadas teve problema ou foi abordada pela polícia da imigração, a *Immigration and Customs Enforcement (ICE)*. Somente uma foi ameaçada de deportação pela polícia local de Maryland, numa época logo depois do atentado às Torres Gêmeas, em Nova

York, em 2001. Na entrevista, Vilma informou que recebeu esta ameaça pois não se apresentou à Corte de Justiça como deveria por causa de uma multa de trânsito não paga:

No outro dia eu me apresentei na delegacia. Como era recente a história das torres gêmeas, queriam deportar todo mundo, eles queriam também me deportar. Foi uma situação bem difícil. Eles queriam se comunicar com a migração para me deportar. Eu lembro que eu chorei muito. Aí ele pegou e disse que eu podia voltar pra casa porque não achou nada errado comigo. Eu tinha de 19 para 20 anos. Eu não sei se ficaram com pena. Mas não me deportaram. Entenderam que o meu problema era só ter faltado à Corte por causa de uma multa de trânsito.

Verifica-se durante as entrevistas que os demais episódios de abordagem policial ocorridos com algumas entrevistadas foram no trânsito: seja velocidade acima da permitida, pequenas contravenções no tráfego ou problema no farol. Observa-se que as histórias têm desfechos diferentes pois dependem da “boa vontade” dos policiais. De acordo com o grau desta boa vontade: uns liberam o motorista, outros aplicam multa, e outros aplicam multa mais a apreensão do carro. E, ainda há os que se aproveitam da situação para, de alguma maneira, constranger os motoristas não documentados. No Texas, Renata se apresentou à Corte de Justiça para negociar o valor da dívida, recebendo a compreensão do juiz, que sentenciou que ela pagaria apenas a multa por não ter carteira de motorista:

Eu fiquei tão humilhada porque ele [o policial] já chegou grosseiro comigo, parece que ele viu em mim que eu era uma indocumentada. Ele pediu uma identificação, eu expliquei que eu não tinha, que tinha ido apenas levar o meu filho. Aqui eu tenho o meu cartão de crédito se isso servir. Ele me deu multa por fazer o retorno, por eu ter colocado uma placa no meu carro, mas não estava no meio, estava do lado, por não ter drive license e por ter questionado ele. Quatro multas, que somaram 799 dólares.

Em Massachussetts, Marina foi abordada por cinco policiais que queriam apreender o carro dela por não ter carteira de motorista. Segundo ela, um deles foi “implacável” e a humilhou muito. De acordo com a entrevistada, foi necessária a intervenção do irmão dela, que é documentado, que conversou com o policial pelo telefone celular e conseguiu que ela fosse liberada. “*Meu irmão conversou com ele uns 25 minutos. Quando ele veio, veio super grosseiro, jogou o celular em cima de mim e falou bem bravo que não queria me ver ali nunca mais.*”

No caso de Tania, tanto ela quanto o marido tiveram experiência, também em Massachusetts, mas de policiais de trânsito com “boa vontade”:

Os policiais foram super educados. Uma educação que eu nunca vi no Brasil. Pedi a minha drive license. Eu me desculpei. Falei pra ela que eu não tinha drive license mas que eu tinha passaporte brasileiro. Dei meu passaporte, ele leu, levou para o carro, conferiu os dados, voltou e falou: você precisa de uma drive license, você está indo para onde agora? Eu falei, eu estou indo para o trabalho. Então cuidado e bom trabalho.

Porém, Tereza, durante uma temporada no mesmo Estado em que Tania vive, Massachusetts, foi abordada pela polícia sem carteira de motorista, mas o carro foi apreendido e ela precisou se apresentar à Corte de Justiça.

O juiz perguntou se eu tinha carteira de motorista naquele momento, eu falei que não. E aí ele me deu uma multa para eu pagar, 250 dólares. Aí eu paguei a multa e ok. Eles não perguntaram nada sobre meu status migratório. Eles só perguntaram: você pode tirar a carteira nesse momento? Eu falei, não, não posso.

Na época em que concedeu a entrevista, Tereza estava com carteira de motorista emitida em Chicago e válida por três anos. Segundo Tereza, foi possível solicitar a emissão da carteira de motorista porque a regra local exigia que a pessoa morasse um ano na cidade, mesmo não possuindo documentos.

Laura, que mora em Maryland, também teve uma experiência positiva com o policial que a fez parar o carro. Segue o relato de Laura:

O policial pediu documento do carro e carteira. Eu perguntei porque ele havia me parado. Ele disse que viu que eu não bebi, mas que a luz do freio estava queimada. Eu disse que eu não tinha carteira, que meus filhos estavam em casa, ele checkou o seguro e falou que hoje ele estava num bom dia e que era pra ele fingir como se ele não tivesse me visto. E eu pude ir embora.

Sonia, que trabalha como voluntária numa organização para imigrantes, mantém uma postura otimista mesmo sem possuir nenhum documento legal para si por enquanto:

Eu nunca deixei de fazer nada mesmo sem documento. Tanto que quando as pessoas descobrem que eu não tenho documento, não acreditam. Vem chorar comigo porque estão passando problemas porque não tem documento, eu digo: se isso te serve de consolo eu também não tenho.

2.2.7 Falsificação de documentos

A utilização de documentos falsos ocorre entre imigrantes não documentados, porém, observa-se que há uma dificuldade expressiva na identificação dos envolvidos neste tipo de fraude. Alguns depoimentos para este estudo corroboram o que diz Margolis (2009) sobre uma próspera “indústria” de documentos em Nova York, Chicago, Los Angeles e outras cidades com grande concentração de imigrantes. Um *Social Security Card*, um “Social”, como a comunidade brasileira refere, pode ser comprado por até 200 dólares (Margolis, 2009, p.17-18).

O *Social Security* é um documento essencial dentro dos Estados Unidos. Como o próprio website (<https://www.ssa.gov/ssnumber>) explica, o número de seguro social de nove dígitos é importante porque o trabalhador precisa dele para conseguir um emprego, receber benefícios do Seguro Social e obter alguns outros serviços do governo. O documento só é emitido para quem vive legalmente nos EUA.

Fátima, moradora da Flórida, afirmou que há mais de uma década havia a venda deste tipo de documento: *"Quando eu cheguei em 2009, eles já vendiam o social security por 45 dólares aqui na Flórida"*.

Para conseguir o primeiro emprego, como faxineira, Laura disse que pagou US\$ 50 por um *Social Security* falso, em Chicago:

Como eu falava um pouco de inglês, eu apliquei para uma agência, usei um social security falso e acabei indo trabalhar numa casa. Quem indicou foi uma amiga que também fez a mesma coisa. Eu fiquei trabalhando por 7 meses nesta casa. Eu tive outra amiga brasileira que até pouco tempo ela trabalhou num banco com um social security falso. Até que alguém foi lá e a denunciou.

As entrevistadas negam ter comprado carteira de motorista falsificada. Fátima explica que na Pensilvânia, a carteira de motorista foi cancelada para imigrantes não documentados justamente por conta de uma fraude com carteiras falsas para camioneiros:

Sim, conheci pessoas que conseguiram. Não só carteira de motorista, mas outros documentos. Certidão de nascimento dos Estados Unidos, greencard e social security. E acabaram se complicando. A gente teve oportunidades de tirar carteira em alguns lugares, mas a gente sempre priorizou não andar com nada falso. Porque é mais fácil você andar sem documento do que com documento falso.

2.2.8 Sem cidadania, mas em dia com a Receita Federal

Como os imigrantes não documentados não possuem o *Social Security*, eles utilizam o *Individual Taxpayer Identification Number* (ITIN). Para esta pesquisa, todas as entrevistadas que pagam Imposto de Renda nos EUA se utilizam deste número para cumprir as leis fiscais do país. Apesar de permitir declarar impostos, o número não autoriza trabalho nos Estados Unidos, o que aparece como uma incongruência, já que o imposto é pago com base na remuneração anual.

O número é uma forma de ser contribuinte independente do status migratório no país. O ITIN não tem nenhum propósito além da declaração de impostos federais e não serve como documento de identificação. Ele pode ser obtido no próprio *website* oficial do governo dos Estados Unidos, no endereço:

<https://www.irs.gov/individuals/international-taxpayers/taxpayer-identification-numbers-tin>

De acordo com o organismo não-governamental *American Progress*¹⁷, imigrantes não documentados pagaram US\$ 11.84 bilhões de dólares em impostos no ano de 2012. Das nossas 12 entrevistadas, 10 pagam imposto atualmente sobre os ganhos obtidos.

Observa-se o hábito entre os imigrantes ilegais de pagarem tributos, considerando que isto pode favorecer uma possível obtenção de documentação legal nos Estados Unidos da América.

¹⁷ <https://www.americanprogress.org/issues/immigration/news/2015/06/10/114808/the-top-10-facts-you-need-to-know-about-immigrants-today/>

Muitas vezes, a orientação sobre este pagamento vem da própria comunidade brasileira ou de advogados de imigração consultados.

Laura diz que foi orientada a pagar Imposto de Renda: *”Eu fui aconselhada pelo advogado a sempre pagar porque se abrisse alguma lei eu já estaria toda certinha, como meus filhos nasceram aqui. Eu não quero dar jeitinho brasileiro.”*

As entrevistadas Vilma, Tânia, Sonia, Tereza, Laura e Renata relatam as suas experiências semelhantes:

Pago. Todo ano. Eu acho que já tem uns 17 anos que eu pago imposto. Porque depois que eu tive filho, tudo precisava das taxas, aí eu comecei a fazer por causa disso. Depois eu fui aprender que isso também seria bom na hora de ter o papel, na hora de aplicar para o green card. (Vilma)

Eu acho que o mínimo que eu posso fazer para um país que está me acolhendo tão bem é cooperar, é pagar as taxas para estar vivendo aqui, para manter esse sistema sustentável. Eu tento cumprir um papel de cidadão mesmo não sendo uma. (Tânia)

Faço declaração e pago imposto de renda desde que chegamos. Fazemos isso porque se estamos aqui usufruindo do país, acredito que isso é o mínimo. Temos que fazer. Porque você está vivendo, usufruindo do país, as oportunidades. (Sonia)

Porque eu tenho pretensão de me legalizar um dia, então eu acho que isso é uma forma de eu dizer que eu estou aqui, eu estou usufruindo das coisas do país, mas que eu estou cumprindo com os meus impostos. (Tereza).

Antes dos meus filhos eu fazia por mim, porque você tem a ideia de que você estiver levando a sua vida direito, a oportunidade pode aparecer pra você. E continuei assim, mesmo com os filhos, coloco os dois como dependentes, pago todo ano imposto. Espero que algum dia isso possa ajudar. (Renata)

Apesar de não ter autorização legal para viver nos Estados Unidos, Bianca, tem uma empresa em nome dela no estado de New Jersey. Por meio desta empresa, ela paga imposto de renda anualmente. Ela é assistente de um médico, responsável pela área de exames, e o contrato de trabalho só foi possível por meio da abertura de tal empresa, como relata:

A dona do laboratório abriu uma empresa no meu nome, e aí a minha empresa presta serviço para o laboratório e a empresa tem que pagar imposto direitinho para eu ganhar o meu dinheiro. Eu faço o que tem que ser feito para o bem da minha família.

Vilma, Denise e Laura também têm empresas. A única maneira de terem os seus serviços de faxina disponíveis a empregadores americanos. Denise mora no estado de Rhode Island, enquanto Vilma e Laura moram no estado de Maryland:

Me disseram que não poderiam me dar o serviço que eu seria capaz pois não podiam me contratar. E o que eu fiz foi abrir uma companhia. A minha companhia me subcontrata e eu trabalho para a companhia. Você pode abrir qualquer empresa, paga suas taxas, qualquer ilegal aqui pode ter uma empresa. (Laura).

A gente tem uma companhia de limpeza também, que emprega pessoas, é tudo registrado, regularizado, a gente paga um monte de impostos. Você consegue abrir uma empresa igual a qualquer cidadão. É engraçado isso, porque uma coisa não tem ligação com a outra. Seu status é de não ter documento nem nada, mas você paga tudo exatamente igual. (Denise).

Tania considera que o governo norte-americano deveria tomar medidas distintas para os ilegais que são criminosos e os que não são:

Eu acho que o problema dos Estados Unidos não é o imigrante ilegal, seria o ilegal criminoso. Quem vem pra cá pra cometer crime, que trabalha e não paga imposto, só vem pra cá pra usar o que o país tem e voltar para sua terra, eu acho que realmente essa pessoa talvez não deveria estar aqui. Mas eu acho que o imigrante como eu, que está aqui só tentando achar uma qualidade de vida um pouco melhor, só que não tem dinheiro para aplicar para um visto de estudante ou um visto de empresário, que eu acredito que seja a maioria, eu acho que se o governo, ele começar a pontuar, ele vai começar a ver que o problema não são todos os imigrantes ilegais. (Tania).

A dualidade e ambiguidade entre o lícito e o ilícito não é simples de ser entendida. Um imigrante ilegal não é cidadão, mas se dispõe a pagar impostos justamente provenientes do trabalho que oficialmente ele não tem direito a exercer. Ao mesmo tempo que alguns Estados fornecem a carteira de motorista ao não-documentado, que se torna assim detentor de um documento. Os depoimentos das entrevistadas confirmam que há uma manutenção da imigração ilegal por parte da própria autoridade governamental. Esta conclusão, corrobora com o que dizem os estudos de Moreira (2014) e de Ramos & Franken (2018):

A pergunta sobre por que os Estados impulsionam e criminalizam a migração ao mesmo tempo, pode ser assim respondida de várias formas: tanto porque, dentro do mercado de trabalho dual, o trabalho imigrante deve necessariamente ser precarizado, como porque a migração indocumentada não é uma antítese ao sistema migratório, já que é o próprio sistema que cria a migração indocumentada ao criar restrições à migração regular. A

resposta à pergunta está, assim, na construção da migração como desvio, tal como se passou no caso brasileiro. Além disso, existe a violência contra migrantes porque ela também faz parte do sistema.

(Moreira, 2014, pp. 199-200)

Esta irregularidade, ou a ilegalidade que dificilmente se manifesta, tem um grau de aceitação tácita, de aparente legitimidade social, e um silencioso consentimento burocrático, apesar de ser do conhecimento coletivo de que na maioria dos casos, o trabalho irregular, ilegal, é mal pago, não permite ao trabalhador proteção e direitos, não tem controle fiscal, e frequentemente está relacionado com trabalhos duros e perigosos, com riscos para a sua segurança e saúde.

(Ramos & Franken, 2018, p.16)

2.3 Maternidade e saúde

A maternidade para as entrevistadas, principalmente considerando as que tiveram filhos nos Estados Unidos, significou estreitar o vínculo com o país. Neste subcapítulo serão pontuadas as respostas das pesquisadas em relação à sua percepção a respeito da maternidade fora do Brasil vinculada à condição de mãe não documentada.

Perguntas envolvendo o tema saúde também fizeram parte do questionário dirigido às entrevistadas. Há a destacar que as mães não documentadas, que tiveram filhos nos Estados Unidos, ressaltaram o benefício proveniente do sistema de saúde americano que, independentemente do estado da federação, oferece gratuidade de serviços para a gestante, desde o pré-natal até o parto.

Houve também dentro do universo de perguntas, a abordagem sobre a existência ou não de plano de saúde. Algumas entrevistadas possuem plano de saúde, mas a maioria, em caso de necessidade de atendimento médico, precisa arcar com as despesas ou recorrer à serviços disponibilizados por instituições de apoio a imigrantes.

Algumas mulheres entrevistadas fazem terapia psicológica recorrendo a psicólogas brasileiras. Entre as 12 mulheres, 3 descreveram sintomas de depressão, sendo que uma delas necessitou recorrer a medicamentos específicos.

2.3.1 O motivo para permanecer nos Estados Unidos: ser mãe

Das 12 pesquisadas, 11 apontaram a maternidade como o motivo para se manterem nos Estados Unidos da América. Seja pelo fato de os filhos já serem americanos ou, no caso de não terem nascido em solo norte-americano, pelo fato de estarem crescendo na cultura norte-americana. A partir destes dois pontos de vista, a maioria das entrevistadas não consegue imaginar-se voltando a morar no Brasil. Seguem alguns relatos:

- *“De início era aprender o inglês, juntar algum dinheiro e ficar pouco tempo. Mas depois que a gente mudou pra cá, acabou que a gente teve os filhos aqui. E depois dos filhos, eu não penso mais em voltar.”* (Denise, com filhos de 14 e 12 anos, nascidos nos Estados Unidos da América).

- *“E a gente não ia ficar muito tempo, dois anos, mais ou menos. Mas eu vim grávida de dois meses, quando eu descobri a passagem já estava comprada, casa aqui alugada, então quando eu cheguei aqui a minha filha nasceu de 6 meses e eu não pude mais retornar.”* (Fátima, com filhos de 21, 18, 10 e 7 anos de idade, todos nascidos nos Estados Unidos da América).

- *“Depois que você chega aqui, vê o mundo bem diferente. Isso aqui é uma prisão, você não consegue sair. Por causa dos filhos.”* (Renata, com filhos de 13 e 11 anos de idade, nascidos nos Estados Unidos da América).

- *“E eu falo assim, eu nunca voltaria para arriscar que os meus filhos tenham uma cultura que seja menos do que aqui.”* (Laura, com dois filhos de 17, uma filha de 15 e uma de 13 anos, todos nascidos nos Estados Unidos da América).

2.3.2 Redes de apoio

Uma das perguntas do guião de entrevista, foi a seguinte: “Você possui algum apoio (de pessoas ou comunidades)? Aline, que cria o filho sozinha, respondeu o seguinte: *“Eu diria que não. Eu vivo sozinha na minha região, não conheço ninguém. É só eu e meu filho. Se eu precisar hoje, por exemplo, a escola ligar dizendo que meu filho passou mal. Eu não teria ninguém próximo para ligar e pedir para pegar meu filho”*.

Das 12 entrevistadas, 9 identificaram-se como pertencentes a uma comunidade religiosa. Nota-se que elas consideram a igreja ou os grupos religiosos que frequentam como rede de apoio. Este aspecto corrobora com o que diz o estudo de Marinucci: “A dimensão religiosa é extremamente importante para a vida de muitos migrantes que encontram nela o sentido, os valores, a segurança e a força para enfrentar e superar os momentos de desânimo, crise e violência que o processo migratório pode acarretar.” (Marinucci, 2005, p.12).

Vilma recomenda que o imigrante deveria pertencer a uma comunidade religiosa: *“Eu tenho bastante amigas. E também a igreja que eu vou já há uns 15 anos. E é um apoio, uma comunidade bem boa. Eu acho que todo mundo que está aqui deveria procurar uma igreja para ter esse apoio. A minha é de brasileiros.”*

Bianca e Denise também valorizam nas suas respostas a questão religiosa:

Eu tenho a minha família e no meu trabalho o pessoal dá bastante suporte. A comunidade tem uns grupos de apoio, eu até participo ajudando na questão de exames laboratoriais. E nós temos uma célula, todos somos cristãos, mas nenhum gosta de estar numa igreja. A gente se reúne online, com estudos semanais, lê a Bíblia, discute e ora junto (Bianca).

A gente tem o consulado próximo da gente, que alguma dúvida que a gente tem, a gente usa. Tem a igreja católica, ela é americana, mas cede um horário para a comunidade brasileira aqui da região. Inclusive os meus meninos foram batizados, fizeram primeira comunhão, nessa igreja. Eles são um suporte, com certeza (Denise).

Tania refere o apoio da família do marido no cuidado com os filhos:

A família toda do meu marido está aqui: o pai, a mãe, os irmãos. Alguns moram um pouco mais longe, uma hora e pouco daqui. Mas o meu sogro e a minha sogra moram há cinco minutos da minha casa. Então eles dão muito apoio, principalmente para o meu marido, nessa questão de família.

Carina, mãe de um menino de 2 anos, sente falta de ter tempo para ela e o pai do filho, que ela chama de “namorado”. E compara a sua maternidade nos Estados Unidos da América com o que aconteceria no Brasil: *“Uma mãe sempre precisa de uma rede de apoio, né? Tá cansada, precisa resolver alguma coisa, no Brasil você tem a mãe, você tem a tia, a avó, você deixa lá e*

vai resolver. Aqui você não tem ninguém.” Carina pondera que pagar por uma babá custa caro: “No Brasil seria diferente. Poderia acabar deixando-o, ir a um cinema, coisas do tipo, já aqui não dá. Aqui a gente paga 30 dólares por dia para a babá.”

Tania também apresenta a mesma perspectiva que Carina:

A parte mais difícil de ter essa maternidade fora do Brasil é a falta de auxílio com pessoas pra te ajudar a criar a criança. Eu sinto muita falta de ter uma mãe, de ter uma avó pra deixar a minha filha. Não só pra trabalhar. Mas pra sair com o meu marido, distrair a cabeça, ir na academia.

Fátima, também faz uma comparação entre a vida que teria no Brasil e a que tem nos Estados Unidos sobre o apoio para criar os filhos:

Quando eu tive todos os meus filhos eu nunca tive ninguém para me ajudar, para vir limpar minha casa, lavar minha roupa, ou fazer uma comida. Igual muitas pessoas têm, no Brasil é muito mais fácil. Igual você ter dificuldade, porque nós já passamos dificuldade de não ter o que comer. E você não ter um vizinho para bater na porta e pedir alguma coisa, entendeu? Então é essa dificuldade.

Marina também aponta a falta de uma rede de apoio familiar, mas elogia a assistência norte-americana com relação às crianças:

Com relação a ajuda do país, vamos dizer assim, de hospital, de escola, eu não tenho nada a reclamar. Não senti em nenhum momento nenhuma discriminação, fui super bem tratada, todos os lugares que eram relacionados a criança, de ajuda a criança, meu pré-natal, no hospital, no parto, tudo muito justo. É mais mesmo a falta de ter parentes para maternar aqui.

No caso da entrevistada Tereza, ela também não considera ter uma rede de apoio, nem faz parte de nenhuma comunidade religiosa ou brasileira: “Não. Eu tenho o casal de amigos, que hoje eu moro com eles, somente. São brasileiros. No Estado em que eu moro hoje, por exemplo, se acontecer alguma coisa comigo aqui hoje, eles são as únicas pessoas que eu posso contar.”

Verifica-se por meio dos depoimentos, que as entrevistadas que responderam afirmativamente ter “rede de apoio”, com a identificação de pessoas, grupos, igrejas ou comunidades como suporte, apresentam um sentimento de mais conforto, segurança e estabilidade como imigrantes. Esta observação corrobora com o que diz Ramos: “Com efeito, quanto maior for a diversidade

de redes de relações sociais de um indivíduo, maior é o acesso às oportunidades de integração, de educação, de saúde e bem-estar e de mobilidade individual, social e familiar.” (Ramos, 2009, p.4).

2.3.3 Ser mãe e não documentada

As entrevistadas responderam sobre como é ser mãe no contexto da situação imigratória irregular. Também nestas respostas aparecem indícios de vulnerabilidade, saudade e insatisfações pela falta do documento legal, temas já explorados anteriormente.

Renata tem pena de os filhos não saberem o que é uma “família” por parte de mãe:

De alguma maneira é um vazio para os nossos filhos, de estar aqui e sem saber o que é um parente. Eu no meu caso, eles não têm ninguém aqui para chamar de tio. Os meus amigos mais próximos é que são os tios. Eles têm a família do meu marido aqui, mas no meu caso é uma página em branco. E isso dói... [pausa] dói. Você não estar colocando memórias nos seus filhos: das festas, das reuniões, de coisas assim que para eles estão nulas. Eu vivi isso, eles não.

Vilma, que tem 4 filhos e é divorciada, apresenta a preocupação com o pagamento da universidade do filho, que ela chama de “college”:

É bem difícil. Porque é tudo eu e assim, não tem muitas opções. Não tem muitas portas que se abrem. O meu filho indo para o College agora, eu vou pagar o College dele, mas eu não consigo fazer um financiamento para pagar. Porque eu não tenho papel, porque eu não estou legal. Então eu vou trabalhar de manhã para pagar à noite.

Tereza, que cria a filha sozinha, também se preocupa de ser a única responsável pela filha:

É muito difícil. Porque eu não tenho com quem contar. Eu sou mãe, eu sou pai, eu sou provedor, eu sou tudo. Então assim [pausa] a minha filha ano que vem ela vai para o High School e eu penso se a gente não legalizar, como ela vai pra faculdade? E ela tem que ir pra faculdade, isso é uma coisa que eu como mãe, eu só tenho ela e não pretendo mais ter filhos, eu não abro mão.

Os depoimentos das entrevistadas corroboram com a pesquisa de Ramos (2012, p. 23): “Verifica-se em contexto migratório muitas mudanças e, por vezes, conflitos nos papéis e na dinâmica familiar, onde as mulheres adquirem maior poder decisório e autonomia.”

Esta autonomia traz como consequência para as entrevistadas que criam filhos sozinhas com sobrecarga materna, como testemunha Tereza sobre a dificuldade de não possuir nenhum apoio para cuidar da filha: *“É muito difícil. Porque eu não tenho com quem contar. Eu sou mãe, eu sou pai, eu sou provedor, eu sou tudo.”*

Das 12 mulheres que participaram da pesquisa, uma delas optou por manter os filhos no Brasil. Situação já enunciada em estudo de Ramos (2016). Sonia explica por que ela e o marido tomaram tal decisão:

Eu deixei meus filhos no Brasil. A mais velha com 16 e o mais novo com 13. Nós decidimos vir e deixá-los lá porque estávamos vindo para uma terra estranha. Você não sabe como vai ser a sua adaptação. Como a minha família abraçou a ideia de cuidar deles, pelo menos por um tempo, como seria nossa adaptação. Mas é difícil. Deixar pai, mãe, irmãos é uma coisa, mas deixar uma parte sua como filhos, tem que ser muito forte. É uma renúncia diária na questão dos seus sentimentos, pra você não sofrer tanto.

Ainda sobre o fato de ter mantido os filhos no Brasil, que na época eram adolescentes, Sonia diz que por conta desta decisão os filhos puderam frequentar bons colégios no Brasil e fazer faculdade. Hoje o filho mais velho de Sonia, com documentação legal de estudante, mora com ela e, à época da entrevista, estava prestes a iniciar um mestrado na área de advocacia.

Havia uma preocupação dos meus filhos não serem indocumentados. Se eu tivesse trazido eles para cá, eu acredito que teria sido muito mais difícil a adaptação. Para dar conforto aos filhos assim que a gente chegou aqui. Acabou que a gente conseguiu pagar a faculdade deles lá no Brasil. Porque aqui eles poderiam fazer o ensino médio, mas e daí? Ir para a faculdade como?

Considerando-se a questão da filha, que não nasceu nos Estados Unidos e à época da entrevista estava com 16 anos, Bianca mostra preocupação quanto ao futuro profissional dela: *“A gente fica preocupada o que nossos filhos vão fazer depois do high school, sem documento. Aí me faz ter preocupações em relação ao estudo.”*

Com muito pesar, Aline expõe o remorso que carrega por ter mudado para os Estados Unidos da América com o filho, quando ele tinha 7 anos de idade, retirando-o do convívio familiar:

O fato de te tirado ele, com 7 anos, do país dele, da família dele, dos familiares dele, da cultura dele, introduzi ele aqui, agora ele não pode voltar. Então eu quebrei a conexão com o país dele. Talvez isso seja uma coisa que eu tenha que lidar hoje, que é difícil. Hoje ele não quer falar com a avó, ele não quer falar com os tios, nem com os primos. É tipo assim, ele não tem paciência de falar no Face Time, por aqui, pela internet. Então foi algo que se quebrou. Ele era um sobrinho amado, ele era um neto muito amado e se quebrou esse vínculo familiar. Este é um preço alto que eu tenho que pagar.

Aline demonstra preocupação com o filho e considera que ele propositalmente quis cortar os laços com o Brasil para não sofrer. O pai do filho de Aline mora no Brasil:

E outra coisa é o interesse dele pelo Brasil, pela cultura brasileira, ele não tem nenhum, ele não tem paixão. Tudo dele é aqui. Ele ama e vive isso aqui. E o fato dele não poder ir. Eu sinto que ele evita sofrer, até com o pai ele cria uma barreira, talvez seja para se proteger desse sofrimento, dessa saudade. Ele está há dois anos sem ver o pai.

Carina, que trabalha como faxineira, descreve o que ocorreu após o nascimento do filho por causa da ausência do resguardo necessário no pós-parto:

O meu filho não tinha nem um mês, eu já tava trabalhando. Eu voltei a trabalhar depois de 25 dias do parto, aí meu ponto abriu. Foi terrível. Porque se faz menos esforço, mas você faz esforço. Cesárea não era nem para você se levantar da cama, né? Eu não podia deixar de trabalhar, porque um só bancando a casa não dá conta. Voltei para clínica que eu fiz o pré-natal, chegou a infeccionar um pouco. Eles passaram antibiótico e mandaram eu manter repouso, mas eles nem imaginam que eu já tinha voltado a trabalhar.

Já Denise relata que o fato de saber que os filhos são cidadãos norte-americanos diminuiu a angústia dela de não ter documento:

Sempre foi difícil de não ter documento, a dificuldade de fazer as coisas. Mas em relação à maternidade, talvez pra mim me deu até um pouco mais de segurança, de ter um filho que vai ter uma oportunidade melhor do que eu tive. Acho que me deu mais segurança em relação a isso. Dos dois poderem ter uma oportunidade que talvez no Brasil não seria igual.

Um total de 4 entrevistadas, como confirmam os testemunhos, responderam positivamente sobre a pergunta: “Você já tomou alguma precaução legal para os seus filhos, caso você precise deixar o país?”:

Eu e meu marido temos um testamento, a gente tem tudo documentado e assinado, com advogado, do tipo quem ficaria com as crianças caso a gente fosse deportado, quem cuidaria delas. Quando fizemos um seguro de vida, recebemos a orientação do que a gente deveria fazer legalmente como precaução (Bianca).

Assim que o meu filho nasceu, minha mãe falou que tinha uma amiga dela que falou que era bom a gente fazer um passaporte pra ele, porque na época americano só podia viajar só com visto, né? Que era pra eu fazer o passaporte brasileiro pra ele, porque se caso a gente precisasse deixar o país de forma emergencial, o meu filho teria que ter um documento pra ir junto. (Carina).

Quando eu fiz a cidadania brasileira para os meus gêmeos, eles poderiam ir embora para o Brasil. Porque os gêmeos não têm o nome do pai na certidão. Você vai no consulado e tira a certidão de nascimento. Já as minhas outras filhas, eu não tive a preocupação, porque tem o pai delas, elas podem ficar com ele se algo me acontecer. (Laura).

Eu tenho uma carta notorizada dando poderes à tia, que é madrinha de uma das minhas crianças. Eu dei o poder a ela se algo acontecer com ambos os pais, ela pode tirar os meninos do país e levar pra gente, seja no México, o país do pai, ou no Brasil. (Renata).

As outras 8 entrevistadas não pensaram, não têm informação ou não consideraram haver necessidade de qualquer tipo de providência legal numa suposta situação de precisarem deixar o país e ficarem longe dos filhos, como exemplificam as respostas:

- *“Eu nunca fiz nada. Mas já pensei em deixar um documento com o meu irmão, se eu precisar sair. Para ele ficar com eles para mim. Já pensei, mas nunca fiz.” (Marina).*

- *“Eu não me preocupo. Eu sou muito focada. Eu entendo que a vida é uma missão e cada um tem a sua missão, seu foco, sabe onde quer chegar. Então eu sou muito ligada, determinada nos meus propósitos. Não temo essa questão.” (Sonia).*

Já Vilma refere: *“Não. Eu acho que eu tenho que fazer tipo um documento para dar a guarda. Nunca fiz, mas eu deveria.”*

Vão neste sentido outras respostas das participantes:

Não, nunca tomei [providência] porque a gente já conversou com advogados. E eles falam que depois de um certo tempo, não é que a gente tem direitos, mas isso de você deixar o país do dia pra noite, ser preso, a gente tem uma contravenção de não ter documentos, mas depois de 10 anos a gente fica mais seguro, até por ter filhos

americanos. Mas a gente nunca fez nada como precaução. A gente só confia. Eu nunca parei para pensar assim. (Denise).

Não. Nunca fiz nada em relação a isso. Apesar de algumas pessoas já terem me falado que se eu for deportada, a minha filha fica porque ela é americana. E eu não sei como funciona isso na verdade, na prática. (Tania).

2.3.4 Conflitos interculturais por causa dos filhos

Uma das perguntas abordadas no guião diz respeito a choques ou conflitos interculturais que as entrevistadas possam vivenciar em relação aos filhos. Considerando-se que elas cresceram dentro da cultura brasileira, mas os filhos estão crescendo inseridos numa outra cultura - a norte-americana. As respostas para esta pergunta são variadas.

Aline apontou um estranhamento inicial a respeito de uma tradição cultural norte-americana:

Eu fui criada numa religião muito severa onde Halloween era coisa do capeta, por exemplo. E chegando aqui na escola, ele queria viver o Halloween. Isso pra mim, no início, que eu tive um certo bloqueio, eu não queria que ele fosse e todos os amiguinhos iam. Então foi algo que eu tive que trabalhar em mim. E hoje ele frequenta e participa. Foi uma coisa que era um problema pra gente (Aline, mãe de um menino de 13 anos).

Bianca apresentou a dificuldade da filha, que chegou nos Estados Unidos pré-adolescente, em se adaptar à cultura do país receptor:

A minha mais velha teve muitos problemas. A gente teve problemas bem difíceis. Ela teve oportunidade de estudar numa escola de arte que era toda americana. Ela estava há um ano aqui e ela não falava inglês 100%. Foi muito difícil, foram praticamente 4 anos de sofrimento. Porque ela tinha muita dificuldade de entrar na cultura americana, porque os americanos são muito frios, estranhos, ela sofria muito bullying, eles zoavam o accent dela, eles não permitiam que ela se expressasse em sala de aula. (Bianca, mãe de uma menina de 16 anos e outra de 11 anos).

Carina prevê que terá problemas numa suposta adaptação da filha ao Brasil:

Eu já ouvi que se eu demorar alguns anos e ele passar a entender como funcionam as coisas nos Estados Unidos, ele não vai querer ir. Talvez daqui um tempo se eu quiser voltar para o Brasil, então eu vou ter conflito comigo e com ele por estar tirando ele do lugar que ele nasceu, pra ser criado numa cultura completamente diferente. (Carina, grávida e mãe de uma filha de 3 anos).

Denise apesar de se comunicar com os filhos em português, já identificou dificuldades dos filhos com o idioma:

Como a gente sempre falou português e por mais que eles sempre falaram português, tem coisas, por exemplo, certas expressões que eu falo com eles em português e eu pergunto se eles entenderam, eles ficam me olhando aí eles dizem “mais ou menos”. Então eu tenho que falar em inglês para eles entenderem. (Denise, mãe de dois filhos de 14 e 12 anos).

Denise complementa a resposta e explica que no entendimento dela, a criação dos filhos numa outra cultura é como começar do zero: “*Porque a gente acaba que você tem a sua criação dos seus pais, mas quando a gente muda de país, você meio que zera, não é que zera, nunca vai apagar, mas você cria os filhos meio do que é o seu jeito. E você cria da forma mais parecida dos americanos*”.

Duas entrevistadas tiveram posições diferenciadas quanto ao comportamento da sociedade no Brasil e nos Estados Unidos. Tania é originária do Rio de Janeiro, está em Massachussets, e considera o Estado de origem com uma postura liberal. Já Tereza, originária de Alagoas, está na Carolina do Norte, e vê os Estados Unidos da América como muito liberal. A seguir, o depoimento das duas:

Eu acho que uma coisa muito diferente que tem aqui para o Rio de Janeiro, em especial, que foi a cidade que eu cresci, eu vejo que lá a gente tem uma exposição sexual da criança desde cedo. Eu acho que elas acabam desenvolvendo para este lado sexual muito mais cedo. O assunto de namoradinho, de sair, de ir para baile funk, de ter toda aquela exposição. E eu acho que aqui acaba acontecendo um pouco mais tarde. Eu acho isso ótimo. (Tania)

Eu acho que aqui é muito liberal, talvez o Brasil ainda seja um país retrógrado. A minha filha há uns dois anos atrás ela tinha 12, ela chegou em casa com um papel, pedindo uma autorização, para participar dentro da escola de um grupo de gays, lésbicas e simpatizantes. Aí eu sentei com ela e falei: você não tem idade para participar de uma coisa assim, vamos esperar mais um pouco, daqui há seis meses se você achar que ainda quer participar, a mamãe assina esse papel. (Tereza, mãe de uma menina de 14 anos).

Laura destaca o modo mais contido dos norte-americanos, que segundo ela, preferem evitar discussões:

Essa coisa das respostas. Por exemplo, a minha filha é gordinha também, ela joga futebol, basquete. Ela sou eu mini. Ela falou que às vezes também sofre bullying como eu sofria. E eu falei que ela tinha que dar resposta. E ela diz que se der resposta pode dar confusão. (Laura, mãe de gêmeos de 17 anos, uma filha de 15 e outra de 13)

Tanto Marina quanto Renata têm percepções de que no Brasil a infância dos filhos seria mais “livre”.

Em poucas semanas que a gente estava aqui, meu filho de 4 anos já estava com um Ipad brincando com joguinhos que eu nunca tinha visto na vida. Enquanto eu queria que ele brincasse na terra, brincasse na areia. Igual na minha casa lá no Brasil, era um terreno muito bom, ele brincava muito fora. Isso é o que me deu mais choque aqui. Eu falo isso porque eu fico imaginando ele crescendo com o avô dele lá, eu sei que ele seria uma outra criança. (Marina, mãe de dois filhos com 12 e 3 anos).

Eu conto muitas coisas do Brasil, do carnaval, eles amam essas histórias, mas eu vejo pouco interesse. Aqui é muito diferente. A nossa criança no Brasil era mais livre, aqui eu não permito isso. Por isso é que eu falo, num primeiro momento é um mundo lindo, depois é uma prisão. (Renata, mãe de um menino de 13 e uma menina de 11 anos).

Vilma faz uma observação sobre o comportamento dos norte-americanos em relação à família: dos filhos deixarem a casa dos pais quando completam o ensino médio e começam a cursar uma faculdade e/ou trabalhar:

Eu acho que eles criam os filhos muito nisso de crescer, fazer 18 anos e seguir a vida. Eles têm uma velhice muito triste. Eles são muito sozinhos. E eu penso que é porque eles também empurram os filhos para sair de casa rápido. Eu não concordo muito com eles. Eu quero sempre meus filhos perto. (Vilma, mãe de filhos com 18,12, 9 e 6 anos.)

O universo de respostas das entrevistadas para este estudo sobre os choques culturais, no que concerne a maternidade, apesar de amplo, vai de encontro com o que Ramos (2016) já identificou no sentido da vulnerabilidade da mãe imigrante, longe das suas referências, no momento da criação dos filhos: “A família, sobretudo a mãe migrante, transplantada de uma cultura para outra, isolada, desenraizada, corre o risco de não saber com a mesma segurança quais os gestos e os comportamentos a adotar, pois as referências não são as mesmas e o sistema referencial vacila” (Ramos, 2016, p. 19).

2.3.5 Assistência médico hospitalar e maternidade

Todas as entrevistadas que tiveram filhos nos Estados Unidos da América disseram que receberam gratuitamente atendimento médico desde o pré-natal até o nascimento das crianças por conta do governo, já que ao nascerem em solo norte-americano são automaticamente consideradas cidadãs. Independente do estado da federação, todas as grávidas obtiveram, de alguma maneira, assistência gratuita relatada a seguir:

Assim que eu soube que estava grávida, você aplicava, você fazia tudo na época, você não pagava nada. Eu fui muito bem assistida, no parto dos gêmeos principalmente, o hospital como eles sabiam que eu era mãe solteira, um dos meus filhos teve que ficar mais tempo por causa de icterícia. Os meus dois outros filhos eu também tive tudo pago, não paguei nada. (Laura, moradora do estado de Maryland).

A partir do momento que eles aplicaram o seguro para mim que valia por um ano só do tempo que eu estava grávida, já não tive que pagar nem mais as consultas na clínica. (Carina, moradora do estado de Nova Jersey).

Nos partos foram todos pelo governo mesmo, nunca paguei nada. Fui sempre bem tratada. Na Pensilvânia, a gente conseguiu plano de saúde. Aqui na Flórida tivemos dificuldade de ter plano de saúde. Num dos meus filhos eu tive que pagar, mas eles devolveram o dinheiro. (Fátima, moradora do estado da Flórida).

Eu precisei do serviço médico quando eu engravidei e foi muito fácil. Eu acho que grávidas e crianças são a prioridade deles. Porque eu cheguei lá, falei que estava grávida, ela só preencheu o cadastro e eu já sai com o plano na mão. No parto da minha filha eu tive toda a cobertura, não paguei um dólar do parto da minha filha e nem o tempo dela na UTI. (Tania, moradora do estado de Massachussets).

Tania faz questão de citar um programa gratuito governamental chamado *Early Intervention*, existente no estado de Massachussets, onde ela mora, que atende crianças prematuras, independente do status migratório da família:

É um programa que tem em todo os Estados Unidos, para todas as mães. No meu caso, como a minha filha foi prematura, eu tive um apoio muito maior. De enfermeira na minha casa todo mês, ocupacion terapist todo mês, uma psicóloga todo mês aqui em casa. Tinha a massoterapeuta para me ensinar massagem. Nutricionista para a introdução alimentar da minha filha. Então tiveram muitas profissionais que vieram me ajudar nessa questão da minha filha que era prematura, para o desenvolvimento dela.

Observa-se que tratando-se de brasileiras não documentadas participantes desta entrevista, excluindo o período da gravidez, a maioria delas não consegue receber regularmente assistência

médica gratuita para exames ou atendimentos médicos de rotina, nem estão aptas a fazerem parte de planos de saúde governamentais, nem privados. Nesta situação estão incluídos os filhos que não nasceram em solo americano e, portanto, não são cidadãos. Em alguns casos, como serviços médicos de emergência, elas obtêm isenção do pagamento da conta de hospital quando conseguem comprovar uma baixa renda familiar.

Carina precisou de atendimento emergencial em hospital. Ela diz que não houve recusa em ser atendida e explica qual procedimento que tomou para pagar a conta: *“Eles mandam pra casa o papel pra você tentar aplicar para ser gratuito. O procedimento de mandar a carta, dizendo que eu ganho x, que eu não tenho como pagar aquele valor. Eu fiz isso e fiquei isenta de pagar.”* Mas a mesma entrevistada apresenta um depoimento de preocupação quando o atendimento médico não é de emergência. Ela exemplifica que o namorado precisa de um procedimento de extração de dentes e o valor estimado é de 10 mil dólares. Segue o relato de Carina:

Então, é uma coisa completamente inviável pra gente. De não ter essa autonomia de fazer tudo que a gente teria de fazer no Brasil. Principalmente em questão de saúde, de médico. Lá a gente pagava o plano de saúde certinho e podia ir ao dentista, podia fazer um exame de rotina. Aqui, a gente tem que contar com emergência e pagar caro do próprio bolso.

Aline, que tem um filho nascido no Brasil, diz que busca alternativas de atendimento médico mais barato:

Não temos [plano de saúde]. Para pagar eu nunca fui ver, e o do governo me pediram tanto papel que eu acabei não seguindo com o processo. Aqui em New Jersey é mais difícil. Em Nova York meu filho tinha um plano muito bom, do governo, para crianças. Agora para pagar médico, é tudo particular. Eu sempre peço recomendação na comunidade brasileira de alguém que seja mais em conta.

Aline explica também que quando o filho precisou fazer uma cirurgia, ela conseguiu parcelar o pagamento com o hospital: *“Eu estou pagando até hoje, parcelado. Eu fiquei por algum tempo sem pagar, porque sou mãe solteira, ano passado foi difícil. Aí eles me ligaram e falaram quanto eu poderia pagar por mês. E eu negocieei.”*

Laura também reclama dos valores das consultas que precisa pagar por não ter plano de saúde e diz: *“Eu vou tentar aplicar agora. Porque você faz um exame, gasta 500 dólares e isto é cruel. Meus filhos por serem americanos, eles têm plano de saúde do governo.”*

Bianca tem alguma facilidade com serviços de saúde pois trabalha num consultório médico, além disso explica que na região onde mora há serviços gratuitos de saúde dirigidos às crianças:

Tem muita coisa de graça. A América é uma mãe, como dizem. Mas tem vezes que paga. Exame de sangue eu faço no meu trabalho, de todo mundo. Mas eu tive que fazer um ultrassom, eu paguei. Dentista, eu pago. Mas pediatra, tem o programa de pediatria que você faz a aplicação e é de graça. Você faz a aplicação e é de graça, mas dá trabalho.

Denise, que mora no estado de Rhode Island diz que mesmo não documentada poderia aplicar para ter um plano de saúde particular, mas a família não quis optar por esta possibilidade. *“A gente sempre pede descontos nas consultas de rotina. A gente paga à vista, e é muito estranho porque todo mundo tem convênio médico. Mas o convênio é caro e meu ex-marido sempre achou que é melhor pagar quando precisa”.*

Do total das 12 entrevistadas, quatro possuem plano de saúde. Marina, que mora em Massachussets, diz que: *“Sim. A gente tem um plano de saúde aqui, mas ele tem um limite. Se eu ultrapassar aquele limite de usar, aí eu pago um valor. Como graças a Deus são só consultas de rotina, a gente não paga nada.”*

A seguir o relato de Fátima, que mora na Flórida:

gente fez uma aplicação para um plano de saúde porque agora a gente tem uma aplicação para o green card. Já estamos com o plano há 15 dias. Meus filhos agora voltaram a ter. O governo dá direito de ter mas tem que pagar. Meus filhos teriam direito a plano por serem americanos, mas aqui na Flórida eles estavam exigindo documentos que a gente não tinha como ter. Eles queriam provas de pagamento. Eles não estavam aceitando a documentação da nossa companhia de limpeza. Muitos brasileiros conseguem usando documento falso, alegando um patrão que não existe. A gente optou por não fazer nada irregular.

No caso de Renata, que mora no Texas, e Vilma, que mora em Maryland, elas pagam por um plano de saúde particular. Diz Vilma: *“Eu tenho. Pra mim é particular e foi tranquilo conseguir. Das crianças é de graça, do governo, por serem americanas.”* O relato de Renata é semelhante:

Eu pago por ele. Os meus filhos, não. O meu filho por ser autista, ele tem todas as garantias e o melhor plano de saúde que pode existir. Já com a minha filha o plano de saúde dela eu tenho que pagar 15 dólares anualmente. Os dois planos dos meus filhos são ligados ao governo.

Verifica-se que três das 12 participantes tiveram filhos prematuros: Laura, Marina e Tania. No entendimento delas, a causa da antecipação do nascimento dos filhos ocorreu por conta do trabalho pesado que desempenhavam com limpeza de casas enquanto grávidas. Seguem os seus relatos:

- *“Eu limpava uma casa sozinha de manhã, cuidava uma casa de tarde e limpava uma academia de ginástica de noite. Eu fiz muito esforço, meus filhos [gêmeos] nasceram prematuros por causa disso e também porque eles estavam bem grandes.”* (Laura).

- *“Eu acho que se eu tivesse me resguardado mais, teria conseguido chegar até o final da minha gestação.”* (Marina).

- *“Eu não teria trabalhado tanto até tarde na minha gravidez, porque talvez isso foi o que provocou o parto prematuro da minha filha, ela nasceu com sete meses. E eu comecei a sentir a contração no trabalho, que era o trabalho de cleaner.”* (Tania).

A prematuridade dos filhos relatada por algumas das entrevistadas pode ser um indício que corrobora com vários estudos no campo da imigração e maternidade sobre as mulheres migrantes que têm poucos conhecimentos sobre os serviços sociais e de saúde. Dessa maneira, utilizam, em geral, menos frequentemente os serviços de saúde reprodutiva do que as não migrantes, incluindo os cuidados pré-natais. Consequentemente há maior vulnerabilidade quanto a gravidezes indesejadas, taxas mais elevadas de aborto espontâneo, recém-nascidos com baixo peso e mortalidade perinatal e infantil. (Ramos, 2009, p. 9).

2.3.6 A saúde mental

De acordo com a *World Health Organization* (WHO), a depressão é um transtorno mental comum que afeta mais de 264 milhões de pessoas em todo o mundo. É caracterizada por tristeza persistente e falta de interesse ou prazer em atividades anteriormente gratificantes ou agradáveis. Também pode perturbar o sono e o apetite e originar cansaço e falta de concentração. (WHO)

Três das 12 entrevistadas contaram que passaram por diagnósticos ou sintomas de depressão. Esta realidade corrobora com um estudo entre brasileiros (homens e mulheres acima de 18 anos), no estado de Massachussets nos Estados Unidos da América que sugere correlatos importantes de depressão que incluem: baixa renda, pessoas solteiras, baixa proficiência em inglês e baixa autopercepção de saúde. (Lazar Netto *et. al.*, 2018, p.835-836)

Segue-se o relato de Denise sobre sua saúde mental:

Eu tive depressão depois do meu segundo filho, mas é uma coisa controlada. Eu já não tomo mais remédio. Pela minha situação aqui, por ter tido filho sozinha, sem nenhum apoio, é que eu tive essa depressão. Fui tratada, tomei remédio e tive atendimento psicológico por alguns anos. Aí depois eu substituí pelo exercício. Faço exercício regularmente, faço academia, corro e ando de bicicleta. Até hoje eu converso com psicólogo toda semana.

O caso de depressão apresentado por Denise é descrito no estudo de Achotegui (2008) como Síndrome de Ulisses, onde o autor apresenta a relação entre o alto nível de estresse sofrido pelos imigrantes, especificamente os ilegais, e a apresentação de sintomas psicopatológicos. Os sintomas, segundo Achotegui, seriam diferenciados nos imigrantes justamente pelas dificuldades somadas como as perdas dos laços familiares e das redes sociais, os contrastes culturais e as condições laborais precárias no país de acolhimento.

Tania, que convive com a família brasileira do marido nos Estados Unidos da América, mas tem os pais que moram no Brasil, diz que:

Já fiquei muito triste. A questão de ficar longe da minha família, no começo foi muito difícil lidar com isso, a pressão, a convivência com uma outra pessoa que tinha um olhar diferente, mas com olhar de amor para a minha filha, como a questão com a minha sogra. É um desafio ter que lidar com isso, mas não foi nada que eu tenha dependido de remédio ou hospital, nada nesse nível elevado.

Já Bianca diz: *“Tive altos e baixos, principalmente no começo, em relação à adaptação, mas nada que fosse necessário procurar um atendimento.”*

A questão de saúde mental é abordada no estudo de Ramos & Franken (2018), que diz que:

São muitos os autores que alertam para o fato de os migrantes e refugiados terem mais fontes de estresse e possibilidade de sofrer os efeitos psicossociais e ambientais do estresse devido à interação complexa de variados fatores, onde se evidenciam as dificuldades de integração, devido a problemas comunicacionais, culturais e jurídico - administrativos, a precariedade das condições de habitação e de trabalho, e ainda devido a fatores de discriminação, preconceito e xenofobia (Ramos & Franken, 2018, p. 20).

Para se evitar tais efeitos psicossociais e ambientais do estresse identificado por Ramos e Franken (2018), verifica-se que 4 das 12 entrevistadas neste estudo fazem terapia com psicólogas brasileiras utilizando-se de dispositivos para atendimento virtual. É o caso de Tania que diz preferir prevenir-se pois tem o histórico de depressão da mãe na família e tem receio de desenvolver algum sintoma de transtorno psicológico por estar morando numa região muito fria. Tania explica ainda sobre como foi possível contratar uma terapeuta: *“É online, assim que eu me mudei eu comecei a fazer terapia. Era algo que sempre quis fazer no Brasil, mas eu não tinha dinheiro. Aí quando eu vim pra cá, eu comecei a ganhar em dólar e isso acabou sendo possível.”*

Sonia diz que particularmente nunca teve nenhum sintoma relacionado com quadros depressivos, mas por causa do seu trabalho voluntário numa organização que atende imigrantes, confirma e relaciona-se com muitas brasileiras não documentadas afetadas emocionalmente:

São muitas mulheres afetadas com depressão. Por estar longe da família, por estar com a família aqui e não estar bem, por um diagnóstico médico, depressão por estar num

relacionamento abusivo, até mesmo por estar esperando um bendito green card e se sujeita a este tipo de relacionamento.

O relato de Denise, há 20 anos nos Estados Unidos, mostra como a vida de imigrante não documentada trouxe para ela mudanças tanto comportamentais, quanto de relacionamento. Denise explica que sempre foi uma pessoa extrovertida e falante, mas pelo fato de morar nos Estados Unidos de maneira irregular, ela preferiu adotar uma postura mais discreta:

Porque a gente muda a personalidade, quando eu cheguei aqui eu era uma outra pessoa. Hoje eu sou completamente diferente, porque esse medo de não estar certa ou regularizada te deixa mais fechada, você fica tentando ser o mais discreta possível. Vira e mexe eu penso nisso, nossa eu era bem diferente. E o medo te faz isso, você se retrai, você fica mais receosa de fazer as coisas. Então a gente tenta não chamar a atenção. Sempre tenta fazer as coisas do jeito que tem que ser e ficar mais quieto.

Este “anonimato social” apresentado no depoimento de Denise, é evidenciado também em outros estudos sobre a feminização da migração. “Muitas mulheres migrantes vivem identidades contestadas e conflituosas e memórias silenciadas e traumáticas, marcadas pelo preconceito, discriminação, exploração, assédio sexual, tráfico, desqualificação social, invisibilidade e violência” (Ramos, 2014, p. 428).

2.4 Qualidade de vida e futuro

Este subcapítulo desenvolve-se para apresentar as perspectivas das entrevistadas sobre qualidade de vida. Portanto, as respostas das entrevistadas dizem respeito a questões como: qual o entendimento sobre o conceito de qualidade de vida; se consideram ter qualidade de vida; se sentem que são bem remuneradas; se consideram que os Estados Unidos da América oferecem oportunidades para melhorar a condição de vida.

Nesta parte do estudo, observa-se também o entendimento de cada entrevistada em relação aos seguintes sentimentos: satisfação (por ter emigrado); arrependimento; medo/receio.

Duas outras perguntas que fizeram parte do guião de entrevista são pertinentes e finalizam a análise das entrevistas: de que maneira as entrevistadas pretendem conseguir a documentação que regularize a situação delas nos Estados Unidos da América e quais são os planos das entrevistadas para o futuro.

2.4.1. O que é qualidade de vida para as entrevistadas

Uma das abordagens primordiais deste estudo diz respeito a compreensão das mães não documentadas brasileiras entrevistadas sobre qualidade de vida e por conseguinte se elas consideram que possuem tal qualidade de vida nos Estados Unidos da América. As respostas a serem apresentadas corroboram com o que diz Franken, Coutinho e Ramos sobre a dificuldade em definir tal termo:

Apesar da qualidade e vida ser um dos mais discutidos termos, incorpora uma imprecisão conceitual, existindo certa dificuldade em chegar-se a um acordo quanto ao que realmente signifique qualidade de vida. Tal dificuldade parece estar relacionada não só aos diversos aportes epistemológicos, mas também ao fato de perceber-se que o significado deste conceito varia entre diferentes tempos, culturas, classes sociais e indivíduos.

(Franken, Coutinho & Ramos, 2008, p.181)

Atualmente os conceitos mais aceitos de qualidade de vida contemplam uma multiplicidade de dimensões discutidas nas chamadas abordagens gerais ou holísticas (Pereira, Teixeira e Santos, 2012, p. 244). Considerou-se, portanto, incluir, no guião de entrevista a pergunta: O que você entende como qualidade de vida?

Aline considera: *“Qualidade de vida é ter o que eu quero, eu comer o que eu quero, vestir o que eu quero, viajar para onde eu quero, ficar no hotel que eu quero, dirigir o carro que eu quero, isso pra mim é ter uma qualidade de vida.”*

Fátima cita moradia como primeiro item: *“Acho que morar bem, ter uma casa confortável. Não precisa ser uma mansão. A gente ter paz dentro de casa, ter um tempo com os filhos, poder sair, poder se divertir.”*

Outras respostas sobre o entendimento a respeito de qualidade de vida estão mais relacionadas com bem-estar e saúde:

- *“Qualidade de vida é viver bem, você comer bem, fazer exercício, viajar quando puder.”* (Denise).

- *“Qualidade de vida pra mim eu tendo saúde pra trabalhar e ajudar o meu marido. Não faço planos muito grandes. Eu só não quero passar nenhuma necessidade. Qualidade de vida é não passar necessidade, é sustentar as crianças sem restrição.”* (Bianca).

Sonia, que trabalha voluntariamente numa organização de ajuda a imigrantes, diz: *“Ter uma qualidade de vida é fazer o que você ama fazer. No meu caso eu amo fazer o trabalho que eu faço. Ver as pessoas bem, conseguir ajudar. Qualidade de vida é você estar bem no dia a dia, sua saúde estar bem, aproveitar cada momento, viver bem.”*

Tania destaca o item saúde, mas primordialmente o item segurança:

Qualidade de vida é o lugar onde você pode, primeiramente, andar na rua com segurança, com tranquilidade, sem ter medo de ninguém te assaltar, ninguém te matar, ninguém te roubar. Se você ficar doente, você sabe que tem um lugar para recorrer. Que você não vai morrer na fila de espera.

Vilma diz que qualidade de vida para ela está associada a questões com os filhos: *“É ter um lugar bom pra morar. Você se alimentar bem. Acho que é isso. Ter saúde. Meus filhos estudam em escola particular, acho que isso também é qualidade de vida”*.

Carina e Tereza também fazem uma associação dos filhos com o entendimento sobre qualidade de vida:

Qualidade de vida atualmente pra mim é proporcionar bons recursos de criação para o meu filho. É não deixar faltar nada em casa, no caso, ele fazia aula de natação, a gente consegue levar ele onde ele quiser, um aquário, coisas do tipo. A gente tem vias financeiras de bancar coisas sem passar necessidade. Coisas que eu acho que no Brasil a gente não teria. A questão de segurança também. De poder sair aqui o horário que for e saber que é muito improvável que vá acontecer algo de ruim com você por conta de segurança. (Carina)

Qualidade de vida pra mim [risos]. Vou ser bem sincera com você [pausa] é ter paz de espírito, entendeu? É olhar para a minha filha e ver que ela está bem, ela está feliz, está indo para a escola, está saudável. É eu poder fazer as coisas que eu gosto. Coisas bem simples, eu gosto muito de natureza, de praia, de viajar, eu amo viajar.
(Tereza)

O entendimento de Renata sobre “qualidade de vida” aparece como um sentimento de gratidão pelo que os Estados Unidos da América proporcionam em termos materiais:

Vivemos num mundo que não é seu, que a gente invadiu. Meu pensamento: não fomos convidados, insistimos em estar aqui, com discriminação ou não. Mesmo assim eu admiro muito os americanos. No Brasil, você jamais saúda quem você não conhece e aqui, a maioria dos americanos, eles têm a educação de falar um oi ou dar um bom dia a você. Então eu acho que tudo isso é qualidade de vida. Você dar de onde você recebeu. Porque queira ou não eu acho que a gente recebe muito daqui.

Ao valorizarem a questão do conforto de uma casa, da segurança, da educação para os filhos e dos bens materiais, a maioria das entrevistadas não pesam os sacrifícios da vida de imigrante ilegal para que estes benefícios sejam alcançados. Esta análise corrobora o que diz Moreira:

É difícil, porém, para o imigrante nos EUA, perceber sua condição como um “exílio”, porque, ainda que estejam ali para “se escravizar”, as possibilidades de consumo e diversões fazem os imigrantes desejar aquela vida, principalmente os mais jovens. Isso faz com que passem a estranhar a sua terra natal, para a qual, em geral, não querem voltar.

(Moreira, 2014, p. 101)

2.4.2 Melhor do que no Brasil, mas sem qualidade de tempo

Das 12 entrevistadas, 8 informaram que trabalham como faxineiras. E a maioria delas reclama de sobrecarga de trabalho. Verifica-se em estudos realizados (Margolis, 2009; Dumont e Monso, 2007, Ramos, 2014) que o trabalho de limpeza doméstica é um serviço dominante entre muitas mulheres imigrantes e também brasileiras. “Constata-se que o trabalho doméstico passou de um contexto de recrutamento à escala nacional para uma escala global, verificando-se uma crescente transnacionalidade do setor” (Ramos, 2014, p. 430).

Entre as 12 pesquisadas todas possuem algum grau de instrução. 4 têm ensino superior completo e 3 têm ensino superior incompleto. Outras 3 completaram o ensino médio. Esta observação sobre o grau de instrução das pesquisadas vai de encontro ao que diz Dumont e Monso (2007) sobre a qualificação das imigrantes: “[...] recent research has shown that, even when immigrant women are working in low-skilled occupations, they tend to hold, more often than their male counterparts, higher education qualifications, illustrating a greater exposure to so-called “overqualification”¹⁸ (Dumont and Monso, 2007, citado por Dumont et. Al., 2007, p. 9).

A partir do entendimento de cada entrevistada sobre o conceito de qualidade de vida, foi perguntado se elas consideram ter qualidade de vida desejada ou estar a caminho de conquistá-la. A maioria das respostas cita “sobrecarga de trabalho”, o que corrobora com o que diz o estudo de Feldman-Bianco e Huse (1995) sobre migrantes açorianas na região de Massachussets, nos EUA: “Mulheres e homens migrantes percebem suas tarefas automatizadas orientadas para a produtividade como um tipo de escravidão branca” (Feldman-Bianco e Huse, 1995, p. 104).

Denise explica: *“Eu ainda não tenho uma boa qualidade de vida, porque acaba que o trabalho faz faltar tempo para você ter essa boa qualidade de vida.”*

Fátima responde algo semelhante sobre a relação tempo e qualidade de vida: *“Não trabalhar tanto porque às vezes trabalhando de segunda a segunda, a gente não tem tempo nem de respirar. Eu queria poder ter mais tempo em família.”*

Laura possui a mesma linha de raciocínio: *“Se eu pudesse trabalhar um pouco menos, eu adoraria.”*

Outras entrevistadas também associam a sobrecarga de trabalho com uma menor qualidade de vida:

¹⁸ “[...] Pesquisa recente mostrou que, mesmo quando as mulheres imigrantes estão trabalhando em ocupações de baixa qualificação, elas tendem a ter, mais frequentemente do que seus colegas homens, qualificações de ensino superior, ilustrando uma maior exposição à chamada “superqualificação” (Dumont e Monso, 2007, citado por Dumont et. Al., 2007, p. 9). Tradução livre da pesquisadora.

A parte que eu não gosto é essa correria de ter aquela meta de limpar 9 casas por dia, você sabe que tem que limpar porque não tem por onde correr porque o negócio não é seu. Então o patamar de qualidade que eu queria é de trabalhar por conta, de ter liberdade de trabalhar para mim mesma e fazer do meu jeito, na minha rotina, no meu estilo. Não na correria de todo dia eu ter aquela obrigação de seis da manhã até sete da noite, que isso também não é uma qualidade de vida, você trabalhar tanto e mal ficar com a criança. (Carina).

Tenho 3 empregos, sim. De segunda a sábado. Sábado eu chego em casa um pouco mais cedo porque eu não tenho os meus clientes. Mas eu tenho o outro part-time, que continua mesmo aos sábados. É puxado. (Tania)

Verifica-se nos depoimentos das entrevistadas a denúncia de exploração laboral, principalmente das que desempenham serviços domésticos. Estas afirmações corroboram o estudo de Ramos (2014, p. 429):

Encontramos mulheres migrantes que se encontram em situação de exploração laboral e de discriminação, em particular as que desempenham atividades de caráter doméstico e se submetem a jornadas de trabalho excessivas e que, por vezes, se encontram em situação de clandestinidade, vivendo em condições de precariedade de emprego e de vida e sem um reconhecimento dos seus direitos laborais.

(Ramos, 2014, p. 429)

Apesar da reclamação pertinente da maioria sobre sobrecarga profissional, principalmente das que desempenham várias funções, são mães sozinhas e/ou trabalham como faxineira, a maioria das entrevistadas sente-se bem remunerada.

Denise diz: *“Sim, a gente trabalha bastante, mas você consegue fazer um bom dinheiro”*.

Marina também se considera bem remunerada: *“Eu acho assim, pra melhorar a minha renda, eu precisaria adquirir mais casas. Mas as que eu já tenho, sim, eu sou bem remunerada.”*

Aline, que mora em Nova Jersey e não paga imposto de renda, diz que: *“Muito bem remunerada. Eu trabalho na casa de uma família, que o marido é colombiano e a mulher americana. Eu recebo como se eu tivesse documento. Eu acho que eu recebo até mais porque não tem desconto.”*

Renata que é cuidadora de idosos e já trabalhou como garçom também se sente bem paga: *“Eu acho que sim. Quando eu estava cuidando de uma velhinha, eles me pagavam 27 dólares a hora.”*

Tereza diz que gostaria de ganhar mais mas compara sua renda com a renda que teria no Brasil: *“Em relação ao Brasil, eu me sinto bem remunerada. Mas aqui, eu ganho em dólar, eu gasto em dólar, né? Então assim, eu gostaria de ganhar mais.”*

Laura, além de faxineira, também faz comida para vender e diz-se bem remunerada: *“Sim. Em todos os meus trabalhos. Eu estava comparando com o trabalho do meu filho, no Dunkin Donuts. O que ele trabalhou 40 horas por semana, eu trabalhei só 12 horas e ganhei um pouco mais do que ele.”*

Sonia não recebe pelo trabalho voluntário que desempenha, mas avalia que o marido é bem remunerado para sustentar a família. Sonia é a única entrevistada que possui casa própria nos Estados Unidos da América. O marido de Sonia tem uma empresa que conserta aparelhos de ar-condicionado. Sonia diz: *“Eu acho que o meu marido é bem remunerado, tem um trabalho bom aqui para nos sustentar.”*

Observa-se que quanto maior o tempo de permanência nos Estados Unidos da América, menos explorada financeiramente pelos empregadores se sente uma imigrante que desempenha funções na área de limpeza. Verifica-se que com mais experiência de relacionamentos no país, a imigrante consegue caminhos para ter a própria agenda de clientes, sem a necessidade de um empregador intermediário. Este é o caso de Fátima que explica que hoje se sente bem remunerada:

Agora sim. Mas já me senti bem explorada. Quando eu comecei a trabalhar aqui na Flórida, eu trabalhava numa agência que limpava casa, ela me pagava muito bem. Daí eu comecei a trabalhar para outras pessoas e eu me sentia bem explorada. No momento agora, que eu tenho as minhas casas mesmo, eu me sinto bem remunerada.

Vilma, que tem a própria empresa de limpeza, também se sente bem remunerada:

Sim. Acho que sim. Graças a Deus. Eu trabalho mais de casa. Agora que eu tenho a companhia, eu trabalho menos braçal. Eu tenho apenas 3 ou 4 casas que eu mesma vou. Mas de resto eu fico comandando a companhia, fazendo schedule, checando o trabalho das meninas.

Constata-se resposta negativa sobre se considerar bem remunerada entre as imigrantes que se sentem exploradas pelos patrões. É o caso de Carina: “*Você olha o valor e acha que é um valor ótimo pra você ganhar por dia. Mas você vendo o tanto que você trabalha e o tanto que a dona ali recebe em cima das meninas que trabalham pra ela, eu acho que não é justo*”. Tania, que também trabalha como faxineira, diz que: “*Como eu acho que é um trabalho que exige muito fisicamente, mentalmente da gente, eu me acho mal remunerada. Penso em mudar de profissão.*”

Não é o caso de nenhuma das entrevistadas desta pesquisa, mas verifica-se no estudo de Margolis (2009) casos de imigrantes que se condicionam a passar necessidades no país de acolhimento para economizar dinheiro. “*Immigrants of whatever nationality are often willing to live in crowded, austere settings under conditions tanta would never be tolerated at home*”¹⁹ (Margolis, 2009, p.20).

É constatado nos depoimentos das entrevistadas Camila e Bianca, um comparativo do modo de vida delas com o modo de vida de muitos imigrantes que elas conhecem, e que preferem economizar dinheiro para enviar ao Brasil:

Porque tem gente que trabalha aqui que nem um doido e todo o dinheiro fica no Brasil. Depende da sua prioridade. Tem gente que vive aqui que nem mendigo e no Brasil é rico. Tem gente que já preza mais o que vive aqui, o que vive agora. Um carro, uma boa casa, poder passear, levar as crianças para conhecer as coisas. Tem gente que mora aqui há 20 anos e nunca saiu pra nenhum lugar. Não que seja errado, mas a qualidade de vida é no futuro, é outra. Eu quando vim para a América, eu quero viver bem aqui também. Eu me dou o luxo de morar numa casa só com minhas filhas e meu marido. Às vezes pensam que é besteira, mas tem muita gente que aluga quarto. (Bianca).

A gente fica cansada, coisa assim, que a gente não tem qualidade de vida quando está muito cansada. Mas em questão financeira não estamos tão mal, a gente consegue

¹⁹ “Os imigrantes de qualquer nacionalidade estão muitas vezes dispostos a viver em locais abarrotados e austeros em condições que nunca seriam toleradas em casa” (Margolis, 2009, p. 20). Tradução livre.

morar numa casa sozinhos. A gente vê um monte de brasileiros por aqui que divide quarto. Divide quarto com 3,4 crianças, um marido e uma mulher dentro de um quarto. Talvez viva uma vida com mais dinheiro guardado, do que com dinheiro gasto. Já eu e meu namorado, a gente prefere viver bem, fazer as coisas que a gente está a fim de fazer no momento, e de repente sobrar um pouco menos de dinheiro guardado. (Carina).

Carina acredita que vive hoje com qualidade de vida e compara que não teria a mesma situação no Brasil: “*Em questões financeiras sim. Porque se você colocar na balança eu tinha um emprego super bom no Brasil, mas eu não ganhava metade do que eu ganho aqui.*”

A mesma linha de raciocínio tem Aline e Renata:

Sim. Graças a Deus. Desde que eu cheguei aqui. Eu realizei em cinco anos, coisas que eu não realizei em 30 no Brasil. Como viagens, ficar em bons hotéis, ir ao show da minha banda favorita, coisas que pra mim nunca no Brasil eu poderia fazer. Eu já comprei a minha casa no Brasil, já comprei terreno no Brasil, eu invisto na Bolsa de Valores. Ainda não é o momento de comprar algo por aqui, faço uma reserva pequena de emergência aqui. Mando dinheiro para a minha mãe, minha irmã, minha sobrinha, sempre estou socorrendo alguém. (Aline).

Sob o meu ponto de vista, eu estou aqui sem uma formação acadêmica. No Brasil, seria diferente, todos os meus irmãos têm diploma universitário. Um deles tem até 4 diplomas. Eu que não tenho nenhum diploma universitário, eu posso te falar que eu tenho a mesma qualidade de vida que eles. Porque esse país te dá você ter essa qualidade de vida. Porque aqui o nosso trabalho é muito melhor pago. Você pode, apesar de ser um indocumentado, por exemplo, eu tenho o meu segundo carro aqui que comprei zero quilômetro. Eu não sei se eu conseguiria isso no Brasil. (Renata).

Nas considerações de Marina e Vilma, a falta de documentação legal é um empecilho para a plena qualidade de vida nos Estados Unidos da América:

Eu não posso reclamar não. Eu sou muito grata mesmo com o que eu tenho hoje. Mas se fosse para me sentir realizada e ter uma ótima qualidade de vida: é eu poder pegar meu carro e se tiver um policial lá na esquina, eu preciso virar a direita, e o policial está a direita e eu virar a esquerda porque eu não quero passar perto dele. É mais assim, tipo uma prisãozinha que a gente fica por não ter essa liberdade de andar. Então pra ser completa a qualidade de vida seria esse direito de ir, vir, viajando, dirigindo, pegando um avião, andando na rua, entrando nos estabelecimentos. (Marina).

Eu estou alcançando ainda. Eu quero chegar a crescer mais a companhia e ter a minha casa. Eu acho que quando eu tiver o papel e puder ter a minha casa, as coisas vão melhorar bastante. (Vilma).

Sonia considera que o imigrante precisa estar focado para as conquistas que deseja e analisa ter atingido a qualidade de vida que planejou:

O primeiro sonho nosso foi alcançado que foi dar estudo aos nossos filhos. Porque quando chegou a hora deles irem para faculdade, fizeram a que eles queriam no Brasil, fizeram especialização. Agora meu filho vai fazer mestrado. Temos também uma casa própria. Era uma coisa que eu nem imaginava. Mas com o passar dos anos você vai vendo as oportunidades. Aqui onde eu moro, podemos comprar casa, mas como não temos documentos, paga-se com juros maior, mas não impede de comprar.

As mães brasileiras não documentadas entrevistadas consideram-se ou que já atingiram ou estão atingindo a qualidade de vida desejada. O principal indício desta afirmação são as respostas em que elas fazem o comparativo com a vida no Brasil. Todas são unânimes em dizer que se estivessem no Brasil não teriam o que possuem nos Estados Unidos da América. A saber: bens materiais (como carro), oportunidades de lazer (como frequentar restaurantes e passeios) e produtos ou serviços destinados aos filhos.

Ao mesmo tempo que valorizam o que conseguem comprar e o que conseguem oferecer aos filhos (como curso de natação, por exemplo), elas reclamam da falta de tempo para usufruir tais bens de consumo. Portanto, a resposta sobre qualidade de vida - que todas afirmam ter - esbarra na questão da sobrecarga de trabalho. Geralmente, elas trabalham todos os dias da semana, incluindo fim de semana e feriados. Destaca-se ainda que algumas entrevistadas trabalham em 3 turnos, com 3 empregos distintos, para adquirirem a renda desejada. Diante disso, verifica-se que elas consideram a qualidade de vida prejudicada.

Há uma evidente sobrecarga de trabalho e ainda assim um contentamento pela aquisição de bens materiais na maioria dos depoimentos. Esta “satisfação paradoxal” pela qualidade de vida que a maioria das entrevistadas apresenta corrobora a conclusão de Erpelding, *et. al.* (2008) sobre a satisfação laboral dos imigrantes na região da Andaluzia, na Espanha, referida por Ramos, Franken & Coutinho (2010). Os dados apontam para um nível surpreendentemente elevado de satisfação no trabalho para uma proporção substancial de trabalhadores imigrantes expostos a condições de trabalho particularmente adversas. “Tal “satisfação” foi encontrada,

principalmente, entre aquelas pessoas que estavam numa situação irregular e, portanto, impedidas juridicamente de firmarem um contrato de trabalho, que lhes permitissem exigir outras condições laborais.” (Ramos, Franken & Coutinho, 2010, p. 4).

2.4.3 EUA: o país das oportunidades?

Todas as entrevistadas consideram que os Estados Unidos da América oferecem oportunidades para que a pessoa melhore a sua condição de vida. A maioria das entrevistadas associa “oportunidade nos Estados Unidos da América” com trabalho. Denise diz que: *“Aqui tem oportunidade para quem quer trabalhar e conseguir alguma coisa, aqui o lugar certo. Mas tem que trabalhar, não pode ter preguiça.”*

Fatima considera que as oportunidades são melhores para quem está documentado: *“Na hora que a gente puder trabalhar legalmente, que sair o permant de trabalho, eu acredito que vai melhorar muito.”*

Denise também aborda a questão de que melhores oportunidades esbarram na falta de documentação legal: *“Pra você comprar a casa você precisa ter o social, que é onde eles podem ver seu crédito. É difícil de você conseguir, ou você compra à vista ou é difícil financiar, com juros muito altos. Conseguir o documento é o meu maior sonho para ter uma vida normal”.*

Aline diz que *“Eu acredito que aqui é o país das oportunidades. Você vai criando conexões e eu acredito que sim você tem condições de melhorar de vida”.*

Tania considera que o país oferece oportunidades para quem quer empreender:

Eu acho que os Estados Unidos ajudam muito o empreendedor. Se eu ficar esperando alguém me contratar, eu acho que eu não teria oportunidades melhores. Eu estou começando um negócio agora de exportação de enxoval de bebê. Porque as roupas importadas no Brasil são supercaras se comparadas ao preço daqui. O que eu queria era fazer isso, trabalhar com isso, enviando coisas para o Brasil de casa, com o meu negócio, sendo a minha patroa, empreendendo desse jeito. (Tania).

Laura, que atualmente trabalha como faxineira e faz comida para vender, considera que pessoas com habilidade para várias tarefas, que ela chama de “*multi-task*”, conseguem boas oportunidades no país: “*Sim. Como eu sou multi-task, eu não nasci para fazer só uma coisa, eu também gosto de fazer vendas, já coloquei coisas nos Correios pra vender. Coisa de 1,99 que eu já vendi por 98 dólares. Eu fiz dinheiro. Eu tenho o olho. Pra mim é fácil esta coisa*”.

Já Marina descreve sua jornada nos Estados Unidos com um certo desapontamento e não acredita no “sonho americano”:

Eu acho que o sonho americano não existe não. Isso é a maior lorota que contaram para um e saíram esparramando vida a fora. Eu acho que a vida é muita dura mesmo, de batalhar, de correr atrás. Quando se fala de sonho americano lá no Brasil, a gente acha que é trabalhar, se divertir e ter tudo que você queria comprar e que lá no Brasil você não teria condição. E é justamente ao contrário: eu trabalho muito mais aqui, gasto muito mais aqui, me divirto muito menos aqui e sou muito menos aqui do que eu era no Brasil. Eu acho que o sonho americano não existe não.

A opinião de Vilma vai numa direção oposta à de Marina:

Quando uma pessoa que trabalha com limpeza ia poder ter os filhos em escola particular? Uma vida como eu tenho, às vezes minha vida é melhor do que muito americano. É um país que lhe dá oportunidades, ele abre portas, você só tem que correr atrás.

Sonia descreve a vida do imigrante não-documentado como uma encruzilhada de sentimentos. As brasileiras entrevistadas apresentam pontos em comum sobre isso. Elas demonstram sofrer pelos impedimentos que se apresentam ao escolherem viver ilegalmente, mas ao mesmo tempo não desistem de permanecer nos Estados Unidos. Entre aceitar as condições e desistir, elas são categóricas em permanecer em solo norte-americano. Verifica-se ao longo da maioria das respostas a disposição em resistir à discriminação, à saudade e às limitações impostas pela situação ilegal e continuar com a crença de que conquistaram ou ainda podem conquistar no país de primeiro mundo uma vida digna (entenda-se mais digna do que no Brasil). Segue o depoimento de Sonia:

Às vezes você precisa renunciar seu sentimento no momento para não dar tanta vazão. Renunciar esta vontade de estar lá. Nós somos presos numa jaula de ouro que a gente não pode sair. Não é se enganar, mas é tentar florescer aqui, onde você está. Se a gente

ficar focada no Brasil, nas pessoas que amamos lá, você sofre muito mais. Então por isso eu digo que é uma renúncia de sentimentos.

2.4.4 Como obter o “documento”

Sonia já começou o processo de regularização por meio do irmão que tem cidadania norte-americana: *“Eu tenho um processo através do meu irmão, ele já é cidadão há 30 anos aqui. E demora, mas eu pude aplicar. Agora já estamos na última fase. Meu marido também. Irmão pode passar para irmão só que demora um média de 13 anos. E agora que fez 13 anos”*.

Tereza e Aline informaram que têm planos de se casarem com alguém que já tenha cidadania, o que implica recebimento da cidadania para si próprias.

Diz Tereza: *“Eu tenho que me casar com alguém. Nesse momento eu não tenho perspectiva de um casamento com ninguém. Mas infelizmente a única forma de legalizar hoje é se casando.”*

Aline explica que:

Não seria um plano, mas eu acho que a minha única opção hoje é um casamento com um americano. Eu não estou namorando, mas como diz o advogado, amanhã eu posso encontrar esse americano, então a chance existe. Legítimo. Armado, não. A imigração, essas leis são muito severas. É crime, eu não faria isso.

Renata diz que já teve oportunidade de “comprar um casamento”, mas não quis fazer isto. Ela explica que aguarda alguma posição favorável do presidente Joe Biden (que tomou posse em 20 de janeiro de 2021) para os não documentados. Se isso não acontecer, ela já tem um plano:

Eu já decidi, que esse ano eu me entrego à imigração. Há uma lei que já tem muito tempo, que depois que passa 11 anos aqui você pode se entregar a imigração e você pede para abrir um caso. Eu não tenho nenhum problema, nenhum crime e estou com uma advogada. Ela disse que eu tenho chance. Tem opção deles me prenderem ou colocarem uma tornozeleira eletrônica. É um risco. A possibilidade que a minha advogada vê é o caso do meu filho ter autismo e eu não vivo com o pai. Então por eu ser uma mãe solteira, nessas condições, isso me dá possibilidade de eu não me separar do meu filho. Quando abrir o fórum, depois da pandemia é o que eu quero fazer.

Algumas entrevistadas têm pretensões de conseguir a documentação por intermédio dos filhos. A lei norte-americana prevê que um cidadão aos 21 anos pode requerer a cidadania aos pais imigrantes. É o caso de Denise: *“Estou esperando meu filho fazer 21 anos. Faltam 7 anos. Já vimos com os advogados. Eles dizem que é o método mais simples que tem. Às vezes nem advogado as pessoas não procuram. Eles dizem que é um processo certo e rápido. Garantido.”*

Cidadania por intermédio da filha, também é o que relata Tania como opção no futuro. Assim como Denise, ela também já consultou um advogado:

Eu já conversei com muitos advogados e só existem três formas para eu me regularizar. A mais fácil de todas, que a maioria das pessoas fazem, mas que eu não estou disposta a fazer, é o casamento com americano. Se casar com amigo ou pagar. E eu não gostaria de fazer isso. A outra opção para você mudar seu status seria por habilidades extraordinárias, que é quando você empreende aquele negócio, dá muito mais dinheiro do que as pessoas esperavam. Aí o governo americano considera uma habilidade extraordinária e dá o documento para a pessoa. A terceira e a mais provável pra gente, mas que seria só daqui 16 anos, seria o documento por meio da minha filha. Quando ela completar 21 anos, nós receberíamos a legalização por ela. Então hoje, é o que eu vejo de possível para gente. (Tania).

Vilma também tem planos que a documentação se concretize por meio do filho mais velho: *“Meus planos sempre foram o meu filho. Quando ele fizer 21 anos, ele pode me regularizar. Hoje ele tem 18. Ou como eu estou me divorciando, se aparecer um casamento pra mim, eu não quero casar por interesse”.*

O mesmo diz Laura: *“Pra mim só faltam 3 anos e um pouquinho porque os gêmeos vão completar 21 anos, aí eles podem aplicar pra mim”.*

Marcela diz que tem esperanças de que o governo norte-americano institua uma lei que possa beneficiá-la:

Infelizmente para o nosso caso que viemos como turista, e passamos do prazo de permanência, é mesmo esperar uma lei. Tem outras formas que não são corretas. Casamento, né? Pagar um casamento. Conheço pessoas que pediram dinheiro emprestado para investir, que consegue legalização por investir no país. O que fazem mais é o casamento. Mas além de ser muito caro, é perigoso, pode dar errado e eu posso ser deportada. Então eu prefiro esperar que saia uma lei.

Carina apresentou-se sem opção para a regularização: *“Eu já nem penso em documento, em ficar legal aqui, as possibilidades que te trazem o documento aqui, eu não me enquadro em nenhuma, então, eu nem penso sobre isso”*.

Bianca respondeu de maneira semelhante:

A gente não se enquadra em nenhuma lei. A não ser que mude a lei ou que a gente compre um casamento, não tem nada a fazer. Eu não tive filhos aqui, não existe uma lei de trabalho mais, antigamente existia de você trabalhar em algum lugar americano e ser regularizado, essa lei não existe.

2.4.5 Satisfação, arrependimentos e medos

Das 12 entrevistadas, 11 responderam positivamente sobre a pergunta: “Está satisfeita por ter imigrado?” As respostas afirmativas estão presentes mesmo nas que discorreram ao longo da entrevista sobre várias questões como preconceito e dificuldades vividas por não terem “documento”.

Satisfação

Aline refere: *“Muito satisfeita”*.

Bianca responde: *“Bastante. Melhor opção. Ainda mais vendo as opções no Brasil, vendo a vida que meu sogro e a minha sogra levam. Não podia ter feito melhor opção para as crianças”*.

Denise diz: *“Sim. Principalmente por ter tido os meus filhos aqui. Isso pra mim é uma satisfação muito grande”*.

Sonia também afirma: *“Muito satisfeita. Eu falo que esse país é uma mãe porque permite realizar seus sonhos”*.

Tania também se diz satisfeita: *“Sem sombra de dúvidas, foi uma das melhores opções que a gente tomou”*.

Vilma responde que: *“Muito. Nunca me arrependi. Eu não teria a vida que eu tenho aqui e não teria como dar a vida que meus filhos têm aqui”*.

Laura associa a vinda para os Estados Unidos com a possibilidade de ter tido os 4 filhos. *“Não sei se no Brasil eu teria engravidado. É o que tinha pra mim, é o que estava escrito na minha história. E eu estou muito feliz com isso.”*

Tereza relaciona a satisfação em ter imigrado com a independência que conquistou: *“Eu acho que eu era muito protegida pelos meus pais. Quando cheguei aqui eu não sabia fazer arroz. E eu aprendi. E isso me deixa muito feliz. Porque eu falo, eu sou hoje uma mulher independente, eu trouxe a minha filha comigo, entendeu?”*

Apenas a entrevistada Marina se apresenta dividida sobre a satisfação por ter imigrado: *“Eu posso dizer que 50% sim e 50% não. Eu me pego muito no sentimental, sabe? Eu não consigo ainda ser muito racional aqui não. Eu ainda peso muito na balança os prós e contras de ter vindo para cá”*.

Arrependimento

Apresentam-se a seguir, os depoimentos de algumas entrevistadas relativamente a situações de arrependimento ligadas com o processo migratório:

“Eu tenho de não ter terminado a minha faculdade. Se eu tivesse concluído teria sido bom pra mim.” (Bianca).

“Me arrependo de ter ficado num casamento falido por tantos anos. O tempo não volta. Talvez eu já poderia ter me divorciado quando eu cheguei e poderia ter casado de novo.” (Aline)

“Eu acho que a gente veio para cá meio de supetão. A gente não se preparou. Poderíamos ter vindo com o visto certo. A gente meio que veio na aventura. Eu faria de outra forma. Mas não deixaria de vir.” (Denise)

“As vezes pelo fato da saudade, a gente fica meio triste. Mas eu acredito que se eu não tivesse aqui a minha filha mais velha não tinha sobrevivido.” (Fátima)

“Eu sinto alguns arrependimentos de escolhas que eu teria feito diferente quando eu cheguei, por não saber o estilo de vida. Eu não compraria um carro financiado de primeira, por exemplo. Mas de ter vindo pra cá, não me arrependo.” (Tania)

“Sinto muitíssimo não ter sido eu mesma quando eu cheguei. Além de estar num país diferente, eu tive que ser uma pessoa que não era eu pra me adaptar. Mesmo com dificuldades, se eu tivesse sido eu mesma, talvez muito poderia ter sido evitado de sofrimento psicológico.” (Marina)

“Eu sinto falta de um diploma. Mas quando estiver meu status legal eu quero fazer um curso de fisioterapia.” (Renata)

“Eu tenho arrependimento de não ter escutado a minha mãe que sempre falou pra mim: estude inglês. Porque eu tenho certeza de que se eu estivesse chegado aqui falando inglês, minha vida aqui seria bem diferente.” (Tereza)

“Só me arrependo de não ter aprendido inglês antes, se a pessoa fala já o idioma, teve oportunidade no Brasil e já estudou, fica mais fácil.” (Sonia)

“Não ter casado com um americano no começo [risos].” (Vilma)

“Talvez não ter ido à Portugal primeiro para pegar minha cidadania portuguesa, talvez teria sido mais fácil para depois entrar aqui.” (Laura)

Constata-se que nenhuma resposta das entrevistadas relaciona “arrependimento” com o fato de terem migrado. Mesmo uma delas ao citar a “saudade”, logo considera que a filha ter nascido com saúde nos EUA já justifica ter migrado. Todas, de alguma maneira, apesar das dificuldades, deixam evidente que não existe remorso com o ato de migrar em si. Este tipo de sentimento - arrependimento ou algum remorso - só existe no contexto de não terem se preparado adequadamente para a mudança nos EUA ou não terem tomado certas providências no início da jornada em solo estrangeiro.

Percebe-se nos depoimentos das entrevistadas um forte sentimento de resiliência diante das adversidades apresentadas pelo status migratório que possuem. Esta resiliência é descrita no trabalho de Ramos & Franken:

[..] a situação de ilegalidade aprisiona a cidadania e apresenta-se como uma “ferida social” tolerada. Esta situação exige investimento, capacitação e resiliência por parte do imigrante (psicológica, emocional, econômica, administrativa) para no final da sua longa e dura jornada de trabalho poder chegar a casa triunfante por ter adiado por mais um dia a possibilidade da sua identificação e deportação.”

(Ramos & Franken, 2018, p.21)

Medo

Respostas das entrevistadas relativamente a situações de medo relacionadas ao processo migratório:

“Quem não tem documento, a gente vive com medo aqui. A gente tem medo da polícia parar. Mas como eu agora não tenho carteira, quando a polícia me para eu decidi sempre falar a verdade.” (Denise)

“Eu já tive muito, mas muito pesadelos com isso: sempre estou no Brasil chorando querendo voltar, descendo do avião. Esse sonho me persegue. Eu nunca estou feliz no Brasil, nem no sonho, porque eu estou desesperada querendo voltar.” (Aline)

“Às vezes quando a gente pensa, eu fico com medo do futuro. Porque a América é um lugar para quem trabalha. Pra quem não trabalha ela é meio cruel. Então, eu fico com medo do que vai ser o nosso futuro.” (Bianca)

“De não dar tempo de chegar no Brasil... [choro]... para ver meu pai.” (Fátima)

“Meu maior medo ultimamente é me sentir muito egoísta com o meu filho. De deixá-lo vivendo aqui nos Estados Unidos longe da família, eu que fui super criada perto da família, de tios, de primos. Me sinto egoísta disso não ser uma escolha dele.” (Carina)

“Meu medo é esse: ser deportada em algum momento, ter que voltar para o Brasil e recomeçar do zero. Esse é o medo que eu tenho aqui, a incerteza do futuro.” (Tania)

“Eu tenho muito medo de morrer e deixar meus filhos, principalmente o que não nasceu aqui, sem regularização, dele poder ir e vir, de fazer o que o outro filho pode fazer. Medo de não concluir o que eu queria fazer aqui.” (Marina)

“Tenho medo de ficar doente. Tenho medo de alguma coisa acontecer com a minha filha.” (Tereza)

“Eu já tive medo da polícia me parar. Um intervalo da escola e já não poder buscar as crianças. Eu tenho muito medo dos meus filhos perderem a mãe.” (Renata)

“Como eu estou muito sozinha aqui, eu preciso ter muita saúde, porque meus filhos só têm eu. O meu ex-marido não dá pra contar.” (Vilma)

“A única coisa é acontecer alguma coisa com a minha mãe, ela já está com 76, e eu não poder estar lá. Porque eu já não estava quando foi meu pai, minha avó.” (Laura)

Verifica-se que todos os “medos” apresentados pelas entrevistadas estão de alguma forma relacionados com a situação migratória de não documentadas que estas mulheres vivenciam: há o medo pelos filhos - tanto de faltar quanto de não saber se estão fazendo o melhor por eles; há o medo de precisar voltar ao Brasil; há o medo de ser parada pela polícia, há o medo de não conseguir rever a família que está no Brasil. Ainda que todas as mulheres tenham identificado estas questões, a percepção é de que no dia-a-dia elas buscam evitar pensar a respeito disso como uma forma de se protegerem de sofrimento. Esta análise corrobora com o que diz Ramos & Franken no estudo sobre mulheres não documentadas na Suíça: “No que se refere à saúde e ao estresse do processo migratório, estas participantes reprimem os sentimentos de medo do viver na cidade que a ilegalidade lhes infringe [...]” (Ramos & Franken, 2018, p. 11)

2.4.6 O futuro: a maioria quer permanecer na “América”

Permanecer nos Estados Unidos a partir de uma documentação legal que lhes permita viver como cidadãs é o desejo da maioria das brasileiras entrevistadas. Diz Marina: *“Nos meus planos para o futuro, eu gostaria muito de comprar uma casa. E meu sonho é que eu espero pela legalização”*.

Renata e Sonia pensam em se profissionalizar:

“Eu vou conseguir o que eu quero. Porque eu penso que se a gente está aqui dando o melhor, o melhor tem que vir pra gente. Eu quero ser fisioterapeuta.” (Renata).

“Eu quero concluir meu curso de inglês, quero escrever um livro, minha história e poder expandir o meu trabalho. Nossa comunidade de imigrante tem muitas necessidades.” (Sonia).

O futuro como cidadãs norte-americanas também é a aspiração observada nos seguintes depoimentos:

Ter uma vida normal igual se eu estivesse morando no Brasil. Poder votar. Ter os meus direitos, a gente acaba pagando imposto, mas acaba não tendo as coisas iguais aos

outros. Poder ter uma casa, financiar uma casa. Poder ser um cidadão normal, não ter medo de sair na rua, de ser parado, poder ir e vir. (Denise)

Meu plano para o futuro é esse: conseguir trabalhar de casa, morando nos Estados Unidos, pagando as minhas contas aqui e pagando os meus taxes, sendo a melhor cidadã que eu consigo ser e se tiver oportunidade, eu conseguir pegar meu documento e ir rapidamente visitar minha família no Brasil. (Tania)

O futuro almejado por Aline e Tereza, ambas “mães solo”, inclui a vontade de ter um companheiro:

Meu plano para o futuro é estar casada, de preferência com um cidadão americano, que me dê esse abençoado documento. E continuar minha vida, que está muito boa, está em paz. Mas eu sinto muita falta de ter um parceiro, de ter alguém que vai me ajudar a crescer e a dividir as dificuldades do dia a dia. E também curtir. (Aline)

Os meus planos para o futuro é ter a minha casa. E eu quero achar alguém que realmente queira ter uma família comigo. Um homem que queira casar, construir uma família comigo, isso eu quero do fundo do coração. Porque eu me sinto muito só aqui. (Tereza)

Vilma explica que gostaria de um futuro com mais tempo para si: “*Sempre trabalhei muito, muita responsabilidade muito cedo nas costas, agora estou conseguindo relaxar um pouco mais, os filhos estão crescendo. Quero viajar, cuidar de mim um pouco*”.

O futuro desejado por Fátima inclui o Brasil para visitar: “*Pegar meu documento e ir para o Brasil, e ficar um tempão lá com eles. Que talvez seja a última vez com meus pais*”.

Laura também sonha em viajar e também se mudar para uma área de calor o ano todo:

Em quatro anos eu quero estar com os meus papéis nas mãos. Poder viajar. A países que eu possa ir, porque é super barato sair daqui e viajar para esses lugares como Cancun e Europa. Passear no Brasil pois eu tenho vontade de mostrar o carnaval para os meus filhos. E me mudar pra Flórida ou Califórnia, porque eu quero sair do frio.

Três entrevistadas não têm a certeza se querem continuar nos Estados Unidos. Tereza diz que gostaria de voltar um dia para o Brasil, mas não descarta a possibilidade de se manter nos Estados Unidos por causa de um futuro casamento no país.

A incerteza dos planos de Bianca não inclui voltar para o Brasil:

São muito incertos [os planos]. Eu e meu marido a gente gosta daqui. Mas a minha mãe está indo para a Europa. Então eu não sei se a gente vai. Eu acho que ela vai e eu vou mandar minha filha mais velha. Mas eu acho que eu não vou ficar muito aqui, porque eu não vou ficar longe da minha mãe.

Carina, que é filha única e mãe de um filho de 2 anos, vive diariamente em conflito:

Eu me pego muito nessa incerteza de: volto, fico perto da família e vivo com uma qualidade de vida pior, que seria financeiramente. Ou fico e vivo eternamente sofrendo longe de família, mas permito que meu filho tenha uma qualidade melhor. Então eu não sei o que será do meu futuro. Na mesma hora que eu penso em voltar, eu penso que não, que é melhor ficar. Cada dia pra mim é um pensamento diferente.

Verifica-se pelo conjunto de respostas das entrevistadas que a partir do momento em que se tornaram mães nos Estados Unidos da América, elas mudaram a percepção sobre o objetivo da imigração. O ideal de buscar sucesso financeiro num país de primeiro mundo para retornar e ter uma vida mais digna no país de origem não é o objetivo das mulheres entrevistadas. Ainda que muitas tenham tido esta intenção logo que ingressaram nos EUA, elas mudaram de ideia após a maternidade. Muitas têm os seguintes raciocínios: “agora que tenho meus filhos aqui, não há como voltar” ou “meus filhos jamais se adaptariam ao Brasil”. Esta perspectiva e preocupação materna de se fixar no país receptor em nome dos filhos é contrária, por exemplo, ao estudo de Margolis (2009), que aponta ser o sonho de muitos imigrantes o retorno ao Brasil.

Verifica-se neste estudo que o sonho e objetivo das mães brasileiras não documentadas entrevistadas é o bem-estar dos filhos, por conseguinte, delas próprias enquanto mães. Considerando-se conseqüentemente que este bem-estar é diretamente proporcional à manutenção da vida de imigrante nos EUA.

Conclusões

Este estudo tem como ponto de partida a necessidade de um espaço de discussão para um tema dentro da imigração feminina com pouca visibilidade, por governantes, quanto pelos pesquisadores: a situação de mulheres imigrantes não documentadas. A intenção é realizar um recorte nesta configuração migratória e assim compreender a percepção e vivências de mães brasileiras, bem como as dificuldades que enfrentam nos Estados Unidos da América enquanto imigrantes não documentadas.

A pesquisa é do tipo qualitativa e baseia-se em entrevistas em profundidade, através de um guião de entrevista, com 12 mães brasileiras não documentadas, explorando e analisando, por meio de 35 questões, três pilares: a integração, a qualidade de vida e a saúde mental, todos eles nos contextos da maternidade e da migração.

A composição etária das mulheres entrevistadas situa-se entre os 25 e os 54 anos. O tempo de moradia destas mulheres nos EUA varia de 4 a 21 anos. As entrevistas foram realizadas por meio de vídeo-conferência previamente agendada. Houve intencionalmente a busca por mulheres que morassem em diferentes estados norte-americanos para que fossem coletadas uma pluralidade de informações que viessem a enriquecer a pesquisa.

Este estudo percorre um caminho onde as questões discutidas perpassam e se cruzam num ponto focal: mães imigrantes não documentadas. Apesar de terem diferentes idades, origens, quantidade de filhos e estarem em diferentes cidades norte-americanas, a maternidade é o elo principal que une as entrevistadas. Por serem mães: a conexão com o país ocorre muitas vezes por causa dos filhos nascidos em solo norte-americano; elas valorizam a qualidade de vida oferecida aos filhos sob o ponto de vista econômico; e a maioria delas, por causa dos filhos, não pensa de modo algum deixar os Estados Unidos da América e voltar a morar no Brasil.

O motivo das entrevistadas para terem emigrado está ligado sobretudo à questão financeira: 9 entre as 12 entrevistadas citam a situação econômica e mostram-se sem esperança no Brasil,

apresentando exemplos de problemas, como baixa remuneração salarial, falta de segurança pública e de oportunidades para os filhos.

Entre as 12 entrevistadas, 11 entraram nos Estados Unidos de maneira legal. Nenhuma delas precisou tentar mais de uma vez um visto de turista. Considera-se que o número de entrevistas não é suficiente para uma análise generalizada, mas o fato de não terem dificuldades para entrarem no país é um indício de que, apesar das constantes decisões ao longo dos anos por uma política de restrições à emigração, há alguma tolerância em acatar os imigrantes.

Entre as entrevistadas, uma única entrou nos EUA pela fronteira do México. O depoimento dela é marcado por muito sofrimento psicológico ao relembrar os momentos de tensão e risco de vida. Contudo, apesar de tudo o que passou, mostra gratidão ao país para onde emigrou e considera que deve respeito e obrigações ao país receptor. Ela se sente acolhida, ainda que se identifique como uma pessoa não-convidada.

Sobre a dificuldade de adaptação em solo norte-americano, o quesito evidenciado pelas entrevistadas como a “maior dificuldade” foi o idioma. Constata-se que não falar o idioma dominante no país receptor, no caso o inglês, prejudica substancialmente os relacionamentos, a integração cultural, as oportunidades de trabalho e a autoestima das entrevistadas.

Quanto à integração das entrevistadas na sociedade americana, são identificadas diversas situações, a saber: as que se sentem assimiladas pela cultura americana por admirá-la mais do que a cultura brasileira à qual apontam críticas; as que se sentem duplamente integradas, tanto na cultura americana, quanto na cultura brasileira revelando uma experiência de transnacionalismo; as que se sentem integradas, não ao país receptor, mas ao Brasil que existe dentro dos EUA, no caso, uma forte comunidade brasileira imigrante; e as que não se sentem integradas, apresentando rejeição à cultura norte-americana e sentindo muita falta do Brasil em geral. Contudo, os grupos apresentados não são rígidos, bem como as percepções e os comportamentos. Assim, mesmo as imigrantes que declararam estar mais integradas à cultura americana, elas não deixam de ter algum contato e manutenção com a cultura brasileira, assim

como as que manifestam rejeição à cultura norte-americana, elencam vantagens sobre a qualidade de vida e benefícios financeiros obtidos nos EUA.

Verifica-se que o estigma de não documentadas pesa mais sobre as mulheres que não se sentem integradas à cultura norte-americana. Há uma relação direta entre legalidade, integração e aceitação social, mesmo que a discriminação não ocorra de forma rotineira, pertinente e explícita. Quanto maior a percepção sobre os preconceitos sofridos, maior a sensação de não-pertencimento.

A questão da “vulnerabilidade” sobre o status migratório, de não documentadas, está relacionada com uma variedade de motivos. Desde os que estão ligados a questões políticas, até à dificuldade de comunicação em inglês e a dúvidas e medos, designadamente de deslocação pelo território norte-americano e de serem deportadas.

Entre as consequências emocionais advindas da situação migratória, a saudade é o sentimento mais referido entre as entrevistadas. Esta saudade aparece de variadas formas: seja da falta de contato físico com a família, seja da falta da cultura brasileira, como por exemplo, a culinária e a forma de relacionamento dos brasileiros. A falta de “calor humano” entre os norte-americanos, o medo e a tristeza de não reverem os pais já idosos, a culpabilidade dos filhos estarem crescendo sem a convivência com avós, tios, primos e outros familiares, está na origem de sofrimento psicológico e deixa estas mulheres de “coração partido” e mais vulneráveis.

Um outro fator que afeta fortemente todas estas mulheres, é o de não poderem “ir e vir”, ou seja, não poderem sair dos EUA para visitarem a família no Brasil, ou mesmo fazerem uma viagem ou passeio internacional. A situação de não serem consideradas cidadãs não afeta apenas as questões de direitos no dia a dia dentro do território norte-americano, mas a ligação destas mulheres com o país de origem e com o resto do mundo. Elas também não conseguem “existir” fora dos EUA.

Todas as entrevistadas apresentam depoimentos de situações de preconceito vivenciadas. Tal discriminação não parte apenas de cidadãos que nasceram no país receptor, mas daqueles que se tornaram cidadãos depois de terem vivido na ilegalidade, da mesma maneira que as entrevistadas, nomeadamente de brasileiros. Uma delas relata que “depois que tem o documento, o brasileiro passa a te menosprezar como se tivesse subido de nível”. Este aspecto aparece também em outras pesquisas já feitas, mas a quantidade e qualidade de exemplos manifestados pelas entrevistadas nesta pesquisa, fortalecem, sem dúvida, a comprovação deste comportamento preconceituoso entre pessoas originárias do mesmo país.

A maioria das entrevistadas possui automóvel e dirige, mas apenas duas possuem carteira de motorista. Não há um consenso entre os estados norte-americanos sobre a emissão de carteira de motorista a não documentados. As que possuem carteira de motorista consideram ser um grande alívio poder mostrar um documento norte-americano quando é preciso se identificar. As demais entrevistadas precisam apresentar o passaporte como documento e se sentem constrangidas por terem que fazer isso.

Para esta pesquisa, 11 das 12 entrevistadas pagam Imposto de Renda nos EUA, e para isso utilizam um número fornecido pelo governo: o *Individual Taxpayer Identification Number* (ITIN). O pagamento de imposto é uma tentativa de serem beneficiadas por alguma lei de cidadania no futuro. Apesar da permissão para declarar impostos, oficialmente um não-documentado não poderia conseguir trabalhar nos EUA. Tal fato evidencia-se como uma incongruência, já que o imposto é pago com base na remuneração anual. Outra incongruência é o fato de o governo norte-americano permitir a abertura de empresas por quem não possui documentação. Quatro entrevistadas têm empresas em nome delas.

O paradoxo entre o lícito e o ilícito não é simples de ser entendido. Um imigrante ilegal não é cidadão, mas se dispõe a pagar impostos justamente provenientes do trabalho que oficialmente ele não tem direito a exercer. Ao mesmo tempo, alguns Estados fornecem a carteira de motorista aos não documentados, que se tornam assim detentores de um documento emitido por uma autoridade norte-americana. Os depoimentos confirmam que há uma manutenção da imigração

ilegal por parte da própria autoridade governamental, aspecto confirmado por alguns exemplos apresentados, existindo a tolerância de que os imigrantes não regularizados construam as suas vidas em solo norte-americano.

É mais do que um silencioso consentimento burocrático, é uma legitimação da ilegalidade a serviço de interesses específicos. Se os imigrantes ilegais não fossem necessários do ponto de vista do trabalho que maioritariamente eles desenvolvem - como é o caso das empregadas de limpeza - seria possível saber exatamente onde eles se encontram para que fossem deportados. Se esta fosse a real intenção governamental. Bastaria, por exemplo, rastreá-los pelo ITIN. Esta questão revela alguma contradição e ambiguidade em relação a práticas e políticas referentes aos imigrantes, em particular aos não documentados.

Outros estudos mais aprofundados sobre a relação do governo dos EUA com os imigrantes ilegais, poderiam dar mais subsídios para a compreensão e conhecimento da imigração ilegal neste país. Seria interessante analisar melhor até que ponto o país receptor prefere não regularizar de maneira eficiente o processo de imigração, às vezes ignorando mesmo esta necessidade, para não incentivar a imigração. Ao mesmo tempo, não abre mão em tirar o melhor proveito deste processo. Isso denota a existência de regras informais que funcionam de forma mais ou menos habitual, quase como informalmente institucionalizadas.

A maternidade para as entrevistadas, principalmente considerando as que tiveram filhos nos Estados Unidos, significa estreitar o vínculo com este país. Há a destacar que, mesmo não documentadas, as que tiveram filhos nos Estados Unidos elogiam e são gratas pelos benefícios provenientes do sistema de saúde americano que, independentemente do Estado, oferece gratuidade de atendimento médico-hospitalar para a gestante: desde o pré-natal até ao parto. Ainda assim, a maioria delas, fora do período de gravidez, encontra dificuldades em ter acesso a serviços médicos, ou por não conseguirem ter plano de saúde ou por ser muito caro. Algumas relatam que procuram atendimento médico apenas em caso de emergência, o que vai ao encontro de outros estudos nesta área.

Das 12 pesquisadas, 11 apontaram a maternidade como o motivo para se manterem nos Estados Unidos da América. A maioria delas reclama da falta de rede de apoio, principalmente familiar. A maternidade em contexto de ilegalidade é um assunto importante para todas as entrevistadas. Elas lamentam, por exemplo, o problema dos filhos em não saberem o que é uma “família de verdade” e a falta de proteção no trabalho, bem como ausência de licença maternidade. Particularmente, no universo das entrevistadas que criam os filhos sozinhas, a sobrecarga materna multiplica-se. Elas precisam fornecer suporte financeiro, físico e emocional aos filhos e não têm com quem dividir tais tarefas, encontrando-se nesta situação 7 das 12 entrevistadas. A educação e cuidados das crianças numa outra cultura é como começar do zero, porque estas mulheres também estão começando do zero. As mães demonstram carência quanto à rede de apoio e à falta de modelos e orientações a seguir para a criação e educação dos filhos, sentindo falta de suporte e referências.

Destaca-se a entrevistada que decidiu emigrar com o marido, deixando os dois filhos adolescentes no Brasil. Ela explica que não queria que os filhos crescessem não documentados. A decisão foi bastante dolorosa emocionalmente, mas ela orgulha-se de os filhos terem concluído estudo universitário no Brasil e poderem hoje transitar, já adultos, indo e vindo dos Estados Unidos com documentação legal.

Há nos depoimentos evidências de uma maternidade transnacional. As entrevistadas têm uma necessidade de compreender a cultura norte-americana, para que a partir daí sejam capazes de compreender o comportamento dos próprios filhos, que estão completamente inseridos nesta cultura. Ao mesmo tempo, estas mães também querem que os filhos tenham algum elo com o Brasil, seja pela preocupação que eles falem português, seja pela manutenção do contato com os familiares no Brasil. Importa assinalar que a maioria delas se comunica com os filhos em português. Não há dúvida que, ainda que com críticas ao Brasil, estas mulheres desejam manter a ponte com as suas origens culturais e familiares.

Verifica-se pelo conjunto de respostas das entrevistadas que a partir do momento em que se tornam mães nos Estados Unidos da América, elas mudam a percepção sobre o objetivo da

imigração. O ideal de buscar sucesso financeiro num país de primeiro mundo para retornar e ter uma vida mais digna no país de origem não é o objetivo das mulheres entrevistadas. Esta visão não vai ao encontro de resultados de outros estudos feitos com imigrantes. Elas consideram que os filhos estão completamente adaptados ao país e sofreriam se deixassem a vida que levam. Elas não pensam de maneira alguma: nem ficar longe dos filhos, nem deixar que eles fiquem longe dos EUA.

No que diz respeito à saúde mental, das 12 entrevistadas neste estudo, uma informa sobre o tratamento feito contra a depressão e outras duas passaram por fase de acompanhamento quanto a problemas relativos à saúde psicológica. Quatro fazem terapia com psicólogas brasileiras utilizando-se de dispositivos para atendimento virtual. Destaca-se a predileção destas mulheres por psicólogos do sexo feminino e de origem brasileira. A demonstração de preocupação com a saúde mental ressalta a consciência destas mulheres para a importância do bem-estar psicológico e pode estar relacionada com os níveis maiores de escolaridade e disponibilidade econômica que possuem. No Brasil estas mulheres pertenciam à classe média. A questão da saúde mental e da depressão em imigrantes, principalmente não documentados, deveria ser mais estudada.

Houve entre as entrevistadas um depoimento que revela um comportamento comum entre não documentadas: a busca por não chamar muita atenção na vida em sociedade, de ter uma vida discreta. Este “anonimato social”, esta procura de invisibilidade, é a maneira encontrada para evitar ao máximo que sejam identificadas como “ilegais”. Para isto ser possível, algumas mudam a maneira de ser e os seus comportamentos, tornando-se pessoas introspectivas, desconfiadas e reservadas. Estes aspectos psicossociais e de mudança de comportamentos e atitudes, merecem ser melhor estudados dentro do universo da imigração feminina, em particular das imigrantes não documentadas.

Todas as respostas relativas à qualidade de vida perpassaram por desejos de uma vida melhor para os filhos, de uma vontade de que os filhos não vivenciem nenhuma dificuldade financeira. O maior sacrifício da imigrante brasileira sem-documentação depois que ela tem filhos torna-se o sacrifício pelo bem-estar dos filhos. É interessante pontuar que nenhuma das entrevistadas,

por mais dificuldades que tenha vivido ou ainda viva, se sente arrependida com o fato de ter imigrado. Todas consideram que estão alcançando a qualidade de vida que desejavam, mesmo aquelas que acham que poderiam estar em melhor situação se já tivessem documentação. O principal indício desta afirmação são as comparações que fazem da vida nos EUA com a vida no Brasil. Elas afirmam que no Brasil não conseguiriam ganhar nem a metade do que ganham nos EUA, e, portanto, não teriam acesso a serviços, a bens materiais e oportunidade de lazer que desfrutam hoje.

Das 12 entrevistadas, 8 informam que trabalham como faxineiras. E a maioria delas reclama de exploração laboral. As entrevistadas, mesmo admitindo que têm qualidade de vida e que se sentem bem remuneradas, reclamam da falta de tempo para desfrutar de tal qualidade de vida. A maioria das entrevistadas, sendo faxineiras, queixa-se de não ter tempo “nem de respirar”. A sobrecarga de trabalho chega a ser desumana: sete casas para limpar num único dia, por exemplo. Esta exploração ocorre principalmente por conta da falta de documentação, que deixa estas mulheres sem possibilidade de reclamação e de recorrer a qualquer direito de trabalho. Elas almejam o “documento” para que deixem de ser exploradas e sonham em trabalhar por conta própria. Observa-se no nosso estudo que quanto maior o tempo de permanência nos Estados Unidos da América, menos explorada financeiramente pelos empregadores se sente uma imigrante que desempenha funções na área de limpeza.

Obter a cidadania é, sem dúvida, a maior aspiração de todas as entrevistadas. Algumas revelam que desejam que a cidadania ocorra por meio de casamento com um cidadão norte-americano. A maioria aguarda que os filhos norte-americanos completem 21 anos, já que com esta idade eles podem requisitar legalmente a cidadania para os pais. O elo materno torna-se assim o bilhete premiado para a mãe imigrante que deseja mais do que tudo ser cidadã norte-americana.

As entrevistadas acreditam que as oportunidades serão ainda maiores quando tiverem documentação legal para viver no país. O sonho da documentação legal está relacionado a conseguir, por exemplo: emprego com maior remuneração, aquisição de imóveis próprios com taxas menores, financiamentos em geral, desconto estadual para os filhos cursarem

universidade. Observa-se que apenas uma, das doze entrevistadas, mora em residência própria, e para isso pagou um valor mais alto do que se fosse cidadã norte-americana.

As entrevistadas são unânimes em afirmar que os Estados Unidos da América constituem o país das oportunidades para quem se esforça e não tem preguiça de trabalhar. Todas as entrevistadas são, sem dúvida, mulheres resilientes, apesar dos pesadelos, angústias e medos derivados da sua condição migratória. Verifica-se que todos os “medos” estão relacionados com a situação de imigrantes não documentadas que estas mulheres vivenciam: há o medo pelos filhos – de faltar a eles ou de não saber se estão fazendo o melhor por eles; há o medo de precisar voltar ao Brasil; há o medo de ser parada pela polícia ou deportada; há o medo de não conseguir rever a família que está no Brasil. Ainda que estas mulheres manifestem estes temores, no dia-a-dia elas buscam evitar pensar a respeito disso, como forma de proteção de sofrimento.

As políticas migratórias precisam urgentemente considerar as questões de gênero, analisar e dar importância aos problemas e às necessidades das mulheres. São elas que estão tomando cada vez mais a iniciativa de deixarem os seus países, independente de terem ou não um companheiro. E, a partir daí, tornam-se chefes de família e as principais provedoras do sustento econômico familiar. Tornam-se também as responsáveis por perpetuar outras gerações nos países receptores a partir do momento em que têm filhos nestes países.

O problema dos imigrantes não documentados está ainda longe de ser resolvido pelo governo norte-americano. Pelo lado acadêmico, no contexto das relações interculturais, é fundamental a contínua discussão e divulgação desta problemática, o reconhecimento das múltiplas identidades e o entendimento sobre os laços comuns de pertença com o país receptor, para que seja de fato, um país de acolhimento.

Ainda que o estudo não possibilite a generalização dos resultados obtidos, consideramos de grande valia o recorte do contexto materno dentro da imigração ilegal como colaboração aos estudos sobre a feminização migratória. Consideramos que houve um acréscimo ao estudo a partir da conclusão de que a maternidade faz da imigrante não documentada alguém ainda mais

determinada a buscar a cidadania no país receptor, e de que atualmente os contextos migratórios se desenvolvem cada vez mais de maneira transnacional.

Desejamos ter contribuído para a discussão e aprofundamento de um tema importante a muitas mulheres migrantes, mas pouco estudado e rotineiramente tratado como invisível. Que a voz destas mulheres ecoe e sirva, de alguma maneira, como reflexão. E, principalmente, que seja fonte de motivação e sensibilização para uma análise, investigação e discussão mais aprofundadas no âmbito das políticas e dos processos migratórios, no âmbito dos imigrantes não documentados em geral e das mulheres imigrantes não documentadas em particular.

Referências Bibliográficas

- Achotegui, Joseba. (2008). Migración y crisis: El síndrome del inmigrante con estrés crónico y múltiple (Síndrome de Ulises). *Avances en salud mental relacional*, ISSN 1579-3516, Vol. 7, N° 1.
- American Sociological Association (ASA). (2020). Robert E. Park. Acedido em setembro, 25 de 2020 em <https://www.asanet.org/teaching-learning>
- Azevedo, V., Carvalho, M., Fernandes-Costa, F., Mesquita, S., Soares, J., Teixeira, F., Maia, A. (2017). Transcrever entrevistas: questões conceituais, orientações práticas e desafios. *Revista de Enfermagem Referência*, IV Série, Edição n. °14.
- Bäckström, B.,Castro-Pereira, S. (2012). A questão Migratória e as Estratégias de Convivência entre Culturas Diferentes em Portugal. *Rev. Inter. Mob. Hum.*, Brasília, Ano XX, n. 38, p. 83-100.
- Berry, J. W. (2005). Acculturation: Living successfully in two cultures. *International Journal of Intercultural Relations*. Elsevier. Volume 29, Issue 6, pages 697-712.
- Biasoli-Alves, Z. M. M. & Dias da Silva, M. H. G. F. (1992). Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta. *Paidéia* (Ribeirão Preto), (2), p.61-69. [https:// doi.org/10.1590/S0103-863X1992000200007](https://doi.org/10.1590/S0103-863X1992000200007)
- Boni, V., Quaresma, S. J. (2005). Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*. Vol. 2 n° 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.
- Castles, S. (2005). *Globalização, Transnacionalismo e Novos Fluxos Migratórios*. Capítulo 2 e 3. Fim de Século Edições.
- Capps, R, Fix, M., Van Hook, J., Bachmeier, J. D. (2013). *A demographic, socioeconomic, and health coverage profile of unauthorized immigrants in the United States*. Washington, DC: Migration Policy Institute. Acedido em julho 06, 2021 em http://www.migrationpolicy.org/sites/default/files/publications/CIRbrief-Profile-Unauthorized_1.pdf .
- Census 2020. Acedido em agosto 12, 2021 em <https://www.census.gov/programs-surveys/decennial-census/decade/2020/2020-census-main.html>
- Dantas, A. (2016). *Análise de conteúdo. Metodologias de investigação sociológica*. Contabilidade. Ciências Contábeis. Fanese. pp. 261-286.
- Dasgupta, S.D. (1998). Gender Roles and Cultural Continuity in the Asian Indian Immigrant Community in the U.S. *Sex Roles*, 38, pp. 953–974. <https://doi.org/10.1023/A:1018822525427>

- Department of Homeland Security (DHS) (2018) *Yearbook of Immigration Statistics 2018*. Acedido em outubro 02, 2020 em <https://www.dhs.gov/topics>
- Dumont, J-C., Martin, J. P., Spielvogel, G. (2007). Women on the Move: The Neglected Gender Dimension of the Brain Drain, ZA DP No. 2920.
- Erpelding, M. ; Boini, S. ; Régat, S. ; Collin, J. F.; Vuillemin, A.; Lhuillier, V.; Voilquin, E.; Gautier, A.; & Briançon, S. (2008). Facteurs associées à la qualité de vie (WHOQoL-Bref) en population générale française. *Revue d'Épidémiologie et de Santé Publique*. Vol.56S n. 5. 295-332. France.
- Feldman-Bianco, Bela, Huse, Donna. (1995). Entre a Saudade da Terra. *Revista Estudos Feministas*, ISSN 1806-9584, Florianópolis, Brasil. pp. 96-121.
- Freitas Silva, Grazielle Roberta, & de Freitas Macêdo, Kátia Nêyla, & Brasil de Almeida Rebouças, Cristiana, & Alves e Souza, Ângela Maria (2006). Entrevista como técnica de pesquisa qualitativa. *Online Brazilian Journal of Nursing*, 5(2),246-257. Acedido em setembro,07, 2021.ISSN Disponível: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=361453972028>
- Guest, G., Bunce, A., Johnson, L. (2006). How Many Interviews Are Enough? An Experiment with Data Saturation and Variability. *Field Methods*, 18(1), 59–82. <https://doi.org/10.1177/1525822X05279903>
- Goza, F. (1992). A imigração brasileira na América do Norte. *Revista Brasileira De Estudos De População*, 9(1), 65–82. Acedido em julho, 08, 2021 em <https://www.rebep.org.br/revista/article/view/515>
- Goza, F. (2004). Um Panorama Geral da Vida dos Brasileiros nos EUA no Ano 2000. Trabalho apresentado no *XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, Caxambú/MG – Brasil.
- Gibbs, G. (2009). *Análise de dados qualitativos*. trad. Costa, Roberto Cataldo. Coleção Pesquisa Qualitativa. Bookman.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 5 ed. São Paulo: Atlas.
- Goode, W., & Hatt, P. (1973). *Métodos em pesquisa social*. São Paulo, SP: Nacional.
- Hartman, T. K., Newman, B.J., Scott Bell, C. (2014). Decoding Prejudice Toward Hispanics: Group Cues and Public Reactions to Threatening Immigrant Behavior. *Polit Behav* 36, pp. 143–163.
- Huber, L. P. (2016). Make America great again: Donald Trump, racist nativism and the virulent adherence to white supremacy amid US demographic change. *Charleston L. Rev.*, 10, pp. 215-244.

International Organization for Migration (IOM). (2019). *Migration Data Portal*. Acedido em outubro 02, 2020 em <https://www.iom.int>

Kauark, F. et al. (2010). *Metodologia da pesquisa: guia prático*. Itabuna: Via Litterarum.

Kymlicka, W. (2010). The rise and fall of multiculturalism? New debates on inclusion and accommodation in diverse societies. *International Social Science Journal* 61 (199), pp. 97-112.

Lazar-Neto F., Louzada A.C.S., de Moura R. F., Calixto F. M., Castro M.C. (2018) Depression and Its Correlates Among Brazilian Immigrants in Massachusetts, USA. *J Immigr Minor Health*. (4):832-840. doi: 10.1007/s10903-017-0632-2. PMID: 28762078; PMCID: PMC6061077.

Levitt, P., Schiller, N. G. (2004). Conceptualizing simultaneity: A transnational social field perspective on society. *International Migration Review*, 38(3), pp. 1002-1039. <https://doi.org/10.1111/j.1747-7379.2004.tb00227.x>

Maalouf, J. F. (2005). *O sofrimento de imigrantes: um estudo clínico sobre os efeitos do desenraizamento no self*. (Doutorado em Psicologia Clínica). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 297 f.

Maia, O. A. (2008). “Brasileiros no Mundo: O ambiente mundial das migrações e a ação governamental brasileira de assistência a seus nacionais no exterior”, em *I Conferência Brasileiros no Mundo*. Fundação Alexandre de Gusmão, pp. 25-43.

Manzini, E. J. (1990/1991) *A entrevista na pesquisa social*. Didática, São Paulo, v. 26/27.

Manzini, E.J. (2003) Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. In: Marquês: M. C.; Almeida, M. A.; Omote; S. (Orgs.) *Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial*. Londrina:eduel.

Margolis, M. L. (1995). Transnationalism and Popular Culture: The Case of Brazilian Immigrants in the United States. *Journal of Popular Culture*, 29 (1): 29-41.

Marconi, M. de A.; Lakatos, E. M. (2003) *Fundamentos de Metodologia Científica*. Acedido em junho, 29 de 2020 em: https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india.

Margolis, M. L. (2009). *An Invisible Minority: Brazilians in New York City*. University Press of Florida.

Marinucci, R. (2005). A emigração brasileira para os EUA: tipologia e desafios. *Revista Universitas*. CEUB. Vol. 3, Número 2.

Marques Oliveira, N., Strassburg, U., Piffer, M. (2017). Técnicas de Pesquisa Qualitativa: uma abordagem conceitual. *Ciências Sociais Aplicada em Revista*. Vl. 17. 87-110.

- Martins, H. H. T. de S. (2004). *Metodologia qualitativa de pesquisa*. Universidade de São Paulo. Educação e Pesquisa. São Paulo, v.30, n.2, p. 01-80.
- Mat, T. (2004). *Pesquisa social: questões, métodos e processos*, trad. Carlos Alberto Silveira Netto Soares, 3.ed., Porto Alegre: Artmed.
- Minayo, M. C. de S., Hartz, Z. M. de A., Buss, P. M. (2000). Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.5, n.1, p.7-18.
- Minayo, M. C. de S. (Org). (2019). *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. São Paulo: Vozes.
- Moré, C. (2015). A entrevista em profundidade ou semiestruturada no contexto da saúde-dilemas epistemológicos e desafios de sua construção e aplicação. Atas CIAIQ. *Investigação Qualitativa em Ciências Sociais/Volume 3* Programa de Pós-Graduação em Psicologia Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. pp. 126-131
- Moreira, J. da S. (2014). *Violência contra migrantes em trânsito pelo México*. (Tese de Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 241f.
- Migration Policy Institute (MPI). (2019). Temporary Visa Holders in the United States. Settling In: *A Profile of the Unauthorized Immigrant Population in the United States*. Acedido em outubro 04 de 2020 em <https://www.migrationpolicy.org>
- Migration Policy Institute (MPI). (2019). *Brazilian Immigrants in the United States*. Acedido em julho 20 de 2021 em <https://www.migrationpolicy.org/article/brazilian-immigrants-united-states-2017#Distribution>
- Migration Policy Institute (MPI). (2021). *Texas Once Again Tests the Boundaries of State Authority in Immigration Enforcement*. Acedido em julho 09 de 2021 em <https://www.migrationpolicy.org/article/texas-tests-boundaries-state-authority-immigration>
- Ministério das Relações Exteriores. Consulado Geral do Brasil em Nova York. *Carteira de Matrícula Consular*. Acedido em julho 21 de 2021 em http://novayork.itamaraty.gov.br/pt-br/carteira_de_matricula_consular.xml
- National Conference of State Legislatures (NCSL) (2020). Immigrant Eligibility for Health Care Programs in the United States” e States Offering Driver s Licenses to Immigrants. Acedidos em outubro 03, 2020 em <https://www.ncsl.org>
- National Conference of State Legislatures (NCSL). (2020). <https://www.ncsl.org>
- Nesdale, D.; Mak, A. S. (2003). Ethnic identification, self-esteem and immigrant psychological health. *International Journal of Intercultural Relations*, Volume 27, Issue 1, pp. 23-40.

- Neto, F. (2002). *Psicologia Intercultural*. Edição: Universidade Aberta. pp. 235-265.
- Oliveira, E. N.; Monteiro Neto, F. F.; Félix, T. A.; Lima, G. F. e Almeida P. C. (2017). Qualidade de vida de imigrantes brasileiras vivendo em Portugal. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, V. 41, N. 114, pp. 824-835.
- Pereira, E.F., Teixeira, C.S., Santos, A. S. (2012). Qualidade de vida: abordagens, conceitos e avaliação. *Rev. Bras. Educ. Fís. Esporte*, São Paulo, v.26, n.2, pp. 241-50.
- Pew Research Center. (2020). Acedido em outubro 02, 2020 em <https://www.pewresearch.org>
- Pinto, G. (2015). Legacies of Colonialism in the Transnational Liminality of the (In)visible Brazuca: Emerging Identities in Latino/a America, em *The Journal of Inquiry Student Cross-Cultural Field Research*. Volume 9. pp. 14-32.
- Pires, R. P. (2003). Capítulo 5. Processos de integração na imigração. In Cordeiro, G. Í., Baptista, L. V., & Costa, A. F. d. (Eds.), *Etnografias Urbanas*. Etnográfica Press. doi :10.4000/books.etnograficapress.369
- Quivy, R. e Campenhoud, L. V. (1992). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva, Tradução: João Minhoto Marques, Maria Amália Mendes e Maria Carvalho (2005).
- Ramos, N. (2004). *Psicologia Clínica e da Saúde*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Ramos, N. (2009). Saúde, migração e direitos humanos. Mudanças – *Psicologia da Saúde*, 17 (1) p. 1-11.
- Ramos, N. (2010). Género e migração - Questionando dinâmicas, vulnerabilidades e políticas de integração e saúde da mulher migrante. In: *Anais eletrônicos do 9º Seminário Internacional Fazendo Gênero: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, p. 1-9.
- Ramos, N. (2012). Família e maternidade em contexto migratório e intercultural. In N. Ramos, E. Mendes, A. I. Silva, J. Porfírio (Org.). *Família, Educação e Desenvolvimento no séc. XXI*. Olhares Interdisciplinares. Portalegre: IPP, ESEP, p. 21-28.
- Ramos, N. (2013). *Interculturalidade(s) e Mobilidade(s) no espaço europeu: viver e comunicar entre culturas*. Porto: Faculdade Letras Universidade do Porto, p. 343-360. <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12349.pdf>
- Ramos, N. (2014a). Famílias migrantes: acolhimento e solidariedade na sociedade multicultural. *Revista Cidade Solidária*, nº 32 p. 14-21. Nº. temático – *Família e Sociedade: Coesão e Desenvolvimento*. Lisboa, Santa Casa da Misericórdia. <http://hdl.handle.net/10400.2/5844>

Ramos, N. (2014b). Migração, Tráfico de Pessoas e Trabalho Doméstico. *Revista Políticas Públicas*. São Luís, v. 18, n. 2, p. 425-438.

Ramos, N. (2016). Mães e famílias entre culturas: saúde, desenvolvimento e cuidados interculturais. In Rocha, M. *et al.* (orgs.). *Seguridade social, Interculturalidades e Desigualdades na Contemporaneidade*. Natal: EDUFRN, p. 229-269. <http://hdl.handle.net/10400.2/6381>

Ramos, N.; Franken, I. (2018). Cidadania e direitos aprisionados de brasileiros imigrantes ilegais na Suíça: Implicações na saúde e qualidade de vida. *Revista Ambivalências*. [Em linha]. ISSN 2318-3888. Vol.6, nº 11, pp. 9–34.

Ramos, N., Franken, I., Coutinho, M.D., (2010). Gênero e qualidade de vida no contexto da imigração internacional. In *Seminário Internacional Fazendo Gênero*, 9, Santa Catarina - “Diásporas, diversidades, deslocamentos [Em linha]: actas”. [S.l.] : [s.n.], 11 p.

Ramos, N., Franken, I., Coutinho, M.D., (2008). Migração, Qualidade de Vida e Saúde Mental, um estudo com brasileiros migrantes. In N. Ramos (Org.), *Saúde, migração e interculturalidade: perspectivas teóricas e práticas*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB. pp. 177-211.

Ramos, N. e Dias, Marly de J. S. (2020). Migrações Contemporâneas e Feminização: impactos e desafios para as políticas públicas e para a integração nas cidades. *Revista de Políticas Públicas*. pp. 456-475.

Reis, L. & Ramos, N. (2013). Migração e saúde de brasileiros residentes em Lisboa. *Revista Ambivalências*, 1(2), pp. 29-53.

Reis, L. (2018). Internet, migrações e saúde: percepções de mulheres brasileiras migrantes e não migrantes. In I. Leal et al.(org.). *Congresso Nacional de Psicologia da Saúde - Promover e Inovar em Psicologia da Saúde*. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada, 10 p. <http://hdl.handle.net/10400.2/7716>

Relatório do Desenvolvimento Humano (2004). *Liberdade Cultural num Mundo Diversificado*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD. Introdução, Capítulos 1, 2 e 3.

Resende, R. (2005). Fragile Threads. *Hemisphere*. 15 (Summer). pp. 4-6.

Ruseishvili, S. (2014). A mulher migrante e a estratégia residencial da família: imigrantes portugueses na França. In Neto, Helion Póvoa et. al (Orgs.). *Caminhos de imigração: memórias, integração e conflitos*. São Leopoldo-RS, Editora Oikos, pp. 191-2012.

Saramago, J. (2009). Histórias da Emigração. *Diário de Notícias*. Edição de 17 de julho de 2019. <http://www.dn.pt/opiniao/caderno-de-saramago/historias-da-emigracao-1310260.html>

- Selltiz, C., Cook, S., Deutsch, M., Jahoda, M. (1972). *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. São Paulo: Herder.
- Silva, J. C. J. (2013). A história das políticas migratórias dos Estados Unidos. *Textos&Debates*, Boa Vista, n.20, p. 7-21.
- Teixeira, E. B. (2003). A Análise de Dados na Pesquisa Científica - importância e desafios em estudos organizacionais. *Desenvolvimento em Questão*. Editora Unijuí, ano 1, n. 2 pp. 177-201
- Triviños, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo, SP: Atlas.
- U.S. Customs and Border Protection (CBP). (2021). Announces June 2021 Operational Update Acedido em 18 julho de 2021 em <https://www.cbp.gov/newsroom/national-media-release/cbp-announces-june-2021-operational-update#>
- U.S. Department of State - Bureau of Consular Affairs. Acedido em julho, 9 de 2021 em: <https://travel.state.gov/content/travel/en/us-visas/tourism-visit/visitor.html>
- Valladares, L. P. (2010). A visita do Robert Park ao Brasil, o "homem marginal" e a Bahia como laboratório. *Caderno CRH*, 23(58), 35-49. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792010000100003>
- Villavicencio, K. C. (2019). *The Undocumented Americans*. One World. NY.
- World Health Organization (WHO). *Depression*. Acedido em Julho 23 de 2021 em: https://www.who.int/health-topics/depression#tab=tab_1

ANEXOS

Anexo A - Guião de Entrevista

Dados sócio-demográficos

- 1 - Idade:
- 2 - Estado civil:
- 3 – Escolaridade:
- 4 - Número e idade do(s) filho(s):
- 5 – Profissão e situação no mercado de trabalho:
- 6 - Tempo de residência nos Estados Unidos:
- 7 - Situação de residência (alugada ou própria):
- 8 - Estado em que vive nos EUA:
- 9 – Estado em que vivia no Brasil:
- 10 - Veio sozinha, com filhos ou outros familiares:
- 11 - Quem mora com você:
- 12 - Pratica alguma religião? Se sim, qual?

Perguntas

I - Sobre motivação e adaptação

- 1) Qual o motivo que a fez migrar?
- 2) Como entrou nos Estados Unidos?
- 3) Que dificuldades enfrentou/enfrenta quanto à adaptação nos Estados Unidos?
- 4) Você se sente integrada na cultura americana? Porquê?
- 5) Em que cultura se sente mais integrada: na brasileira ou na americana? Por que?
- 6) Mantém contatos com o Brasil? O que sente mais falta do Brasil?
- 7) O que você sente e pensa sobre não poder ir ao Brasil?

II - Sobre relacionamentos

- 8) Em que idioma você se relaciona regularmente?
- 9) Qual a sua fluência em inglês? (Nenhuma, pouca, suficiente, muita)

- 10) Tem alguma outra língua que fala fluentemente?
- 11) Você tem algum apoio (de pessoas ou comunidades)?
- 12) Nos EUA com quem se relaciona mais: Com americanos? Com brasileiros? Com outras nacionalidades?

III - Sobre status migratório

- 13) Sente-se mais vulnerável por não ter cidadania americana? Por que? De que maneira?
- 14) Sente-se alvo de preconceito e discriminação no cotidiano?
- 15) Poderia contar uma experiência de preconceito ou discriminação que tenha vivido?
- 16) Já aconteceu algum tipo de incidente/problema migratório com você?
- 17) Você paga alguma taxa/imposto federal ou estadual ao governo americano?
- 18) Possui algum documento emitido por autoridades americanas? Se sim, desde quando e por que?

IV - Sobre a maternidade

- 19) Como é vivenciar a maternidade fora do Brasil e no contexto de não possuir documentação legal para si?
- 20) Já teve algum conflito/problema por causa da cultura diferente em que os seus filhos estão crescendo?
- 21) Já tomou alguma precaução legal e quais são as suas preocupações sobre os seus filhos caso precise de deixar o país?

V - Sobre saúde e qualidade de vida

- 22) Já enfrentou algum problema de saúde física e/ou mental nos Estados Unidos?
- 23) Você possui algum plano de saúde?
- 24) Toma algum tipo de medicação e/ou faz algum tratamento/terapia?
- 25) Já precisou e como obteve serviço médico hospitalar?
- 26) Como é o seu dia-a-dia? E ao nível da sua vida profissional?
- 27) Você se sente bem remunerada?
- 28) O que você entende como qualidade de vida?

- 29) Considera que alcançou ou está alcançando o que deseja em termos de qualidade de vida?
- 30) Você acha que possui oportunidades de melhorar a sua condição de vida nos Estados Unidos?

VI - Sobre o presente e o futuro

- 31) Quais os seus planos para ter a documentação regularizada nos Estados Unidos?
- 32) Você está satisfeita por ter emigrado?
- 33) Sente algum arrependimento?
- 34) Você tem algum tipo de medo/receio?
- 35) Quais os seus planos para o futuro?

Anexo B - Termo de Consentimento Informado

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Prezada Participante,

Vimos através deste solicitar a sua autorização para utilizar os dados coletados através da entrevista a ser realizada em data previamente acertada.

As informações recolhidas serão utilizadas para a elaboração de uma dissertação de Mestrado em Relações Interculturais, investigação a realizar na Universidade Aberta de Portugal, com sede na cidade de Lisboa, sobre mulheres brasileiras imigrantes nos EUA.

A sua participação na pesquisa tem como objetivo fornecer respostas aos questionamentos sobre o seu contexto migratório nos Estados Unidos da América, relativo a aspectos da qualidade de vida, saúde e integração.

A entrevista será feita por meio de vídeo conferência, utilizando-se para isso o aplicativo Zoom. A entrevista será gravada e posteriormente transcrita.

As suas respostas são anónimas e estritamente confidenciais, só serão utilizadas no âmbito deste estudo e de publicações científicas com ele relacionadas. O que significa que a sua identidade não será em hipótese alguma divulgada.

A sua participação é de extrema importância. No entanto, pode em qualquer momento desistir de participar, uma vez que a participação é voluntária.

Data: (dia) de (mês) de 2021

Participante

Fabiana Santos
Pesquisadora

Anexo C: Publicações no Facebook para busca de entrevistadas



Mães fora do Brasil

Publicado por Fabiana Santos · 19 de novembro de 2020 ·



Olá, queridas seguidoras do Mães Fora do Brasil. Eu, Fabiana Santos, responsável por esta página, estou precisando de vocês. Para a dissertação do meu mestrado em Relações Interculturais, estou buscando mães brasileiras que morem nos Estados Unidos 🇺🇸 para serem entrevistadas. Ficarei imensamente grata se vocês aceitarem participar. Quem se interessar pode deixar um comentário, que eu entro em contato com você pelo Messenger. Desde já agradeço demais!



Mães fora do Brasil



Público

Em novembro, eu fiz este post. Consegui muitas entrevistadas, mas ainda não o suficiente. Agradeço muito quem já colaborou e quem ainda puder colaborar:

Olá, queridas seguidoras do Mães Fora do Brasil. Eu, Fabiana Santos, responsável por esta página, estou precisando de vocês. Para a dissertação do meu mestrado em Relações Interculturais, estou buscando mães brasileiras que morem nos Estados Unidos 🇺🇸 para serem entrevistadas. Ficarei imensamente grata se vocês aceitarem participar. Quem se interessar pode deixar um comentário, que eu entro em contato com você pelo Messenger. Desde já agradeço demais! (

Anexo D: Localização geográfica das entrevistadas

